



SEMINÁRIOS NACIONAIS DE POLÍTICA URBANA E AMBIENTAL

2016/2017



CAU/BR Conselho de Arquitetura
e Urbanismo do Brasil

CONSELHO DE ARQUITETURA E URBANISMO DO BRASIL (CAU/BR)

Conselho Diretor (2017)

Haroldo Pinheiro Villar de Queiroz
Presidente

Anderson Fioreti de Menezes
1º Vice-Presidente | Coordenador da Comissão
de Planejamento e Finanças

Gislaine Vargas Saibro
2ª Vice-Presidente | Coordenadora da Comissão
de Organização e Administração

Hugo Seguchi
Coordenador da Comissão de Exercício Profissional

José Roberto Geraldine Junior
Coordenador da Comissão de Ensino e Formação

Napoleão Ferreira da Silva Neto
Coordenador da Comissão de Ética e Disciplina

Conselho de Arquitetura e Urbanismo do Brasil (CAU/BR) (2015–2017)

UF	TITULARES	SUPLENTES
AC	Clênio Plauto de Souza Farias	Anderson Amaro Lopes de Almeida
AL	Heitor Antônio Maia da Silva Soares	Josemêe Gomes de Lima
AM	Claudemir José Andrade	Gonzalo Renato Núñez Melgar
AP	Jose Alberto Tostes	Oscarito Antunes do Nascimento
BA	Hugo Seguchi ²	Neilton Dórea de Oliveira
CE	Napoleão Ferreira da Silva Neto ²	Antonio Luciano Lima Guimarães
DF	Haroldo Pinheiro Villar de Queiroz ¹	Orlando Cariello Filho
ES	Anderson Fioreti de Menezes ²	Eduardo Pasquinelli Rocío
GO	Maria Eliana Jubé Ribeiro ³	Bráulio Vinícius Ferreira
MA	Maria Laís da Cunha Pereira	Alex Oliveira de Souza
MG	Maria Elisa Baptista	José Antônio Assis de Godoy
MS	Celso Costa	Luiz Carlos Ribeiro
MT	Ana de Cássia Abdalla Bernardino	Luciano Narezi de Brito
PA	Wellington de Souza Veloso ³	Mariano de Jesus Conceição
PB	Hélio Cavalcanti da Costa Lima	Fábio Torres Galisa de Andrade
PE	Fernando Diniz Moreira ³	Risale Neves Almeida
PI	Sanderland Coelho Ribeiro ³	Wellington Carvalho Camarço
PR	Manoel de Oliveira Filho	João Virmond Suplicy Neto
RJ	Luiz Fernando Donadio Janot ²	Pedro da Luz Moreira
RN	Fernando José de Medeiros Costa ²	Josenita Araújo da Costa Dantas
RO	Roseana de Almeida Vasconcelos	Ana Cristina Lima Barreiros
RR	Luiz Afonso Maciel de Melo ³	Zacarias Gondin Lins Neto
RS	Gislaine Vargas Saibro ²	Carlos Alberto Sant'Ana
SC	Ricardo Martins da Fonseca	Ronaldo de Lima
SE	Marcelo Augusto Costa Maciel	Fernando Márcio de Oliveira
SP	Renato Luiz Martins Nunes ³	Luiz Augusto Contier
TO	Luis Hildebrando Ferreira Paz	Flavio José de Melo Moura Vale
INSTITUIÇÕES DE ENSINO SUPERIOR	José Roberto Geraldine Junior ²	Gogliardo Vieira Maragno

¹Presidente

²Membro do Conselho Diretor – Coordenador(a) de Comissão Ordinária

³Coordenador(a) de Comissão Especial

RELATÓRIO EXECUTIVO

**SEMINÁRIOS NACIONAIS
DE POLÍTICA URBANA
E AMBIENTAL**

BRASÍLIA, 2017

CONSELHO DE ARQUITETURA E URBANISMO DO BRASIL (CAU/BR)

Comissão Especial de Política Urbana e Ambiental

Coordenadora

Lana Jubé Ribeiro (GO) – titular

Bráulio Vinícius Ferreira (GO) – suplente

Coordenadora-adjunta

Ana de Cássia Moraes Abdalla Bernardino (MT) – titular

Luciano Narezi de Brito (MT) – suplente

Membros

Luis Hildebrando Ferreira Paz (TO) – titular

Flávio José de Melo Moura Vale (TO) – suplente

José Alberto Tostes (AP) – titular

Oscarito Antunes do Nascimento – suplente

Napoleão Ferreira da Silva Neto (CE) – titular

Antônio Luciano Guimarães (CE) – suplente

Assessoria

Laís Ramalho Maia – Analista Técnica de Órgãos Colegiados – CAU/BR

CREATIVE COMMONS © 2017 POR CONSELHO DE ARQUITETURA
E URBANISMO DO BRASIL

Relatório Executivo dos Seminários de Política Urbana e Ambiental

Dezembro de 2017 – 1.000 exemplares

Editor: Júlio Moreno

Edição de Texto: Conceição Freitas

Organização: Laís Ramalho Maia

Revisão: Lana Jubé

Diagramação: Joaquim Olímpio

Foto de Capa: Curitiba, Parque Barigui (foto Sérgio Mendonça Jr.)

Projeto Gráfico: Agência Comunica

Publicação: Conselho de Arquitetura e Urbanismo do Brasil (CAU/BR)

Setor Comercial Sul (SCS), Quadra 02, Bloco "C", Ed. Serra Dourada,

Salas 401/409, Asa Sul – CEP: 70.300-902, Brasília/DF

(61) 3204-9500

atendimento@caubr.gov.br

www.caubr.gov.br

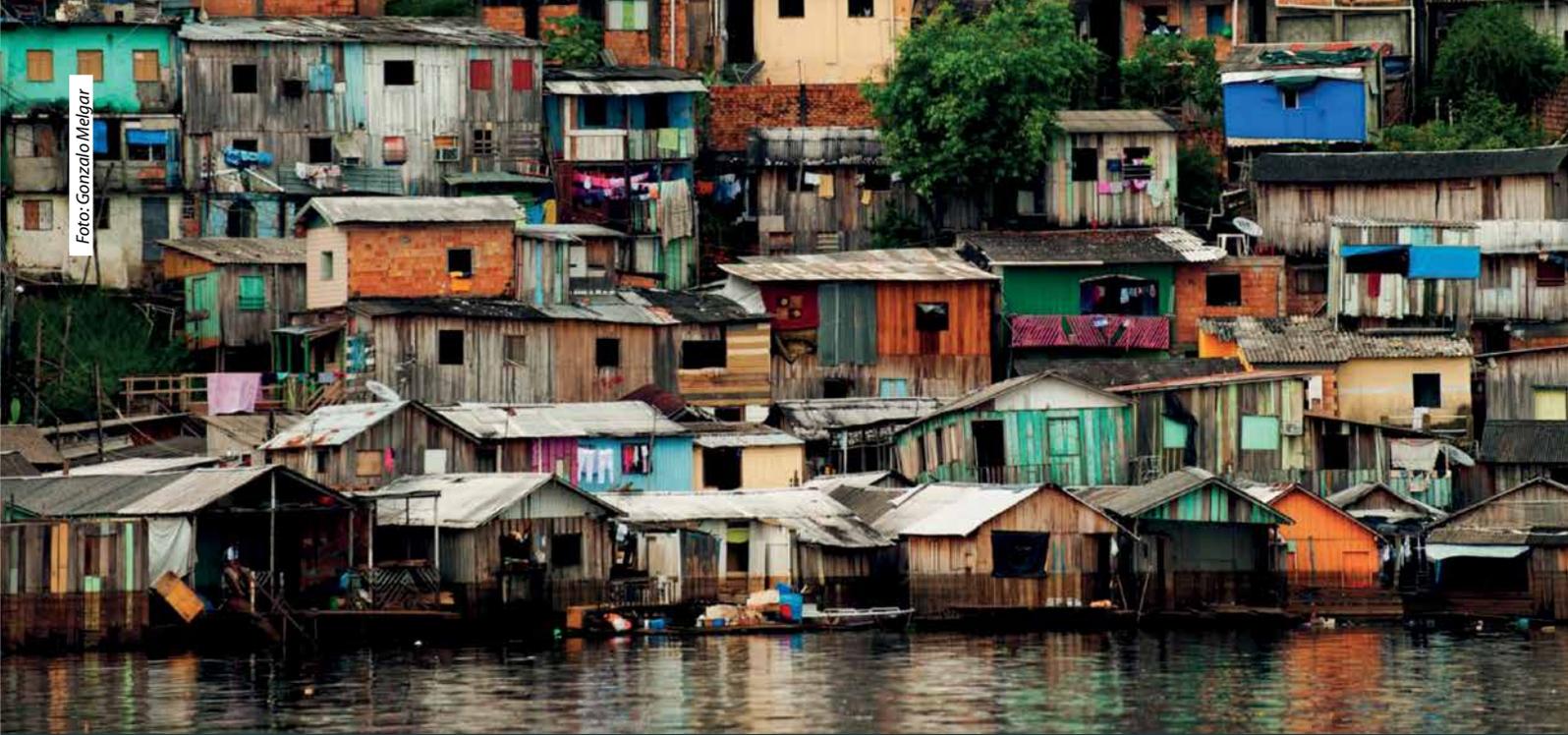
C755m

Seminários Nacionais de Política Urbana e Ambiental 2016-2017: Relatório Executivo / Conselho de Arquitetura e Urbanismo do Brasil. – Brasília: CAU/BR, 2017. 144 p.: il.; color: 21x29cm

1. Arquitetura (720). 2. Urbanismo (911.375.5). 3. Atividades da Administração Pública (351). I. Conselho de Arquitetura e Urbanismo do Brasil. II. Título.

CDD: 720

ISBN: 978-85-5625-006-3



Índice

- 03** **ÍNDICE**
- 05** **APRESENTAÇÃO**
- 07** **I SEMINÁRIO: Arquitetura e Urbanismo para todos –
Desafio do projeto de cidade**
- 08 *A cidade possível*
- 12 *A transformação de Medellín – Gustavo Restrepo*
- 24 *O direito à cidadania metropolitana – Benny Schvarsberg*
- 28 *Governança para as metrópoles – Jório Cruz*
- 31 *O grande evento passa, a cidade fica – Fabiana Izaga*
- 36 *A arte de saborear pizza (e cidades) – José Antônio Lemos*
- 39 *Cidade mais compacta e amigável – Thiago Esteves*
- 45 *A outra história do IPHAN – Paulo Ormino*
- 49** **II SEMINÁRIO: A Governança Metropolitana**
- 50 *“Ou é sonhada ou não é cidade”*
- 52 *Temos as leis, faltam as ações – Silmara Vieira*
- 55 *Federalismo, um grave problema – Paulo Miotta*
- 57 *É preciso monitoramento-cidadão – Márcia Casseb*
- 60 *Pesquisa social para a cidadania – Lucio Rennó*
- 62 *Boa notícia é notícia – Leão Serva*
- 64 *É preciso ouvir os municípios – Karla França*

66	<i>Três experiências animadoras – Benny Schvarsberg</i>
69	<i>O desafio da aprovação de projetos – Luiz Alberto Sugahara</i>
71	III SEMINÁRIO: A construção da Nova Agenda Urbana
72	<i>Um lugar que é de todos</i>
74	<i>Manaus, autofagia amazônica – Gonzalo Melgar</i>
78	<i>O Brasil na Habitat III – Ernesto Galindo</i>
80	<i>Pensar global e agir local – Marja Edelman</i>
83	IV SEMINÁRIO: A gestão urbana inserida no compromisso com a Nova Agenda Urbana
84	<i>Dos arquitetos para os prefeitos</i>
86	<i>Cidades, o maior desafio do século – João Whitaker</i>
89	<i>O exemplo de Belo Horizonte – Flávia Mourão</i>
92	<i>A governança interfederativa – Jório Cruz</i>
94	<i>Más notícias para a Nova Agenda – Ernesto Galindo</i>
96	<i>O gestor não está entendendo nada – Karla França</i>
98	<i>#RedeBrasilUrbano unindo forças</i>
101	<i>Tecnologia a serviço das cidades – Mirna Lobo</i>
103	V SEMINÁRIO: A construção social da cidade no compromisso com a Nova Agenda Urbana
104	<i>Prefeitos, parceiros importantes</i>
106	<i>O Sol nasce na periferia de Brasília – Gilson Paranhos</i>
110	<i>Uma lei que incentiva invasões – Dênio Augusto de Moura</i>
112	<i>Moradia cidadã na Amazônia – Myrian Cardoso</i>
115	<i>Onde o vereador é o arquiteto – Cácio Adorno</i>
116	<i>O coração da Nova Agenda Urbana – Alain Grimard</i>
119	<i>Índigenas que a cidade não vê – Carlos Matos</i>
121	<i>Pensando a cidade com a cidade – Silvia Lenzi</i>
123	<i>A responsabilidade de cada um – Santiago Martim Gallo</i>
125	<i>Mobilidade, um direito essencial – Nazareno Stanislau</i>
128	<i>Uma nova agenda, mais radical – Nabil Bonduki</i>
131	ANEXOS: Documentos de referência produzidos pelos Seminários Nacionais de Política Urbana e Ambiental
132	<i>Carta-Compromisso do Conselho de Arquitetura e Urbanismo do Brasil sobre a Nova Agenda Urbana</i>
139	<i>Carta dos 100 Dias. Por um Pacto pelo Direito à Cidade</i>
142	<i>Carta à Sociedade</i>

Apresentação

Lastreada no compromisso histórico de arquitetos e urbanistas brasileiros com a questão urbana, a Comissão de Política Urbana e Ambiental do Conselho de Arquitetura e Urbanismo do Brasil (CPUA-CAU/BR), em parceria com a Comissão de Relações Internacionais (CRI-CAU/BR), a Comissão de Exercício Profissional (CPP-CAU/BR) e o Fórum dos Presidentes dos CAU, realizou nos anos de 2016 e 2017 uma série de cinco seminários nacionais nos quais foram debatidos, intensamente, os temas mais importantes da questão urbana no país. Respeitando a diversidade que constitui nossos territórios, foram discutidas questões das cidades pequenas, médias, grandes e metrópoles, todas elas se debatendo com os mesmos problemas ainda que com diferenças evidentes e importantes.

Foram dois anos de debates entre arquitetos e profissionais de áreas afins (geógrafos, engenheiros, cientistas sociais, jornalistas), pesquisadores de áreas econômicas, executivos de órgãos financiadores e representantes de prefeituras e de municípios. Quatro seminários foram realizados em Brasília e um em Manaus, em programação paralela ao II ArqAmazonia.

Os Seminários de Política Urbana e Ambiental responderam aos três compromissos basilares da CPUA-CAU/BR:

- Zelar pelo planejamento territorial;
- Defender a participação de arquitetos e urbanistas na gestão urbana e ambiental; e
- Estimular a produção da Arquitetura e Urbanismo como política de Estado.

Arquitetos e urbanistas brasileiros têm muito de que se orgulhar por seu lugar de vanguarda do pensamento brasileiro desde a primeira metade do século XX. “Se não conseguimos mais foi porque vivemos tempos difíceis, nos quais a inteligência foi tratada a pontapés. Devemos exigir respeito à inteligência, na nossa e em outras áreas do conhecimento que veem perdendo prestígio por essa crítica exacerbada à elite do conhecimento”, afirmou o presidente do CAU/BR, Haroldo Pinheiro, no encerramento de um dos cinco seminários promovidos.

“Sempre respeitamos todos os demais saberes, e não fugimos da responsabilidade nas discussões com a sociedade”, prosseguiu Pinheiro. “Se todas as prefeituras dos municípios brasileiros – observou – tivessem um arquiteto, como têm um contador e um advogado, as cidades estariam muito melhores e as prefeituras não estariam perdendo recursos a fundo perdido por falta de capacitação para o planejamento urbano”.

Com o propósito de sugerir políticas que recuperem o espaço da Arquitetura e Urbanismo no enfrentamento dos desafios das cidades contemporâneas, os seminários buscaram acolher a diversidade do país, em termos de ambiente, solo, população, formas de vida, características culturais e especificidades econômicas. “Qualquer que seja o tamanho do território urbano, os problemas ambientais são comuns em toda a América Latina e países africanos – desmatamento, desmoronamento de encostas, crise hídrica, enchentes, em virtude da exploração da Terra e de seus recursos naturais, sem que eles possam se reconstituir de forma adequada”, apontou a coordenadora da CPUA-CAU/BR, arquiteta e urbanista Lana Jubé Ribeiro.

Além dos três compromissos balizadores, a CPUA-CAU/BR, em consonância com orientações estabelecidas regimentalmente, tem por função acompanhar a tramitação e a execução das leis; propor diretrizes de política urbana para as cidades brasileiras; e montar uma agenda conjunta do Conselho com os órgãos institucionais brasileiros, entre os quais ministérios e Congresso Nacional – no que tange à política urbana.

O papel da CPUA-CAU/BR também é o de fomentar o diálogo com os órgãos oficiais para que a formulação de políticas urbanas de Estado seja feita com a participação de arquitetos e urbanistas. O debate permanente busca identificar a realidade de cada Estado e fomentar a colaboração de profissionais comprometidos com a questão urbana e ambiental que estão propondo, avaliando e corrigindo soluções. “Esse olhar para o território e para o processo de urbanização, para o modo como as pessoas interagem com o meio e como gostariam de interagir – explicou Lana Jubé Ribeiro – “é um momento de amadurecimento das políticas urbanas e ambientais para que possamos continuar caminhando, cobrando e contribuindo para que as cidades sejam mais justas, mais humanas, mais amigáveis e sejam um direito de todos e de todas.”

O I Seminário Nacional de Política Urbana e Ambiental ocorreu em abril de 2016, portanto antes das eleições municipais e da Habitat III, a Conferência sobre Moradia e Desenvolvimento Urbano Sustentável, promovida pela ONU a cada 20 anos. Nesse I Seminário, foi decidida a elaboração de três cartas: uma aos candidatos e candidatas às Prefeituras e Câmaras Municipais, outra à Habitat III e a terceira à sociedade. No decorrer da série de seminários, um quarto documento foi agregado, endereçado aos prefeitos e vereadores recém-eleitos.

Abriu o I Seminário o arquiteto e urbanista colombiano Gustavo Restrepo, um dos responsáveis pela transformação urbana de Medellín. Quatro meses depois, o II Seminário debateu “Os Desafios da Governança Metropolitana” e aprovou a minuta da “Carta aberta aos Candidatos a Prefeitos e Vereadores” nas eleições de 2016.

No mês seguinte, o III Seminário debateu “Os Desafios do Projeto de Cidade: a Construção da Nova Agenda Urbana”, com a participação da secretária da Habitat III para América Latina e Caribe, Marja Edelman. A partir debates do seminário e inspirada na Carta aos Candidatos, foi elaborada a “Carta Compromisso do CAU/BR sobre a Nova Agenda Urbana”, dirigida à Habitat III, realizada em Quito, Equador, em outubro de 2016.

Já sob os efeitos da conferência da ONU, o IV Seminário discutiu, em abril de 2017, “A Gestão Urbana inserida no compromisso com a Nova Agenda Urbana”. Os debates ocorreram no Memorial Darcy Ribeiro, na Universidade de Brasília. Esse Seminário aprovou mais um documento, a “Carta dos 100 Dias – Por um Pacto pelo Direito à Cidade”, destinada aos prefeitos e às prefeitas em seus primeiros meses de mandato.

E, por fim, o V Seminário, em parceria com a Confederação Nacional de Municípios, em agosto de 2017, dedicou-se à “Construção Social da Cidade, Compromissos com a Nova Agenda Urbana”.

Nas páginas que se seguem, o cidadão interessado em entender e participar das buscas de soluções para as cidades terá muito o que ler. Elas trazem um resumo das palestras e dos debates ocorridos nos cinco Seminários. Em anexo, os documentos aprovados e entregues a seus destinatários – à Habitat III, aos prefeitos e vereadores eleitos e à sociedade brasileira.

I SEMINÁRIO NACIONAL DE POLÍTICA URBANA E AMBIENTAL

ARQUITETURA E URBANISMO PARA TODOS – DESAFIO DO PROJETO DE CIDADE

Brasília, abril de 2016

Vista aérea de São Paulo. Foto: Nelson Kon



A cidade possível

Num país onde oito em cada dez habitantes moram em cidades e 50% deles vivem em metrópoles – meras abstrações sem fundamento legal –, as políticas urbanas subsistem em cenário caótico. O I Seminário Nacional de Política Urbana e Ambiental debateu, nos dias 12 e 13 de abril de 2016, temas cruciais para a transformação das cidades em lugares possíveis, sustentáveis, amigáveis. Discutiu também o planejamento das cidades como um projeto de sociedade e como Política de Estado, que seja cuidada acima dos interesses das políticas de governo.

O presidente do CAU/BR, Haroldo Pinheiro, abriu o I Seminário agradecendo a presença de todos por terem vindo a Brasília “num tempo tão conturbado, com tantas coisas acontecendo simultaneamente, e sempre tendo a cidade como pano de fundo para as situações que resultam em mudanças no país.” No mesmo dia da abertura do seminário, houve uma reunião extraordinária do Conselho das Cidades, dada a preocupação dos conselheiros com a falta de mobilização para a 6ª Conferência Nacional das Cidades. Também no Senado Federal, se discutia a MP 700/2015, da qual participou a secretária-geral do Instituto de Arquitetos do Brasil (IAB), Fabiana Izaga. A Medida Provisória 700 “é mais um passo nessa escalada que a gente vem assistindo desde 1993 da transferência de responsabilidades do Poder Público para o setor privado, sem uma preparação adequada para tanto”, observou Haroldo Pinheiro.

É importante, ressaltou o presidente do CAU/BR, que os arquitetos e urbanistas estejam atentos ao que está acontecendo no Congresso Nacional. “Manifesto minha preocupação com o rumo que a legislação brasileira vem tomando no sentido de passar pra organizações privadas a gestão do Estado. Desejo a todos que o seminário corra com entusiasmo bem maior do que estou demonstrando aqui, e que tenhamos ao final alguma mensagem de lucidez a ser encaminhada para os nossos gestores. Muito obrigado, e um bom trabalho para vocês, para nós todos.”

A coordenadora da Comissão de Política Urbana e Ambiental (CPUA-CAU/BR), Lana Jubé Ribeiro, citou os dois instrumentos fundamentais, o Estatuto da Cidade e o Estatuto da Metrópole, e uma série de leis “que, infelizmente, nem sempre trazem um enriquecimento a esses instrumentos maiores, para a melhoria da vida de quem habita as cidades.” Este é um momento de crise em que o mundo precisa ser repensado globalmente, alertou Lana Jubé. A presença do arquiteto e urbanista colombiano Gustavo Restrepo, dos demais palestrantes e do público para a troca de experiências “é o que vai fazer com que a



Da esq. para dir.: Lana Jubé, conselheira do CAU/BR; Haroldo Pinheiro, presidente do CAU/BR; e Wilson de Andrade, presidente do CAU/MT



Mesa-redonda Desafios das cidades brasileiras contemporâneas. Da esq. para dir.: Jório Cruz, Deputado Edmilson Rodrigues e Benny Schvarsberg

gente construa documentos referenciais, para que possamos trabalhar com mais segurança. Afinal de contas, nós vivemos em cidades, então nós precisamos dessas organizações, e que essas organizações sejam mais humanas e mais solidárias com toda a sociedade.”

É possível sair do fundo do poço, por mais fundo que seja. Com cerca de 3 milhões de habitantes, Medellín foi castigada durante três décadas pelo império das drogas, pela desigualdade social e pela densidade espalhada. Cidade cercada por montanhas, foi se adensando de modo excessivamente disperso. Segregada em guetos, vulnerável, com enorme desigualdade social, marcada pela violência e pela desesperança, Medellín ficou ingovernável. Mas, em 12 anos, saiu do buraco, graças à vontade política acompanhada de vontade popular e cultura cidadã, como declarou o arquiteto e urbanista Gustavo Restrepo, ao relatar um pouco da experiência hoje premiada no mundo inteiro. Restrepo fez um alerta que cabe bem aos brasileiros nas atuais circunstâncias: “A participação não pode se resumir a críticas. Ela tem que ser construída a partir de um sonho. Essa nova visão passa por conversar, questionar, entender, diagnosticar, identificar, pensar, conhecer, confiar, propor, implementar e viver. O cidadão faz a agenda do político”.

O colombiano trouxe para o I Seminário “questões muito importantes que, de alguma forma, respondem às nossas inquietações”, como sintetizou o conselheiro do CAU/BR, José Alberto Tostes. Para promover a mudança, foi preciso, primeiro, tratar o dinheiro como coisa sagrada. Em segundo lugar, a transparência na gestão pública. “O exemplo das autoridades é a principal ferramenta pedagógica da transformação cívica”, resumiu Tostes.

A experiência de Medellín tocou fundo nos arquitetos e urbanistas presentes ao I Seminário Nacional de Política Urbana e Ambiental. “De qual cidade precisamos? A cidade de que precisamos não é a cidade que queremos, porque a cidade é o lugar do pacto. A cidade vem da *pólis*, vem do pacto, e dele vem o projeto. Tudo isso é política, não existe um projeto sem política. O projeto sem política é puro desenho”, comentou o presidente do CAU/PE, Roberto Montezuma. “Restrepo deixou muito claro como se deu a transformação em Medellín. Não tinham saída. Estava havendo uma imensa crise, 30 anos de crise profunda que exigiu posturas firmes e transformadoras para superá-la. O que eles descobriram? Que era preciso empoderar a população e para isso era preciso cuidar da população. E para ser cuidada, a população tem que ser envolvida nesse processo.”

Diante dessa constatação, os organizadores do I Seminário decidiram produzir três documentos, e não dois, como haviam deliberado antes. Além do documento para os candidatos a prefeito nas eleições de 2016, e do documento para a Habitat III, a conferência da ONU, um terceiro, “talvez o mais desafiador e o mais necessário”, destinado à sociedade.

Para devolver as cidades às pessoas, é preciso retomar a integração dos Planos Diretores com as políticas setoriais – como, por exemplo, conectar os planos de mobilidade urbana às legislações de uso e ocupação do solo, para que transporte, moradia e trabalho estejam racionalmente interligados. Além dessa proposta, o I Seminário reivindicou instâncias de governança para as áreas metropolitanas e o compromisso incondicional com a função social da propriedade urbana, especialmente nas classes sociais mais indefesas. Esse conjunto de iniciativas só pode ser aplicado com a participação de, no mínimo, um arquiteto e urbanista em cada município brasileiro.

Ao lado do secretário nacional de Acessibilidade e Programas Urbanos, Luis Oliveira Ramos, o presidente do CAU/BR, Haroldo Pinheiro, reafirmou a preocupação do CAU para com a privatização do espaço público das cidades, que resultou da decisão de entrega às empreiteiras a tarefa de elaborar os projetos das obras públicas e da transferência para o setor privado do poder de desapropriação de utilidade pública, a MP 700/2015.

Representando o então ministro das Cidades, Gilberto Kassab, o arquiteto e urbanista Luis Oliveira Ramos assegurou que o Ministério “vem trabalhando para poder encaminhar alguma metodologia para detalhamento do Plano de Desenvolvimento Urbanístico Integrado” e observou que o Estatuto da Metrópole “coloca diretrizes gerais que serão construídas no caso particular de cada uma porque elas são bastante diversas.”

Tendo como fio condutor o tema Arquitetura e Urbanismo para Todos, desafio do projeto de cidades, o I Seminário dedicou-se a duas mesas redondas: Desafios das cidades

contemporâneas e Estatuto da Cidade versus Estatuto da Metrópole. As seis palestras e os debates subsequentes foram copiladas pelos arquitetos urbanistas Roberto Montezuma e José Roberto Tostes. Ponto a ponto, Tostes apresentou as questões levantadas:

- A perda da tradição do planejamento das cidades brasileiras.
- A fragmentação dos planos diretores e setoriais.
- A falta de elaboração de planos ou, se elaborados, a falta de acompanhamento, avaliação e monitoramento.
- As fragmentações das políticas urbanas públicas.
- A falta de diálogo com as políticas setoriais.
- A ausência de capacitação técnica continuada.
- O problema da má-formação acadêmica do arquiteto e urbanista.
- A proliferação e precariedade das escolas de Arquitetura e Urbanismo.



Giovana Dario Sbaraini, conselheira do CAU/MS



Palestra do arquiteto e urbanista colombiano Gustavo Restrepo

- A dificuldade de integrar os projetos urbanos com a dimensão econômica.
- A precariedade das condições municipais e a ausência da equipe técnica.
- A gestão a partir de um impacto social – planejar o lugar para onde estão as pessoas.
- A cidade que supera o município e ainda se utiliza da nomenclatura de plano diretor.
- A mobilidade urbana, questão-chave.

As discussões do primeiro dia do seminário sobre os desafios das cidades brasileiras contemporâneas apontaram para a sobreposição dos dois Estatutos, o da Cidade e o da Metrópole. Cidade feita de cidades, a metrópole não tem governo próprio, não tem legislação específica, não tem realidade fiscal, não tem representatividade política nem estrutura institucional. O professor Jório Cruz apresentou a solução: uma governança interfederativa para que seja possível administrar os municípios que compõem a área metropolitana. A título de exemplo, Fabiana Izaga, secretária-geral do IAB, lembrou que apenas metade dos habitantes da cidade do Rio de Janeiro mora no município do Rio de Janeiro. A outra metade transborda para a área metropolitana.

No segundo dia, o Seminário discutiu questões que, embora pontuais, são determinantes para o cidadão e o exercício da cidadania plena nas cidades. Problemas de mobilidade urbana, investimentos desvinculados de um planejamento que alcance toda a complexidade urbana, tudo isso permeado pelo desmantelamento do Estado.

Como sintetizou Tostes: “O planejamento não é um fim em si mesmo, mas um campo aberto de múltiplas possibilidades; planejamento com nova metodologia de contrato social que nasça de soluções mais complexas, que envolva os saberes sistêmicos ambientais, infraestruturais, e as formas de ocupação do território, que privilegie a cidade para pessoas, que incorpore as novas tecnologias sociais, que valorize os usuários do espaço urbano em constante transformação”. E, por último, que o CAU tenha participação efetiva na agenda política. “Não é possível que os candidatos a prefeito possam pensar em serem gestores do município sem que conheçam as prioridades das políticas urbanas, públicas e ambientais”.



Vista da Comuna 13, Medellín

A transformação de Medellín

Por Gustavo Restrepo, arquiteto e urbanista colombiano

É uma honra estar com vocês. Nosso propósito não é somente encontrar uma política pública que estruture a qualidade de uma cidade, mas que entendamos que as cidades são as pessoas. As cidades não têm nenhum sentido se os seus cidadãos não estão bem. A cidade é o cidadão com seus direitos fundamentais.

Em Medellín, passamos por anos de muitíssima violência, nos quais os índices de homicídio foram muito altos. Hoje, por sorte, esses índices baixaram, mas isso não significa que a vida não esteja sendo violada. Em Medellín, nós, cidadãos, aprendemos que podemos mudar. Que podemos modificar nossas maneiras de agir para que a política pública tenha um conceito de continuidade. Que não esteja sendo construída a cada quatro anos.

Medellín não superou tudo. Continuamos seguindo o tema do aquecimento climático. Imaginem os efeitos em uma cidade de montanha tão fortemente inclinada. Provoca dificuldades enormes para o Estado, para o território. Tão importante quanto isso é o aquecimento econômico. Não somente o conceito da “bolha”, com também o custo do solo, da terra na periferia que faz com que as famílias mais humildes se desloquem para mais longe. Na América Latina, e não somente em Medellín, o mais alto risco que temos hoje é o aquecimento social. É o narcotráfico, é a quantidade de jovens, quase 57% da população, que está em risco. A estrutura do narcotráfico nos seus territórios não somente deteriora a qualidade de vida, como deteriora a qualidade das cidades. Medellín é uma cidade a 1.500 metros de altura. Essa montanha está a 2.400 metros. Durante 60 anos, a população mais humilde, que vem migrando da guerra, se acomoda nos territórios desprovidos de água e de serviços básicos de mobilidade,

de segurança, de governabilidade. Isso gera uma cidade em risco, uma cidade que põe em cheque o Estado. A segregação é um dos principais motores da violência na cidade. Nossa cidade é uma cidade cheia de pequenos territórios que chamamos bairros. Não dizemos favela, não os conhecemos como favela. Surge, então, uma filosofia de território. A segregação não fica marcada por um conceito de lugar. É marcada basicamente pela falta de presença do Estado. A vulnerabilidade dos nossos territórios surge pela falta de planejamento do território, mas, sobretudo, pela falta de governabilidade e governança do Estado.

Em meio a todo esse processo, a cidade desigual permite que nossos jovens entre 15 e 21 anos permaneçam sem acesso à educação superior. Muitos desses jovens estão desde o 3º ano primário fora das escolas. Não têm a possibilidade de receber uma educação que os torne cidadãos do território. Têm de lidar com a ingovernabilidade do Estado, e com um Estado armado em paralelo, que assegura a tranquilidade nos territórios e que, além disso, estrutura absolutamente tudo. Não somente a economia. Estrutura o físico, estrutura todo o tema social. Nesse processo, Medellín apresentou, especialmente nos anos 1990, situações muito complexas. A violência nos territórios mais a violência do Estado geraram mais violência. E a experiência é que as soluções da segurança nos territórios não estão vinculadas ao aumento no número de policiais. Por meio da educação, se consegue restituir e tocar novamente o coração das pessoas. Torná-los urbanos significa dar facilidades na estrutura física, no espaço público, na mobilidade, na habitação, nos equipamentos e no meio ambiente. Mas também têm que ser dadas oportunidades nas áreas econômica e social.

Tinha que chegar uma mudança, e essa mudança teria que estar estruturada em uma mudança de paradigmas. Não bastava ter uma normativa para o planejamento do território, mas uma perspectiva econômica e social de solução para a comunidade. Em 1991, foi feito o primeiro tratado de paz com um dos grupos guerrilheiros, o M-19, e foi feita uma nova Constituição na Colômbia. É fundamental que a lei abrigue o processo de transformação dos territórios. A Lei 386, de 1986, diz que por meio de consulta popular deve ser estruturado um



Fonte: Material apresentado por Gustavo Restrepo (adaptado)



Fonte: Material apresentado por Gustavo Restrepo (adaptado)

Sonho coletivo
Cultura cidadã

plano de regulação territorial para todas as populações. Segundo, que a participação deve ser consultada. Como requisito, é estabelecido que deve haver vontade política. Se não há vontade política, não há nada. Está claríssimo. Se a política do momento quer transformar o território, não basta ter um plano de ordenamento territorial. É necessária uma visão política mais ampla. E seguramente essa visão mais ampla girará em torno da qualidade de vida do cidadão. Também temos a participação-cidadã. Medellín está construindo seu 4º Plano de Ordenamento Territorial com consulta aberta nas comunidades. Já está há três meses em processo de consulta aos cidadãos para definir o plano de desenvolvimento da cidade.

A comunidade deve ser educada a aprender a participar. Não se participa simplesmente por intenção, se constrói a ocasião. Isso se chama cultura-cidadã porque a democracia gira em torno da capacidade de aportar ideias. Simplesmente falar “participem” não adianta. Há que educar para participar. É muito importante, na participação-cidadã, ter atitudes. A comunidade tem que ter uma atitude de apoiar uma transformação física, econômica e social. Tem que buscar no mais íntimo do cidadão essa transformação. Participação-cidadã significa assistência-cidadã. O governo deve ter a responsabilidade de uma política pública de informação trimestral de seus progressos. Chama-se “Medellín, como vamos?”, que começou nos anos 1980. É uma espécie de observatório.

Deve haver formação da cidadania para fazer controle político dos progressos do Estado e isso não significa ir contra. Significa dar apoio ao Estado dando soluções a partir das demandas da sociedade civil. Isso se chama educação-cidadã. Não é simplesmente atirar pedras ou montar barreiras nas ruas. É construir uma nova visão de sonho de cidade. Isso se alcança por meio de um diagnóstico que tem muito a ver com conversar, com questionar, com entender, com perguntar, com escutar, com identificar. Isso é alcançado articulando-se um trabalho entre o setor empresarial, a municipalidade, a província e a população civil. Ou seja, estamos acostumados com a expectativa de que o Estado tome as decisões. Nossa proposta em Medellín era entender que a participação-cidadã poderia se somar

“ A comunidade deve ser educada a aprender a participar. Não se participa simplesmente por intenção, se constrói a ocasião. Isso se chama cultura-cidadã porque a democracia gira em torno da capacidade de aportar ideias ”

“ Uma cidade que levou 30 anos se matando, colocando bombas, estimulando o narcotráfico como filosofia, deveria ser capaz de voltar a adquirir confiança. O mais difícil foi chegar a um território e conquistar a confiança das pessoas ”

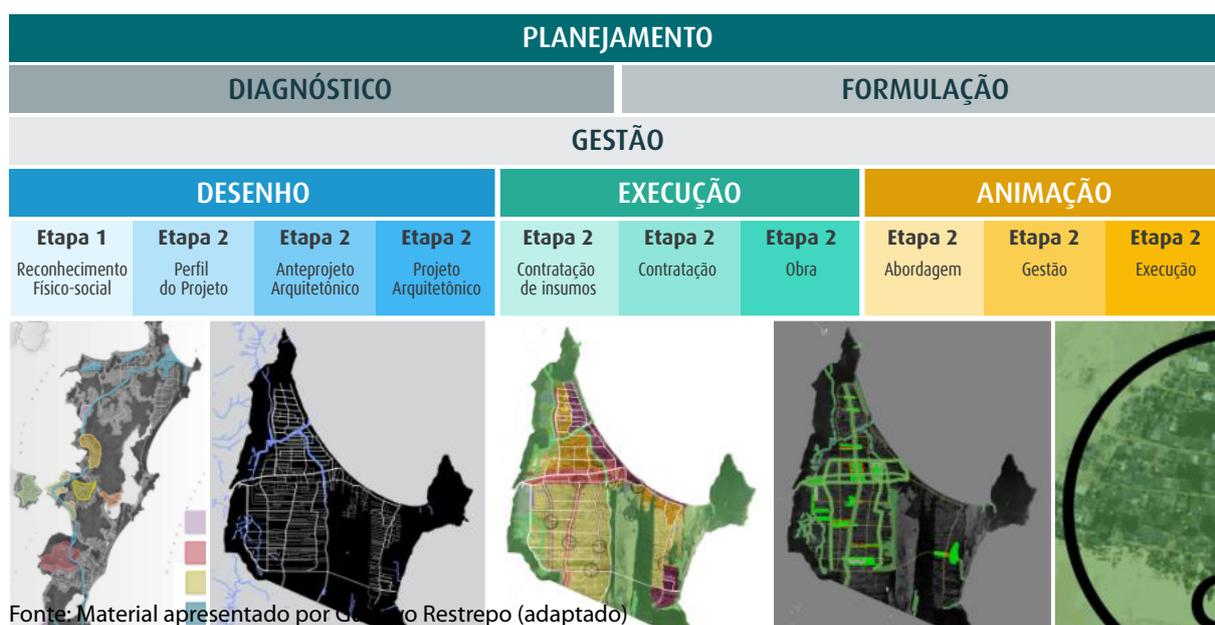
às decisões políticas e que as decisões políticas da municipalidade não poderiam ser indiferentes ao que estava acontecendo na província ou no Estado, como não poderia ser indiferente o que acontecia na Nação. A presidência, os governadores, os prefeitos e a comunidade devem estar em uma mesma linha. Não importa o partido político, o bem-estar é dos cidadãos.

Sei que é difícil romper esse paradigma, mas a única maneira de alcançar transformações é quando uma reformulação geral é gerada entre os cidadãos. Essa participação-cidadã significa romper outro paradigma, o do projeto. Ele não é o mais importante, o mais importante é que nos aproximávamos das pessoas para

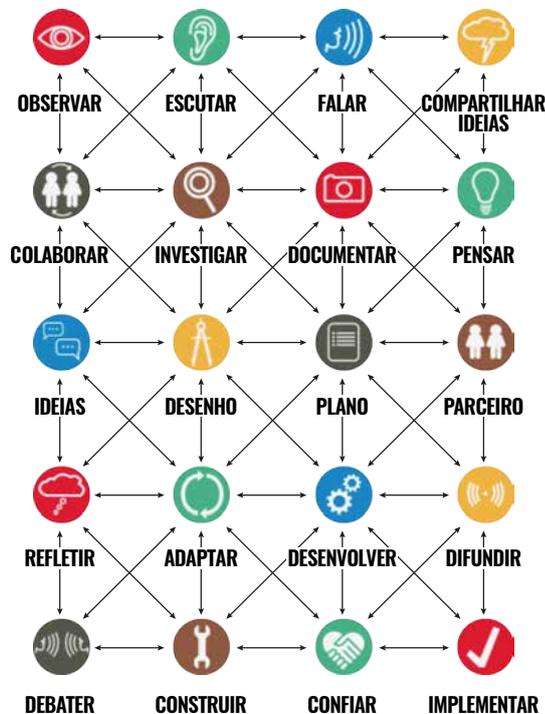
perguntar o que necessitavam, o que queriam, como sonhavam sua cidade. Quando começamos a fazer isso, descobrimos que podíamos construir confiança. Uma cidade que levou 30 anos se matando, colocando bombas, estimulando o narcotráfico como filosofia, deveria ser capaz de voltar a adquirir confiança. O mais difícil foi chegar a um território e conquistar a confiança das pessoas para uma nova forma de fazer cidade.

Como toda metodologia, tem processo de planejamento. Primeiramente, foi feito um diagnóstico, posteriormente se fez a formulação dos projetos com uma linha transversal direta ao que se chama gestão. Trabalha-se com a comunidade antes, durante e depois. Em nenhum momento esta conduta se altera. A única exigência é estar sempre amarrada ao recurso econômico. Você pode suspender a obra, mas não pode parar de explicar às pessoas o porquê. Este é o principal motivo de desconfiança das nossas comunidades latino-americanas. Em Medellín, quando chegamos aos territórios, nos diziam: “Vocês são exatamente iguais aos ladrões e aos políticos que nos últimos 30 anos passaram por aqui”. Começamos a percorrer os territórios. Saímos dos escritórios e fomos aos bairros, caminhamos

MEDELLÍN - Metodologia



Participação Cidadã é chave de toda a metodologia utilizada



Fonte: Material apresentado por Gustavo Restrepo (adaptado)

por lá e em alguns momentos fomos em grupos maiores, posteriormente fomos em grupos menores, engenheiros, arquitetos, advogados, assistentes sociais, comunicadores integravam os grupos menores. E com isso começamos a identificar quais eram os sonhos da comunidade.

Quando se consultam as pessoas, elas sentem responsabilidade pelo que está sendo perguntado. Quando as pessoas recebem algo que não pediram, não cuidam. Quando recebem o que pediram, cuidam. O importante é que as pessoas definam a função das construções. Alguns escolheram lugares para dançar, outros para fazer música, outros para costurar, outros para computadores, não importa. O importante está em algo mais do que na estética, está na ética. E a ética fala que a obra, no íntimo, é o que a gente necessita.

Constroem-se sonhos coletivos e se constrói a cidade tendo uma visão de cultura-cidadã. Começamos a fazer trabalhos de consulta na escala dos bairros e começamos a perguntar às pessoas qual era seu compromisso individual, onde viviam, que dificuldade haviam tido, e logo isso culminou em uma visão coletiva. Começa a surgir um sonho de território de muitas pessoas. Hoje somos mais ou menos 2,5 milhões de habitantes em uma área metropolitana que tem 3,5 milhões de habitantes. Mas há uma população de 500 mil habitantes dos nove municípios que entram em Medellín e saem no final do dia, essa é a população flutuante. Fizemos grandes mapas de cidades, fizemos lazer onde as pessoas queriam, centros de saúde, colégios, parques, e isso vai sendo mapeado, vai sendo estruturado como em um sonho e assim construiu-se um projeto real de cidade. Plural, exposto, discutido, conversado, onde não há somente os quantitativos, mas o qualitativo também.

“Trabalha-se com a comunidade antes, durante e depois. Em nenhum momento se solta o processo e é o único item que não pode estar amarrado a recurso econômico. Você pode suspender a obra, mas não pode parar de explicar às pessoas o porquê”

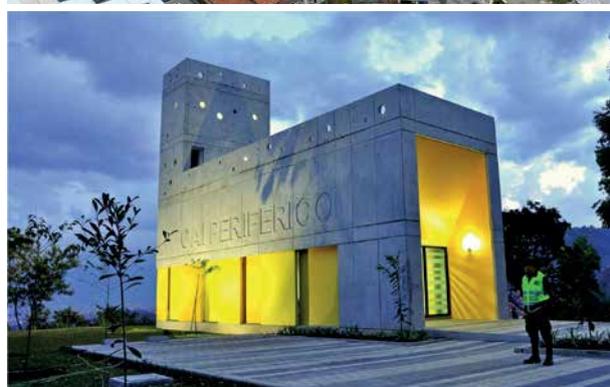
Dali saem uns mapas que se chamam “Planos de Desenvolvimento Local”. Cada comunidade é um território, temos 16 comunidades e quatro corregimentos. Cada um desses territórios monta um livro, um texto que está dividido em econômico, social e físico. Cada comunidade é constituída por muitos bairros e por diversos números populacionais. Esse livro serve para fazer parte do Plano de Planejamento Territorial da Cidade. O prefeito de nossa cidade tem que ler o livro, entender as necessidades da comunidade e a partir daí armar um plano de voo para os seus quatro anos. O conjunto dos 16 livros forma a biblioteca dos projetos dos municípios para serem construídos até 2030. Por isso, os sonhos da comunidade estarão sempre sendo construídos.

A comunidade almejou, escreveu e disse que queria uma cidade ecológica, sustentável, eficiente, com vida, com campo, amigável e assim sucessivamente, em termos de estrutura. No econômico, com crescimento, eficiente, com oportunidades inovadoras de projetos que renovaram a capacidade agroindustrial. E no social, uma cidade inclusiva, segura, educada, com identidade, ordenada, com projetos. Isso fala do qualitativo, não do quantitativo. Os projetos são sonhados e logo são levados ao centro da cidade e todos os sonhos são mostrados. Sonhamos então com esses indicadores quantitativos e qualitativos com uma data. Não se pode planejar o território sem dados. Está claríssimo.

Alguém poderia dizer que Medellín é uma cidade turística, não sei. Essa não é uma cidade que estimula o turismo, mas uma cidade que estimula cidadãos para que sejam turistas em sua própria cidade. Isso mudava completamente o panorama, e o que fizemos foi entender que deveríamos levar investimentos e recursos econômicos aos lugares com população mais humilde.

Começamos a planejar o território para não improvisar. As pessoas acreditam que fazer é fundamentalmente mover terras, abrir buracos, colocar encanamento. Acreditamos que pensar é fazer, e é fundamental a comunidade compreender que, antes de fazer coisas, tem que pensá-las. Deveríamos ter melhores cidades, mas, sobretudo, ter as regras claras. Políticas públicas de continuidade significam que não se governa para quatro anos, mas para os próximos 20 anos. Ainda que o prefeito fique somente quatro anos no poder. Significa ter uma visão de cidade a longo prazo.

Fonte: Material apresentado por Gustavo Restrepo (adaptado)



- (1) Modais não motorizados próximos as residências, permitindo a integração do uso do solo
- (2) Sistema de transporte público de qualidade conectado a equipamentos de qualidade
- (3) Centro de Atenção Imediata – CAI
- (4) Cinturão verde proposto em torno da área metropolitana



“Nossas crianças nos ensinaram que, quando eles se olham nos olhos, não querem se matar. É muito importante você levar esse conceito de “olhos nos olhos” aos bairros, para que as crianças, ao caminharem pelo espaço público, olhem nos olhos e saibam que essa pessoa não os vai matar”

Não somente pensamos em Medellín, mas pensamos nos dez municípios da área metropolitana. Se não temos uma visão da região, se não tem uma entidade que ordene os municípios vizinhos, é muito difícil prosperar. Conseguimos ter um projeto em 2004 para até 2030, que se chama Bio-30, que tem planejada toda a área municipal da cidade. Em 2004, Medellín tinha um centro muito forte, muito denso, muito pouco estruturado, muito contaminado, e começamos a sonhar que esse tipo de mobilidade poderia ser nivelado, descongestionado. Tínhamos que fazer isso em um território histórico e com uma enorme complexidade econômica.

Começamos a construir calçadas no centro da cidade de Medellín. Mais ou menos 1 milhão de pessoas ao dia percorrem este território, que se transformou em um grande centro comercial a céu aberto. Esse lugar, que hoje é um território de paz, 30 anos atrás era o lugar de maior violência no centro de Medellín. Era o lugar onde ocorriam mais homicídios. Nossas crianças nos ensinaram que, quando eles se olham nos olhos, não querem se matar. É muito importante quando você leva esse conceito de “olhos nos olhos” aos bairros, para que as crianças, ao caminharem pelo espaço público, olhem nos olhos e saibam que essa pessoa não os vai matar. Passamos de 381 homicídios por 1000 habitantes, em 1998, para 27 homicídios por cada 100 mil habitantes.

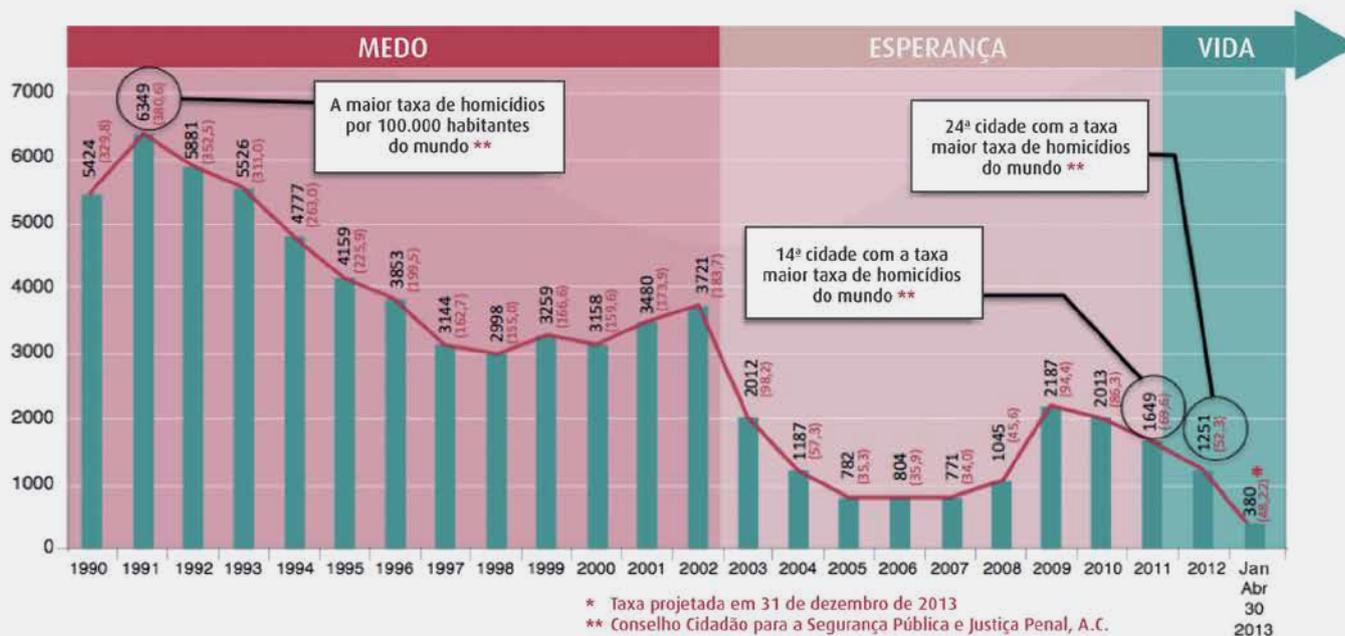
O sistema de transporte de Medellín era muito humilde e muito pobre. Para ir trabalhar, a pessoa gastava quatro horas por dia, duas pela manhã e duas à tarde, ou mais. O transporte público é o que



Fonte: Material apresentado por Gustavo Restrepo (adaptado)

Para ter melhores cidades, é preciso ter regras claras

Curva de homicídios



Fonte: Material apresentado por Gustavo Restrepo (adaptado)

mais dignifica o cidadão. Começamos a entender que o metrô de superfície no nosso caso era uma boa solução. Funciona há 20 anos e conseguimos chegar às partes mais altas do território por meio dos Metrocable que estão articulados ao metrô. Um só sistema e todo ele custa US\$ 0,75, ou seja, uma pessoa que pega o metrocabo no bairro mais alto e se conecta com o metrô pode chegar ao outro extremo da cidade em menos de 45 minutos por US\$ 0,75, enquanto que na operação anterior levava duas horas com um gasto em torno de US\$ 2,50 com o risco de ser assaltado, espremido, insultado.

Encontramos uma grande área de lixo e decidimos fortalecer o emprego. Construímos o CEDEZO – Centro de Desenvolvimento Empresarial Zonal. O que significa isso? Se a pessoa chega ao metrocabo, e tem uma hora que economizou devido ao transporte público, ela ganha uma hora para se capacitar. Imediatamente desce ao sistema, chega nesse lugar e recebe capacitação profissional. Hoje temos construídos dez CEDEZOS no território da cidade que permitem intercambiar economias entre os bairros, economias solidárias dentro do território. Isso se transforma em melhor capacidade econômica, mas, sobretudo, em construção de novos líderes. Sistema de transporte público de qualidade conectado a equipamentos de qualidade, que consegue conectar 2,5 milhões de habitantes para poder se mover por lugares diversos. Significa romper as fronteiras invisíveis. Se eu posso ir do meu bairro a outro bairro, com um bom sistema de transporte público, conectado a bons equipamentos, rompo a fronteira social, a segregação.

Começamos a imaginar que poderíamos mudar 450 escolas em péssimo estado. Com pouca Arquitetura, mas de qualidade, para receber novas crianças, para receber novos jovens. Que quisessem ir de maneira divertida à escola. Que pudessem sonhar com essa oportunidade de crescer, que não fosse responsabilidade do Estado, mas sim dele, da sua decisão de crescer. E, por meio do sistema de transporte, somamos um quinto elemento: o



Fonte: Material apresentado por Gustavo Restrepo (adaptado)

Cidade conectada: Metrocables foram implantados nas zonas de maior conflito

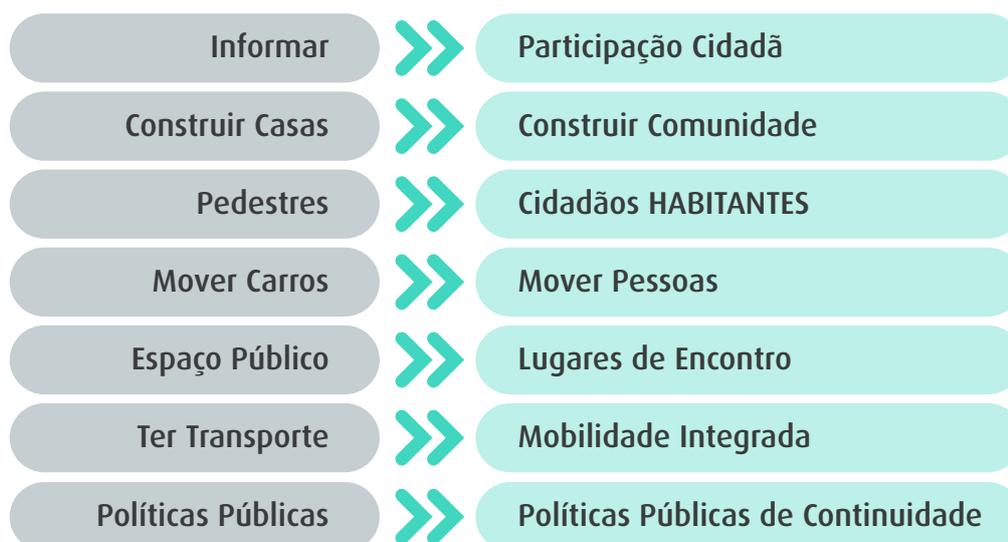
bonde. Foram necessários seis anos desde o primeiro desenho até hoje, que está recém-inaugurado e em serviço. Imaginamos 2,5 km, mais dois Metrocables que vão às zonas de maior conflito na cidade. Fizemos transformação de habitações sociais, espaço público, corredores, rotas seguras para chegar ao sistema de transporte público.

Com as regras do jogo estando claras, os investidores das APPs – Associações Público-Privadas, começaram a construir. Quatro anos antes de o bonde estar pronto, os investidores começaram a construir. Quando o prefeito inaugurou o sistema, os edifícios estavam prontos. Isso acontece quando há confiança entre o público e o privado. Esta é a Medellín que temos hoje. Um projeto que levou seis anos em uma economia como qualquer outra latino-americana. Simplesmente vontade política e participação do público-privado. O Estado nos pediu que fizéssemos uns lugares para a polícia, para levar segurança aos bairros e fizemos os CAI – Centro de Atenção Imediata. Lugares estrategicamente localizados para que funcionem como parques, não somente para a polícia, mas um lugar para a família com lugares onde a cultura pudesse chegar. Mudamos a visão da polícia do bairro, para que não seja uma polícia que maltrata, mas uma polícia ativa, construtiva, cidadã, de contenção.

Começamos a querer um grande cinturão verde em torno da área metropolitana. E esse cinturão verde está relacionado com reposicionar sistemas de habitações verticais liberando o solo e o cinturão verde, o território como um grande parque, um grande bosque, uma grande área. Preparamos alguns corredores e hortas urbanas.

Algumas famílias participaram de um processo de educação-cidadã para serem agricultores urbanos. Cidadãos que antes eram ilegais chegaram ao sistema formal. Temos 56 quebradas (passagens estreitas entre montanhas que são as fontes de água) que vão ao centro e nelas desenvolvemos uns projetos pontuais. Recuperamos a água, fizemos lojas em ginásios que se transformam nos lugares onde são vendidos os produtos das hortas urbanas. Ao melhorar economicamente essas famílias, evitamos que voltem a viver nos territórios que estão sendo protegidos hoje. Fizemos MIB – Melhoramento Integral do Bairro. Vocês conhecem muito bem, porque o Brasil nos ensinou muito com o Favela-

Paradigmas para um Urbanismo Sustentável



Fonte: Material apresentado por Gustavo Restrepo (adaptado)

Bairro, que foi uma grande lição. O que fizemos foi começar a dispor as famílias na vertical e a melhorar as habitações que podíamos, localizando sistemas de mobilidade, e as pessoas recuperaram sua dignidade e quiseram sair para pintar suas casas.

O Rio Medellín é um centro não somente visual e espiritual, conecta tudo e se converteu em uma grande autoestrada ali ao redor. Modificamos o plano de ordenamento territorial do seu entorno, com mudanças de usos, densidades, áreas de ocupação. Se estávamos transformando o centro da cidade para ter um grande parque linear, poderíamos começar a imaginar em mudanças de uso do solo em um território que estava esgotado. Então começamos a construir, a densificar a cidade, a ter cidades compactas. Habitação, escritórios e comércio. Demos espaço ao pedestre. Tudo o que está sob o sol foi reestruturado. Essa é uma oportunidade para transformar a vida e o comportamento dos cidadãos. E, pela primeira vez, após três anos, chegou a polícia em um dos territórios mais perigosos e hoje convive com a comunidade em uma convivência saudável. Conseguimos levar valorização, desenvolvimento, comércio, economia e a parte social se fortaleceu por meio de projetos de mobilidade. Mas, tendo em consideração os territórios mais humildes, consultando a comunidade sobre suas necessidades.

Esses territórios se fortalecem com equipamentos de cultura, de segurança, de esporte, de artes. Construímos 175 mil habitações em um processo onde somente conseguiríamos construir 30 mil por ano. E conseguimos precisamente pela combinação entre melhoramento do bairro, melhoramento da habitação e a habitação nova. Conseguimos tocar o coração de 3 milhões de habitantes nesse processo. De compartilhar com eles um sonho de território. Cinquenta por cento de acidentes foram reduzidos pelo sistema de transporte de massa, o que trouxe um enorme benefício para as instituições de segurança e saúde. Investimos de maneira transparente, segura e respeitosa 38 mil bilhões de pesos colombianos em um processo de oito anos com recursos econômicos vindos dos impostos públicos. Não é uma

sobretaxa, é basicamente manejar os impostos públicos como um recurso sagrado. O dinheiro público é sagrado.

Mudamos paradigmas. Não informamos, mas participamos. Não construímos casas, mas construímos comunidades. Não temos pedestres, mas cidadãos ou habitantes. Não movemos carros, movemos pessoas. O espaço público se converteu em local de encontro.

Conseguimos reduzir a violência de maneira drástica e dramática nos últimos 12 anos. É uma vitória. Mas sabemos que o narcotráfico migrou para o microtráfico e aí temos muito a fazer. Muito que entender e muito que trabalhar. Melhoramos o Índice de Desenvolvimento Humano em quase dez pontos em territórios muito humildes e isso significa que muitas das nossas crianças estão vivendo muito melhor.

“ Romper os esquemas políticos sempre é muito difícil. Mas quando a comunidade é empoderada do sonho da cidade torna-se difícil um político se esquivar dos interesses da comunidade. Então não importa o partido político, o gestor estará sempre girando em torno dos sonhos da cidade ”

O melhor de tudo é que 650 mil crianças de nossa cidade hoje são beneficiadas com um território que sonha com suas possibilidades, com suas oportunidades e serão os cidadãos que, em 20 anos, nos darão o orgulho de haver construído Medellín. Que está empoderada porque foi construída pelos seus pais que dão o exemplo aos seus filhos. Cada criança que podemos retirar da guerra é uma criança que seguramente amanhã poderá ser um poeta. Hoje temos 500 mil visitantes que vão até a uma cidade que não é turística, que não foi feita para os turistas, mas que as pessoas sentem atração de ir conhecer a transformação de Medellín. Eu acredito que o que mudou foi o coração das pessoas de Medellín.

Romper os esquemas políticos sempre é muito difícil. Mas quando a comunidade é empoderada do sonho da cidade torna-se difícil um político se esquivar dos interesses da comunidade. Então, não importa o partido político, o gestor estará sempre girando em torno dos sonhos da cidade.

Como Medellín conseguiu? Em primeiro lugar, não à corrupção. Se um presidente é corrupto, um governador será corrupto, um prefeito será corrupto e terá cidadãos corruptos. Os governos educam com a imagem. Por esse motivo, é necessário que os nossos governantes sejam transparentes e respeitosos com o dinheiro público. Porque a corrupção é o pior dos danos que pode acontecer a qualquer sociedade. Medellín não é uma cidade rica, mas é uma cidade que era muito malconduzida. E, por sorte, foram feitos 11 mandamentos da nova política, nos quais um deles é: o dinheiro público é sagrado. E isso significa que se há transparência e vigilância cidadã sobre esse dinheiro público, sobre o qual o prefeito deverá prestar contas dos investimentos a cada três meses, pode haver confiança e o dinheiro sempre será suficiente.

Uma cidade requer que se pense seriamente. E, para pensar seriamente, é preciso olhar pelo menos 20 anos à frente. E tem que pensar a partir de cinco componentes: mobilidade, habitação, meio ambiente, equipamentos e espaço público. Para Medellín, esse planejamento obrigava a ter um 6º elemento, segurança e convivência. A segurança e a convivência não

para colocar polícias, mas para que tenham melhor transporte, para que tenham melhores habitações, melhores espaços públicos, melhores equipamentos e melhor meio ambiente. Aí se consegue ter uma melhor segurança. Mas necessitávamos de uma empresa que ajudasse a fazer tudo junto planejamento, trabalho social e gerenciamento econômico dos recursos do território, criou-se a EDU -- Empresa de Desenvolvimento Urbano. É muito importante, como recomendação, que um município tenha uma empresa industrial e comercial do Estado que permita ser autossuficiente prestando serviço a outros municípios menores para que possa desenvolver um trabalho integral. Não somente de planejamento do território, mas como de consulta.

Um município propõe um projeto importante para o território, determina-se um selo e buscam-se os sócios. Os sócios estão não somente na capacidade econômica de colocar dinheiro nesse projeto, mas também na capacidade tecnológica e técnica. Se eu entrego a uma empresa privada o domínio de um edifício público, devo assegurar o seguinte: primeiro, que haja duas regras nas concessões nas APPs – Associação Público-Privada. A primeira é que a cada ano essa empresa seja revisada economicamente porque se estiver tendo prejuízos, esse projeto vai falir. Se o governo dura quatro anos, antes de terminar meu governo, devo fazer uma fiscalização severa do ponto de vista econômico e de infraestrutura, para poder entregar ao próximo governante um saldo verde desse projeto ou dessa concessão. Nossa experiência negativa com as APPs na América Latina é que damos concessão de 30 anos e ninguém fiscaliza nada. Ao final, terminam entregando uma termoelétrica que não é nem termo e nem elétrica.

O Brasil, 4º maior país do mundo, tem muitos lugares parecidos com Medellín. Também sei que tem situações tão similares às que temos em Medellín e que poderíamos compartilhar a experiência. Mas, vejam, não tem que copiar nada de Medellín. Nada. O que nós fizemos em Medellín foi resolver nossa Medellín. E foi perguntado a nossa gente o que queriam. Eu lhes convido a copiar o modelo de perguntar às pessoas o que elas querem, isso sim me parece uma vantagem. Mas qualquer coisa que hajam visto, um Metrocable, um bonde, não importa, isso é o de menos. Se preocupem com sua gente. Preocupem-se em perguntar à sua gente o que querem. Aí está a chave. Por isso, nesse sentido lhes dou todo apoio que necessitem e que queiram para adotar a metodologia de aproximação à comunidade. O mais importante é aproximar-se das pessoas. Vocês são muito amáveis.

Obrigado.

“ Não tem que copiar nada de Medellín. Nada. O que nós fizemos em Medellín foi resolver nossa Medellín. E foi perguntado a nossa gente o que queriam. Eu lhes convido a copiar o modelo de perguntar às pessoas o que elas querem, isso sim me parece uma vantagem ”



GUSTAVO RESTREPO

é arquiteto e urbanista pela Universidade Pontifícia Bolivariana, UPB, com mestrado em Engenharia de Novos Materiais pela Faculdade de Engenharia Mecânica UPB. Trabalhou como professor universitário em diferentes faculdades na Colômbia e no Exterior. Trabalhou para a Empresa de Desenvolvimento Urbano por mais de cinco anos, no cargo de Coordenador de Projetos com o Projeto Urbano Integral Comuna 13 e o Projeto Urbano Integral do Metroplus. Foi gerente de Projetos Urbanos da Empresa de Desenvolvimento Urbano de Medellín (EDU), na qual foi responsável por materializar o Plano de Desenvolvimento 2008 - 2011 da Prefeitura de Medellín, nos temas de segurança e convivência, saúde, educação e espaço público. Atualmente, trabalha como arquiteto no setor público e privado, também sendo conselheiro e apresentador do programa cultural Arte y Cia. no Canal Teleantioquia na televisão colombiana.



Estação Central do metrô, Rodoviária do Plano Piloto de Brasília

O direito à cidadania metropolitana

Por Benny Schvarsberg, professor e pesquisador em Planejamento Urbano da FAU/UnB

Vou tentar construir algumas pontes que, do meu ponto de vista, são absolutamente inseparáveis entre dois marcos da política urbana brasileira, o Estatuto da Metrôpole e o Estatuto da Cidade. Na Constituição de 1988, conseguimos inscrever um capítulo de política urbana na nossa Carta Magna. Um fato histórico extremamente relevante do ponto de vista da tradição da política urbana brasileira. O conceito basilar da nossa política urbana remonta ao Código Civil de 1910, de uma tradição fundada no direito de defesa da propriedade privada e particular. Ao conceber o marco jurídico urbanístico fundado na função social da cidade, nós conseguimos partir de uma perspectiva nova. Esse é um elemento fundamental. Apesar de abrir um horizonte bastante promissor para a construção e implementação de políticas e planejamento de gestão urbana no Brasil, a Constituição de 1988 foi licenciosa do ponto de vista do conceito e da regulamentação de regiões metropolitanas do Brasil. Em função disso, a partir de 1988, tivemos uma safra de novas regiões metropolitanas de discutível critério para a sua instituição. A maior parte das nossas regiões metropolitanas é vista como uma agregação virtual, da mesma maneira que a maioria dos 5 mil municípios no Brasil são de uma absoluta virtualidade. E esse é, concretamente, o nosso território.

“ A maior parte das nossas regiões metropolitanas é vista como uma agregação virtual, da mesma maneira que a maioria dos 5 mil municípios no Brasil são de uma absoluta virtualidade ”

“ O melhor dos planos diretores não vai conseguir ter mínima eficácia se não implementar os instrumentos de política urbana indutores do desenvolvimento urbano que promovam a regularização fundiária e a democratização da gestão das nossas cidades ”

E, concretamente, foram criadas dezenas de novas regiões metropolitanas nesse quadro de virtualidade completa. Nada mais do que figuras institucionalizadas para facilitar o acesso aos recursos federais.

Outro aspecto importante deste debate é o fato de que a regulamentação do capítulo da Política Urbana, dos artigos 182 e 183, com o Estatuto da Cidade, deixou uma lacuna enorme: não enfrenta concretamente o tema. O melhor dos planos diretores não vai conseguir ter mínima eficácia se não implementar os instrumentos de política urbana indutores do desenvolvimento urbano que promovam a regularização fundiária e a democratização da gestão das nossas cidades, porque de princípios e marcos estamos razoavelmente bem abastecidos. Agora, de instrumentos concretos que efetivem o direito à cidade nós estamos muito mal das pernas.

Um conceito-chave para um entendimento do momento que estamos vivendo é o tema do direito à cidade, a partir do esforço de implantação de um novo marco jurídico urbanístico. O direito à cidade não é um simples direito de ir e vir, não é um simples direito de usufruir dos benefícios que a vida urbana pode nos oferecer. O Brasil, em 40 anos ou talvez menos, da década de 50 em diante, viveu um processo alucinado de urbanização. O que países da Europa e da Ásia viveram em um século ou mais nós vivemos em algumas poucas décadas. É evidente que uma urbanização tão alucinada paga seu preço na precariedade imensa de serviços, de infraestrutura e de equipamentos na maioria das nossas cidades.

A marca da precariedade nos serviços, na infraestrutura, na precariedade do espaço público, a começar pelas calçadas, é uma marca indelével do preço pago por esse processo de aceleração alucinado que nós tivemos e diante do qual os esforços de construção de políticas, planejamento, gestão, construção de instrumentos em sua implementação são ainda muito parcos. É muito promissora e até sedutora a ideia de que o direito à cidade, mais do que a liberdade do ir e vir individual e coletiva, está no direito renovado e transformado a vida urbana. Ou seja, inclui o direito à transformação da vida urbana, a transformação das nossas cidades. No sentido da liberdade, que é o bem mais precioso de todos os nossos direitos.

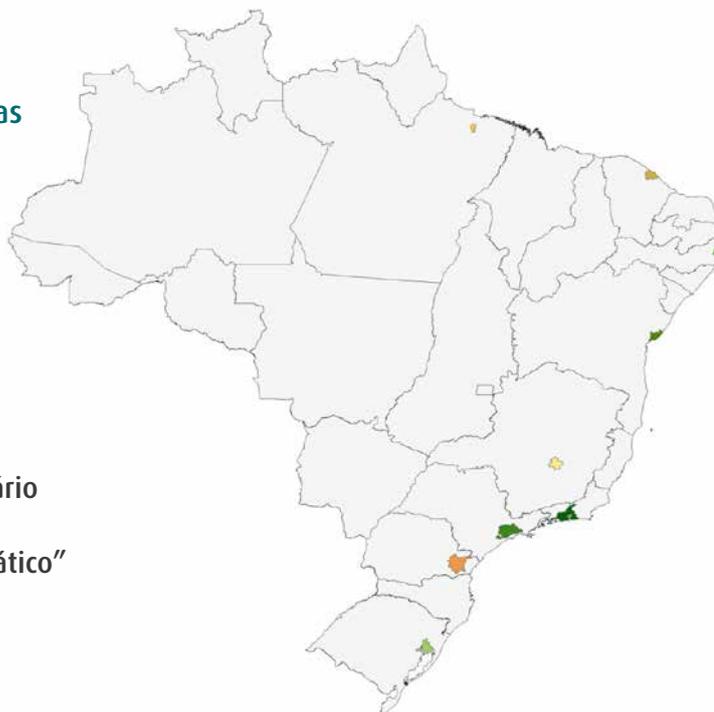
Somos pouco mais de 200 milhões de habitantes, dos quais 180 milhões são, em tese, urbanos. Desses, algo em torno de 50% estão concentrados em algumas poucas cidades metropolitanas. Portanto, o debate da questão metropolitana tão fragilmente construído no Estatuto da Cidade, não foi enfrentado, e agora foi retomado com o Estatuto da MetrÓpole.

O Estatuto da MetrÓpole é um elemento importante do ponto de vista do marco institucional brasileiro. Do ponto de vista do marco jurídico-urbanístico, no entanto, a sua implementação tem pela frente o enorme desafio que é construir o direito à cidade metropolitana. E não é só ampliar o direito à cidade à escala metropolitana. É uma ressignificação da cidadania metropolitana. No Brasil, a maioria das cidades tem orgulho em se reconhecer e ser vista como uma cidade metropolitana, como se não trouxesse consigo

Evolução da instituição de RM no Brasil

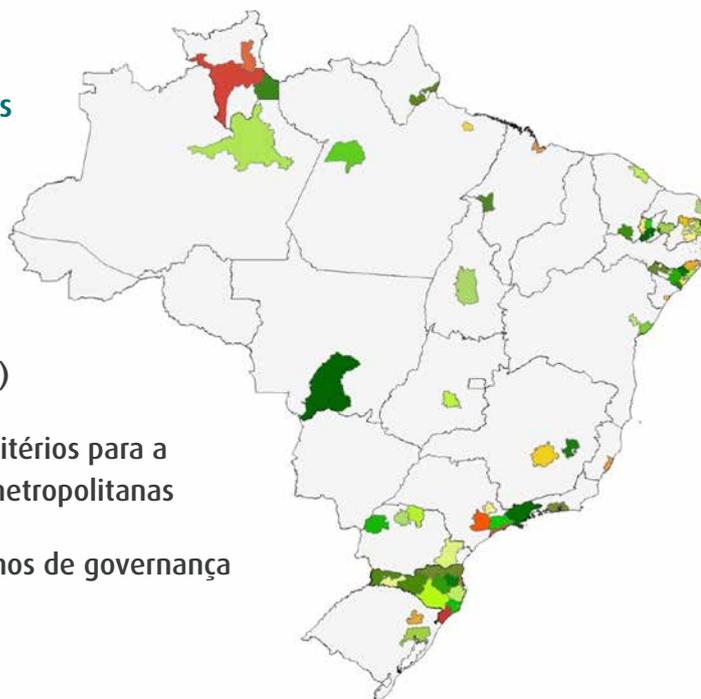
9 Regiões Metropolitanas existentes na década de 1970

- Criação por Lei Federal
- Critérios nacionais
- Regime político autoritário
- Planejamento “Tecnocrático”



66 Regiões Metropolitanas existentes na década de 2014

- Proliferação de regiões metropolitanas (66 RM's)
- Grandes diferenças de critérios para a instituição das regiões metropolitanas
- Fragilidade de mecanismos de governança



QUANTIDADES	AGLOMERAÇÃO URBANA	REGIÃO METROPOLITANA	RID	TOTAL
Instituídas	5	71	3	79
Municípios	64	1.200	45	1.309
População	3.584.805	97.051.091	5.562.682	106.198.578

Fonte: Elaboração do autor a partir de dados do IBGE, 2013 e DEAP, 2014.

toda a carga de ônus que a área metropolitana tem, especialmente do ponto de vista da precariedade e da inexistência de serviços públicos básicos. Tanto assim que a maior movimentação de rua que o Brasil dos últimos 50 anos viveu, a de 2013, foi provocada a partir do tema da mobilidade urbana.

A mobilidade urbana é o tema estruturante de todo o debate da política urbana brasileira, até porque um dos elementos perversos da nossa tradição é sermos incapazes de estabelecer diálogos entre as políticas urbanas entre si. Elas existem isoladamente: políticas de mobilidade, política de uso e ocupação do solo, política de saneamento, política ambiental e política de patrimônio histórico. Esse é um dos elementos centrais das nossas dificuldades para implementar a cidadania metropolitana no Brasil. Fazer cumprir a função social da cidade e da propriedade é fazer com que cada pedaço de chão das nossas cidades cumpra aquilo que está orientado como destinação dos seus planos diretores.

Um passo fundamental que tem que ser dado, a atualização da lei de terras no Brasil, a fatídica 6766 de 1979. Há pelo menos 13 anos, tramita no Congresso Nacional a revisão da lei de parcelamento do solo no Brasil. É uma conquista fundamental para tentarmos dar uma amarração nesse novo ciclo político urbano no Brasil.

Muito obrigado.



BENNY SCHVARSBERG

é arquiteto e urbanista pela Universidade Federal Fluminense, mestre em planejamento urbano pela Universidade Federal do Rio de Janeiro, doutor em sociologia urbana pela Universidade de Brasília. Trabalhou nas áreas de urbanismo e patrimônio cultural no governo do Estado e Prefeitura do Rio de Janeiro. Foi diretor de projetos e presidente do Instituto de Planejamento Territorial e Urbano do Distrito Federal. Foi diretor de planejamento urbano e secretário nacional de programas urbanos do Ministério das Cidades. Foi secretário executivo da ANPUR - Associação Nacional de Pós Graduação e Pesquisa em Planejamento Urbano e Regional. Desde 1992 é professor e pesquisador em urbanismo e planejamento urbano da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da UnB.

As Regiões Metropolitanas atualmente:



88,7% dos domicílios em aglomerados subnormais (IBGE-2010)

60% do déficit habitacional;

65% do total de receitas em abastecimento de água e esgotamento sanitário (SNIS-2012);

90% dos indivíduos com renda *per capita* de até três salários mínimos;

Apresentam taxas de **35 homicídios** por 100 mil habitantes (mais de cinco vezes a média mundial-ONU).



O planeta
é urbano

Governança para as metrópoles

Por Jório Cruz, arquiteto e urbanista, professor aposentado da FAU/UFPE

Gosto muito de mostrar essa fotografia aérea porque ela mostra o quanto o planeta é urbano. E é curioso porque cada pontinho desse parece ser uma cidade. E o que nós vemos é uma grande cidade feita de cidades. Recife é uma cidade absolutamente conurbada com 14 municípios. Só um que não é conurbado porque era um distrito e foi transformado em município e ficou fora do esquema. Treze cidades totalmente conurbadas. Treze governos absolutamente autônomos. E eu não tenho com quem falar sobre a metrópole. Ninguém. Não existe representatividade política, não existem elementos fiscais que sejam da metrópole. A metrópole é uma abstração, uma abstração política porque não há lugar na metrópole para os políticos. Os políticos são, acima de tudo, municipais.

As cidades têm governança própria, mas a metrópole não. Veja que o Estatuto da Cidade veio para trazer governança. O ponto principal do Estatuto da Metrópole é uma governança interfederativa, intergovernamental. Então a governança da metrópole precisa ser uma governança dos municípios em conjunto com o Estado. Por que o Estado? Porque a metrópole é o grande centro cultural, econômico, social, a grande riqueza nacional está concentrada nas metrópoles e é importante que o Estado se interesse por ela.

O Estatuto da Metrópole estabelece que a governança é da metrópole, não é da região metropolitana. Há uma diferença muito grande entre região metropolitana e metrópole. A gente precisa acabar com essa história de região. A região é a área de influência da metrópole. O que importa é a essência que é a metrópole, que é uma cidade. Há nessa história um paradoxo absolutamente insustentável. As cidades têm governo próprio. As metrópoles não

“Metropolitano é adjetivo que todos compreendem. Mas o substantivo metrópole ninguém compreende, é substantivo abstrato”

têm governo próprio. As cidades têm parlamento e legislação. As metrópoles não têm nem parlamento nem legislação própria. A cidade tem realidade fiscal, a metrópole não tem realidade fiscal. A cidade tem representatividade política. A metrópole não tem representatividade política. As cidades têm serviços urbanos. As metrópoles não têm serviços urbanos. A cidade tem planejamento legítimo. As metrópoles não têm planejamento legítimo.

Finalmente, as cidades têm estrutura institucional plena. A metrópole não tem estrutura institucional plena. A metrópole é uma abstração. Como é que eu posso convencer as pessoas de que elas são da metrópole? Você não pode planejar uma cidade planejando isoladamente e autonomamente cada bairro. Ou você trata da cidade como um todo ou jamais você vai chegar aonde quer.

O Estatuto da Cidade é cumprido porque as cidades têm gestão plena. O Estatuto da Metrópole não é cumprido porque as metrópoles não têm gestão plena. O problema é político, o problema não é mais técnico. O CAU tem que ser protagonista do Estatuto da Metrópole. Há 40 anos que se trava esse discurso no Brasil. Desde que foram criadas as primeiras regiões metropolitanas que se discute planejamento metropolitano e a questão da governança.

O CAU tem que procurar os políticos e começar a negociar uma forma de se criar a tal governança interfederativa. Não é mais uma questão técnica, a questão é política. Não estamos conseguindo que os políticos entendam ou eles não estão achando que é questão deles, porque a questão deles está resolvida, eles têm o espaço político no município, não na metrópole.

“Metropolitano” é um adjetivo que todos compreendem. Mas o substantivo “metrópole” ninguém compreende, é substantivo abstrato.

A metrópole é uma cidade feita de cidades, mas essas cidades não são autônomas, os municípios delas são. A metrópole é do interesse comum dos municípios. Bom, isso está na

Paradoxo Insustentável

As Cidades:	As Metrôpoles:
<i>Têm governo próprio;</i>	<i>Não têm governo próprio;</i>
<i>Têm parlamento e legislação própria;</i>	<i>Não têm parlamento nem legislação própria;</i>
<i>Têm realidade fiscal;</i>	<i>Não têm realidade fiscal;</i>
<i>Têm representatividade política;</i>	<i>Não têm representatividade política;</i>
<i>Têm orçamento próprio;</i>	<i>Não têm orçamento próprio;</i>
<i>Têm serviços urbanos;</i>	<i>Não têm serviços urbanos;</i>
<i>Têm planejamento legítimo;</i>	<i>Não têm planejamento legítimo;</i>
<i>Têm estrutura institucional plena.</i>	<i>Não têm estrutura institucional plena</i>

Fonte: Material apresentado por Jôriô Cruz (adaptado)

“O problema é político, o problema não é mais técnico. O CAU tem que ser protagonista do Estatuto da Metrópole. Há 40 anos que se trava esse discurso no Brasil”



JÓRIO CRUZ

é arquiteto e urbanista, ex-professor concursado da Faculdade de Arquitetura da Universidade Federal de Pernambuco, ex-presidente da Fundação de Desenvolvimento da Região Metropolitana do Recife – FIDEM, é diretor da empresa Jório Cruz Arquitetura & Consultoria Eireli EPP. Participou das discussões técnicas durante a elaboração do Estatuto da Metrópole na Câmara dos Deputados e no Estado da Bahia. Participou dos estudos e debates sobre a gestão das metrópoles nas Regiões Metropolitanas de Belém, Recife, Cariri e Sul da Bahia. Publicou, além de inúmeros artigos em jornais sobre questões urbanas e metropolitanas, os livros “Os municípios se sublimam na metrópole” e “Modelos de governança metropolitana”, esse último em parceria com o jurista Geraldo Neves. É Conselheiro Titular do Conselho de Arquitetura e Urbanismo de Pernambuco.

lei desde 1973. Interesse comum, mas ninguém acha os comuns desse interesse. Muitos prefeitos dizem: “Eu não posso perder o poder. Essa história me tira o poder.” Sem o governo interfederativo, não há planejamento. “Faço planejamento para quem? Quem me paga? Ninguém”. A política urbana e ambiental começa na metrópole. Esse Seminário de Política Urbana e Ambiental deveria se centrar na metrópole. O Brasil está com mais de 50% da sua população vivendo nessas cidades e elas não são merecedoras de uma verdadeira cidade para as pessoas. É problema nosso? É. Nós, arquitetos e urbanistas nós, CAU, não estamos fazendo a nossa lição completa. Precisamos ser mais ousados, precisamos procurar mais os políticos, precisamos conversar mais com os prefeitos, com os candidatos a prefeitos e precisamos começar a ameaçá-los de que vamos cobrar no final e cobrarmos no final.

É necessário que o Conselho de Arquitetura e Urbanismo do Brasil e dos Estados tomem consciência da prioridade, porque o primeiro ano do Estatuto já passou. Só faltam dois anos para se cumprir o prazo. Os governadores e os prefeitos que não cumprirem a lei serão questionados de acordo com a lei. A gente precisa começar a chamar o governador de cada Estado e dizer para ele: “Olhe, tome cuidado...” É muito importante uma posição concreta, efetiva, do CAU em relação a isso.

Obrigado.

O CAU e a Governança da Metrópole

Pelo estatuto da metrópole, o CAU é **protagonista**

Não é mais uma questão técnica. **É uma questão política**

A metrópole não pode continuar governada em **segmentos autônomos**

A metrópole é do interesse comum dos **municípios**

Sem um **Governo Interfederativo** não há planejamento

A **Política Urbana e Ambiental** começa na metrópole

Fonte: Material apresentado por Jório Cruz (adaptado)



Parque Olímpico da Barra da Tijuca/ RJ

O grande evento passa, a cidade fica

Por Fabiana Izaga, arquiteta e urbanista, professora adjunta na FAU/UFRJ

Uma rede de grandes cidades tomou forma na última metade do século XX, sobretudo as grandes capitais mundiais. Também nos países em desenvolvimento houve um crescimento enorme dessa rede urbana. Embora São Paulo esteja dentro da rede de grandes metrópoles mundiais, há outras capitais brasileiras com outras dinâmicas de informalidade e até de características de planejamento. No Rio de Janeiro, houve o que eu chamo de indutores de crescimento urbano, que são as infraestruturas de transporte. Dividi o Rio de Janeiro em três indutores de crescimento:

- A Baía de Guanabara. O colonizador chega pelas águas, e toda essa rede hidrográfica que se faz a partir da centralidade, que é a própria Baía de Guanabara.
- Trezentos anos depois, a gente tem um grande salto, que é a inserção dos trilhos, da ferrovia. Esse território se expande enormemente. Um vetor que vai para São Paulo, a Central do Brasil, o vetor que vai para Minas, sobretudo para escoamento de produção, mas que vai estruturar também o crescimento da cidade do Rio de Janeiro. Os trilhos partem do centro principal da cidade em direção à região norte. Na década de 1960, o Rio de Janeiro estava estruturado em cima dessa rede de trilhos e de bondes, com uma densidade enorme, altamente sustentável.
- A partir das década de 1950/1960, era muito comum você ter um Guia Rex da cidade, antes do GPS, do Google Maps. Foi quando a rede rodoviária começa a se consolidar. Ela vem desde o início do século XX, mas a partir da segunda metade do século, ela passa a estruturar e a induzir o crescimento urbano das cidades. A partir de então, o Rio de Janeiro vai perdendo paulatinamente a densidade, vai se espalhando e aumentando esse esgarçamento.



Fonte: Material apresentado por Fabiana Izaga (adaptado)



Os três indutores de crescimento do Rio de Janeiro:
 (1) Águas – a Baía da Guanabara, 1575,
 (2) Ferrovias – Linhas da Central do Brasil, 1898 e
 (3) Rodovias – Mapa Rodoviário Oficial do Distrito Federal Guia Rex, 1959

“Depois da mudança da capital para Brasília, até 1975, tínhamos uma cidade-Estado, quando houve a fusão do Estado da Guanabara com o Estado do Rio de Janeiro. No limbo das décadas de 1980 e 1990, cria-se a região metropolitana do Rio de Janeiro, a procura por essa identidade, essa visão de si. E se descobre o gancho dos grandes eventos na cidade maravilhosa”

Toda a estrutura de trilhos parte do centro principal da cidade em direção à região Norte. A zona sul só iria se desenvolver a partir do plano de Lucio Costa, de 1969, de ocupar a baixada de Jacarepaguá. Uma proposta ambiciosa, pós-Brasília, que pretende dar um novo devir para o Rio de Janeiro, que é a mudança do centro principal da cidade para a Barra da Tijuca, o que não se verificou, mas que perdurou, como hipótese, até mais ou menos a década de 1980 ou 1990. Sabemos hoje, definitivamente, que são duas estruturas diferenciadas, dinâmicas diferenciadas na cidade, embora estejam conectadas.

Nos anos 1990, a cidade sofre extremamente com a violência urbana, mas é um momento também onde se reconhece a importância das favelas e da sua urbanização. É o momento do Favela-Bairro. O programa de Medellín foi muito inspirado no Favela-Bairro. Ao invés de continuar estendendo a mancha urbana, reconhecer os territórios ocupados e reurbanizá-los. Em 2010, a gente vê favela em todo o território – população em favela, população em loteamentos irregulares, conjuntos residenciais e áreas de risco. Em todo o território, na zona sul, na zona norte, na Barra, na zona oeste e mais além, perto de Santa Cruz e Campo Grande, em áreas centrais.

Sempre pergunto para meus alunos, na FAU, quanto tempo eles demoram para chegar ao campus da Ilha do Fundão, que é mais ou menos central. Em geral, eles têm demorado uma hora e meia no trajeto. Facilmente, as pessoas no Rio de Janeiro estão perdendo três horas do dia para se deslocar de uma parte a outra da cidade.

Depois da mudança da capital para Brasília, até 1975, tínhamos uma cidade-Estado, quando houve a fusão do Estado da Guanabara com o Estado do Rio de Janeiro. No limbo das décadas de 1980 e 1990, cria-se a região metropolitana do Rio de Janeiro, a procura por essa identidade, essa visão de si. E se descobre encontra o gancho dos grandes eventos na cidade maravilhosa. Aí, a questão que se coloca é: de que forma esses grandes eventos estão de fato contribuindo positivamente para o bom crescimento da cidade? Desde 1996, vinha se tentando as candidaturas do Rio. A primeira para o Pan-

“ Uma cidade metropolitana com 12 milhões de habitantes, 60% da população habitando sobre ramais de trilhos, e os Jogos Olímpicos criando um quarto indutor de crescimento da cidade, que é totalmente doido, porque atira para todos os lados ”

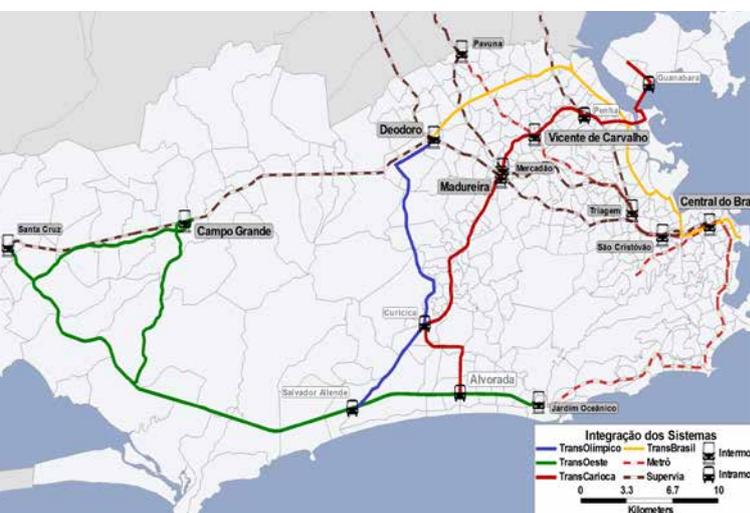
Americano. Em 2007, a Barra da Tijuca é o lugar escolhido como local para receber os jogos olímpicos, e o principal argumento é a questão da segurança. Ou seja, embora na Barra more uma porcentagem muito pequena da população, os grandes eventos são realizados lá. É um investimento muito grande com os parques olímpicos. Ficam alguns legados esportivos que são demolidos para a Olimpíada de 2016. É o caso do velódromo que não era adequado aos padrões olímpicos.

Evidentemente que grandes eventos movimentam a cidade, movimentam a economia, é bom para os governantes porque dá a sensação de um certo dinamismo, mas o que é planejado para esses grandes eventos em relação ao crescimento da cidade, eu tenho sérias dúvidas. A famosa Vila do Pan, cuja estrutura foi bancada pela Prefeitura, ruiu porque tinha sido mal executada.

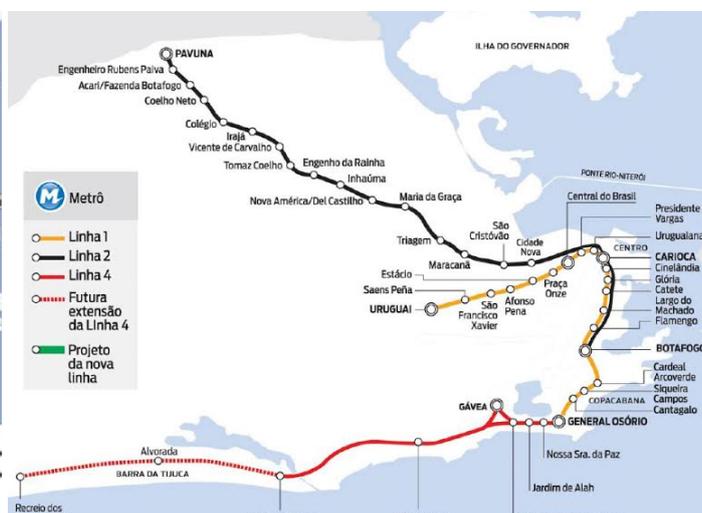
Vem a Copa do Mundo, em 2014. O cenário é outro, ocorre em 12 cidades e, no Rio, o foco é o Maracanã que já havia sido reformado no Pan. Ele é basicamente jogado abaixo e refeito internamente. Isso vai custar um pouco mais do dobro do orçamento inicial, de R\$ 600 milhões. Pior só aconteceu em Brasília. Como se sabe, os projetos foram feitos pelo regime de RDC, que surgiu com a Copa, e delega para as construtoras a atribuição de fazer os projetos.

Chegam os Jogos Olímpicos, o plano de cinco anéis rodoviários. Por parte dos governos estadual e municipal, a extensão do metrô. Uma rede de BRTs, o VLT no centro e a demolição da Perimetral. São parte das obras de infraestrutura que estão no escopo do projeto olímpico.

Uma cidade metropolitana com 12 milhões de habitantes, 60% da população habitando sobre ramais de trilhos, e os Jogos Olímpicos criando um quarto indutor de crescimento da cidade, que é totalmente doido, porque atira para todos os lados. O arco metropolitano e uma rede de BRTs que direciona o crescimento em direções diversas dentro da mancha metropolitana. Ela não está concentrada em um local para diminuir a expansão. Pelo contrário, ela reforça o crescimento radial do centro em relação às bordas.

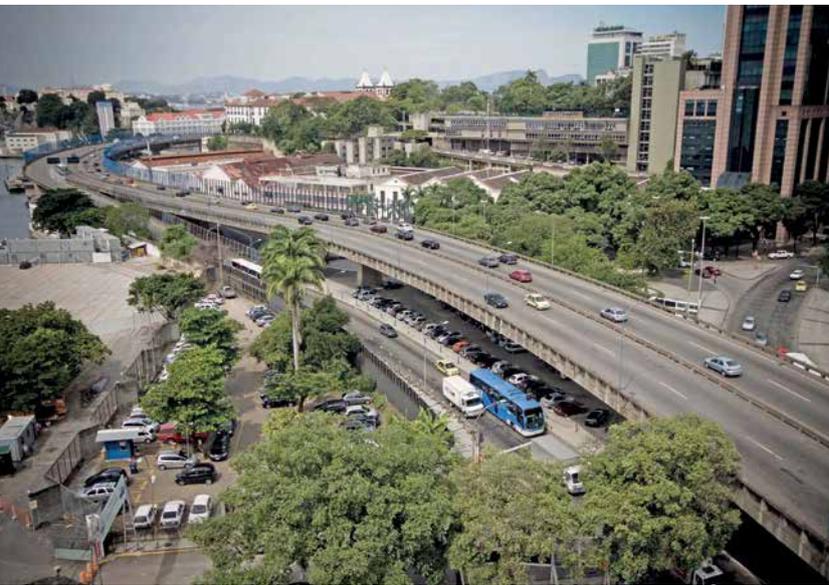


Linhas de BRT do Rio de Janeiro: corredores segregados para ônibus



Linhas de Metrô do Rio de Janeiro: extensão em linha

Fonte: Material apresentado por Fabiana Izaga (adaptado)



Fontes: Divulgação Prefeitura do Rio de Janeiro



Praça Mauá antes e depois da derrubada da Perimetral

Das quatro linhas do BRT, Transoeste, Transolímpica, Transcarioca e Transbrasil, duas vão de fato beneficiar a cidade, a Transcarioca e a Transbrasil. A Transoeste opera há algum tempo, com superlotações. Atravessa áreas em Guaratiba onde ninguém mora, são reservas. Está de novo reforçando movimentos pendulares. A Transolímpica liga os dois parques olímpicos, na Barra e em Deodoro. A Transcarioca é o arco circunferencial que sai da Barra e vai até o Aeroporto do Galeão, e a Transbrasil vai passar sobre a Avenida Brasil. Atravessa territórios antigos do subúrbio e tem de fato o potencial de dar uma nova agregação para essa área habitada por grande parte da população.

De qualquer jeito, ele rasgou esse tecido urbano e tenho dúvidas da qualidade desse projeto urbano, porque embora ofereça um novo vetor de transporte, ele segrega a cidade com a visão totalmente funcionalista do que um vetor de transporte pode fazer no meio urbano.

O Rio de Janeiro é uma das poucas cidades que fazem um metrô em linha, não em rede. Ao invés de você ter um plano de linhas antigo que justamente propunha uma rede de intersecções enorme, a gente está reforçando de novo essa ancoragem na Barra e essa ausência de um planejamento de uma rede de transporte. Porque hoje os deslocamentos das cidades são múltiplos, você se desloca na cidade com vários objetivos, e o ideal é você ter várias possibilidades para chegar de um lugar a outro.

E esse VLT liga a antiga rodoviária, está tudo em obras atualmente, e chega até o Aeroporto Santos Dumont. Então, ele pode ser muito positivo porque pode qualificar os deslocamentos à média distância do centro, mas ele não resolve os grandes deslocamentos intraurbanos da cidade.

Nesse contexto todo, houve a demolição da Perimetral. Como ocorreu em várias cidades mundo afora, rasgou-se o tecido antigo da cidade com a intromissão de grandes viadutos. A

“ A demolição da Perimetral foi um ganho para a cidade. Mas qual a qualidade do que foi construído? O planejamento volta a priorizar o automóvel. É meio irônico e contraditório ”

“ Para a cidade do Rio de Janeiro, a Baía de Guanabara é fundamental porque desses 21 municípios que compõem a região metropolitana do Rio de Janeiro 15 estão ao redor dela. Sucessivos programas de despoluição não tiveram sucesso. Se conseguirmos resolver ou encaminhar o problema da Baía de Guanabara no Rio de Janeiro, se a Baía for bem, o município e a cidade do Rio de Janeiro vão bem ”

demolição da Perimetral foi um ganho para a cidade. Um enorme viaduto na frente do Paço Imperial foi demolido. Tudo bem, eu estou demolindo uma coisa que estava interferindo, mas qual é a qualidade do que eu estou construindo em cima?

Ou seja, eu volto a dar uma prioridade para o automóvel. É meio irônico e contraditório, são intervenções que estão vindo no açodamento para os Jogos Olímpicos, mas, na verdade, estão criando outras coisas.

Cinquenta por cento da população do Rio de Janeiro moram fora do município do Rio de Janeiro. Então, é impossível a gente hoje pensar a cidade sem pensar essa grande escala. Muito se fala da policentralidade: “Ah, vamos desconcentrar a cidade”. Que tal antes a gente melhorar os vetores de transporte? Será que não estamos com um falso problema? Antes de ficarmos fazendo centros, será que isso não se resolve se a gente melhorar o transporte e continuamos otimizando infra-estruturas que já estão instaladas, o local dos empregos?

Para a cidade do Rio de Janeiro, a Baía de Guanabara é fundamental porque, desses 21 municípios que compõem a região metropolitana do Rio de Janeiro, 15 estão ao redor dela. Sucessivos programas de despoluição não tiveram sucesso. Se conseguirmos resolver ou encaminhar o problema da Baía de Guanabara, se a Baía for bem, o município e a cidade do Rio de Janeiro vão bem. É preciso gerar densidade. Ainda existem franjas com densidade muito baixa, e a gente tem áreas centrais estruturadas por trilhos que podem receber mais população. É fundamental traçar esse planejamento da metrópole, do seu território, com a mobilidade urbana. Vamos ficar com saldo de todas as intervenções que vieram com esses grandes eventos, mas muitos deles ainda são conflitantes entre si. O nosso vetor é a Baía. É muito importante que quando a gente for fazer o investimento em transporte isso seja de fato para estruturar o território. Eu acabo por aqui.

Obrigada.



FABIANA IZAGA

é arquiteta e urbanista pela Universidade Santa Úrsula (1991), Especialista em História da Arte e Arquitetura no Brasil na PUC-Rio (1993-94), Mestre em Artes Visuais pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (2001) e Doutora em Urbanismo pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (2009), com doutorado sanduíche na École des Hautes Études en Sciences Sociales, Paris, França (2007-08). Professora Adjunta na Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade Federal do Rio de Janeiro (2006-), pesquisadora do Programa de Pós-graduação em Urbanismo Proureb/FAU-UFRJ nas áreas de mobilidade urbana, ensino de projeto e história urbana do Rio de Janeiro. É secretária geral do Instituto de Arquitetos do Brasil (2014-), em nível nacional, vice-presidente do Instituto de Arquitetos do Brasil - Rio de Janeiro (2012-). Possui experiência profissional em projetos de arquitetura e estudos e planos de urbanismo, atuando principalmente em projetos urbanos, mobilidade urbana e habitação.



A arte de saborear pizza (e cidades)

Por José Antônio Lemos, arquiteto e urbanista, professor da Universidade de Cuiabá

Vou falar sobre a arte de saborear pizzas. Essa é uma brincadeira que faço com meus alunos. Uma pessoa pode pedir uma pizza grande e vai comer só um pedacinho, desperdiçando o resto. É muito dinheiro jogado fora. E a pessoa, por mais que se esforce para comer, não fica satisfeita, principalmente porque desperdiçou. Ou, para não pagar muito, convida amigos para comer a pizza, todo mundo paga um pouquinho, mas ninguém fica satisfeito. Pagou pouco, mas também não adiantou muita coisa. Por fim, aqui a solução que parece melhor é você pedir a pizza que te satisfaz, pagar aquilo que é conveniente e razoável, e sair satisfeito, sem desperdiçar e sem consumir mais do que deveria.

A cidade sustentável deve ser compacta, densa e diversificada. Numa síntese muito bem feita pelo professor Carlos Leite, a cidade tem que ser também justa e incluyente. Compacta, densa e diversificada é um paradigma para as cidades. Essa ideia não é de agora. Vem desde os etruscos. O Benévolo (Leonardo Benévolo) já falava isso. A cidade etrusca não podia se expandir aleatoriamente, deveria ter um limite. Têm-se, no Urbanismo medieval, altíssimas densidades, muito em função da infraestrutura. A infraestrutura das cidades medievais, principalmente as muralhas, era caríssima. Eles queriam ter o máximo de pessoas em cada uma dessas cidades, chegando a densidades acima de 200 habitantes por hectare, e algumas até bem mais, no sentido de ratar a pizza, ratar a cidade de uma forma que agradasse todo mundo.

Em seguida vem a Carta de Atenas. A gente sabe que foi superada em diversos pontos, principalmente em termos de proposta, mas muita coisa dela ficou, principalmente a parte de análises. É o que falo para os meus alunos: "O que passou não foi jogado na lata de lixo.



Ilustração: prof. Arquiteto e Urbanista José Maria de Andrade

Tudo o que passou acrescentou alguma coisa na construção da Arquitetura e do Urbanismo de hoje. E a Carta de Atenas traz algumas referências, entre elas, a questão da densidade, que fala em 300 habitantes por hectare como uma densidade admissível para as cidades. E fala uma coisa muito interessante e que se discute muito na faculdade: que o Urbanismo é uma ciência em três dimensões. O arquiteto é o alfaiate do espaço e o espaço tem três dimensões. Cuiabá tem uma densidade de

cerca de 21 habitantes por hectare. Imagina-se que, bem projetada, daria para ter pelo menos dez vezes o número de habitantes. A pizza ficaria muito mais barata. Com 600 mil habitantes e 21 habitantes por hectare, toda infraestrutura tem que ser maior e mais cara porque a população está muito espalhada.

As estratégias para essa expansão são, primeiro, a alegação de que o preço da terra do lado de fora do perímetro urbano é muito mais barato. E é, por estar fora do perímetro urbano, onde não há infraestrutura. Nessas horas aparecem até doações generosas. Donos, proprietários de terras, de glebas que oferecem para fazer conjuntos habitacionais, estádios, aeroportos, estruturas administrativas, prefeituras. Só que, geralmente, eles dão lá no fundo da gleba, para que o Poder Público implante a infraestrutura que vai beneficiar todo o começo da gleba, logicamente. E aquilo que teoricamente seria mais barato acaba ficando muito mais caro. Outras estratégias são obras do próprio Poder Público. Em Cuiabá, temos um bairro chamado Pedra 90, que foi feito fora do perímetro urbano em 1988, a 26,1 km do centro. É um absurdo.

“ O CAU brigar pelo Urbanismo não é brigar pelo urbanista, é brigar pelo Urbanismo que vai ter como instrumento, como ferramenta, o urbanista. Quer dizer, as cidades estão morrendo por falta de urbanista e os urbanistas estão morrendo por falta de trabalho ”

Minhas propostas: Primeiro resgatar o Urbanismo para a cidade. Acho que a consolidação do CAU, que ainda está recém começando a andar, é um processo fundamental para a vida das cidades. O CAU brigar pelo Urbanismo não é brigar pelo urbanista, é brigar pelo Urbanismo que vai ter como instrumento, como ferramenta, o urbanista. Quer dizer, as cidades estão morrendo por falta de urbanista e os urbanistas estão morrendo por falta de trabalho.

A outra proposta, que foi a nossa principal política na Lei do Uso do Solo, é crescer para dentro, ocupar os lugares vazios. Eu queria colocar também um grande sonho: do mesmo jeito que a gente tem a Lei de Responsabilidade Fiscal, que está dando uns problemas por aí, teríamos que ter a Lei de Responsabilidade Urbanística. Não é nem urbana, é urbanística para ficar mais na

“Teríamos que ter a lei de responsabilidade urbanística. Não é nem urbana, é urbanística para ficar mais na questão nossa, da cidade. E que a gente pudesse cobrar que a administração não poderia entregar a cidade com uma densidade menor do que recebeu, com mais ocupações irregulares do que recebeu.”



JOSÉ ANTONIO LEMOS

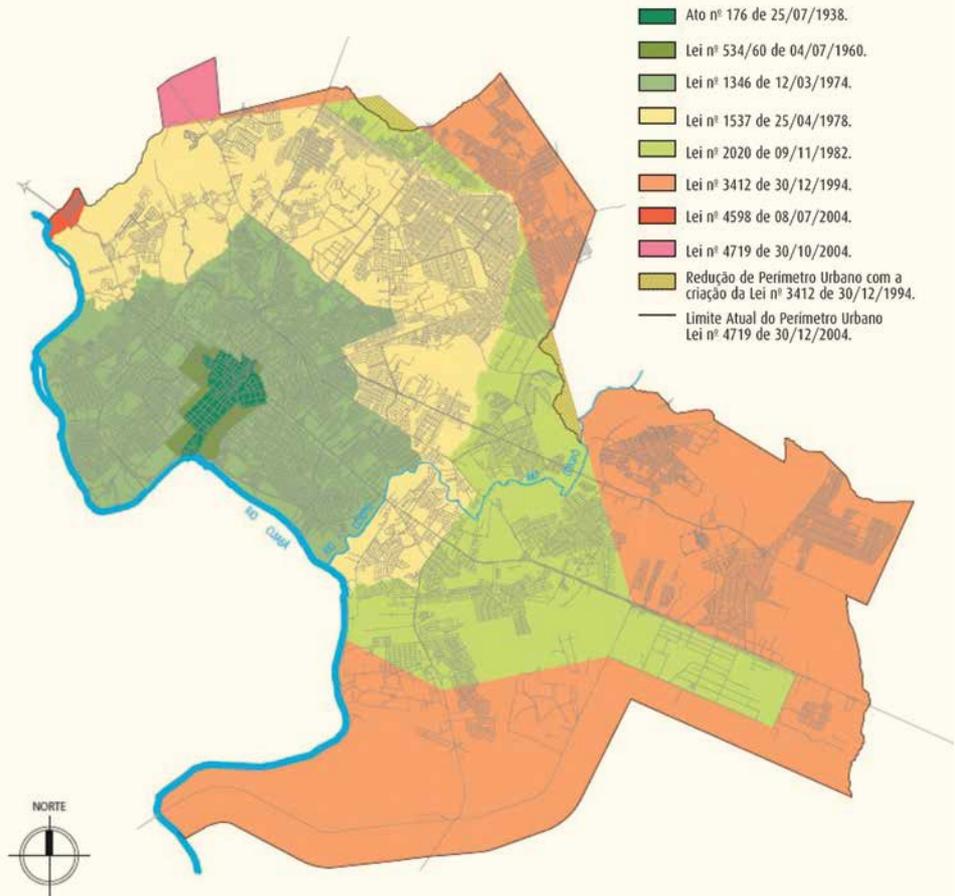
é arquiteto e urbanista pela Universidade de Brasília/1974. Pós-Graduado em Planejamento Habitacional pela UnB/1975 e Planejamento Urbano pela UnB/1976. Superintendente do Instituto de Planejamento e Desenvolvimento Urbano de Cuiabá (1993/2000); Secretário Municipal de Gov. de Cuiabá (1995); Secretário Municipal de Meio Ambiente e Desenvolvimento Urbano de Cuiabá/2001; Secretário-Executivo do Aglomerado Urbano Cuiabá/Várzea Grande (2001/2005) e Secretário Adjunto da Secretaria Municipal de Trânsito e Transportes Urbanos de Cuiabá/2006. Foi presidente da APA/MT e do IAB-MT. Professor da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de Cuiabá, articulista do Diário de Cuiabá e autor do livro “Cuiabá e a Copa”.

O Espriamento: O Caso de Cuiabá

POPULAÇÃO URBANA: 540.814 (2014)
 ÁREA URBANA: 25.457 ha
 ÁREA URBANA: 25.457 ha

EVOLUÇÃO DO PERÍMETRO URBANO

Legislações da Evolução do Perímetro



Fonte: Material apresentado por José Antônio Lemos (adaptado)

questão nossa, da cidade. E que a gente pudesse cobrar que a administração não poderia entregar a cidade com uma densidade menor do que recebeu, com mais ocupações irregulares do que recebeu.

E, por fim, só vou acreditar nisso tudo o dia em que a cidade for retomada pela cidadania. Quando a cidadania entender que a cidade é dela, não é do prefeito, não é do governador, não tem que esperar o Ministério das Cidades, tem que ir atrás, tem que cobrar, eles são funcionários do cidadão.

A cidade é do cidadão.



Rua dos Carijós, Belo Horizonte

Cidade mais compacta e amigável

Por Thiago Esteves, arquiteto e urbanista da Prefeitura Municipal de Belo Horizonte

Vou falar mais especificamente das experiências e propostas de Belo Horizonte, mas é claro que tem várias questões e problemas que são comuns, que extrapolam Belo Horizonte, que se aplicam a diversas outras cidades, principalmente cidades grandes. Mas, antes de começar, tem uma questão que eu gostaria de salientar e enfatizar, com relação à mobilidade urbana no Brasil: estamos vivendo um momento muito específico, muito contraditório, porque já temos um certo consenso técnico de que é preciso priorizar o transporte coletivo, os módulos ativos, pedestres, bicicleta, reduzir e desincentivar o uso do automóvel particular da mesma forma que é preciso integrar de forma mais intensa o planejamento urbano, o planejamento do uso do solo com o planejamento do transporte. Esse consenso foi registrado há quatro anos numa lei nacional, numa Política Nacional de Mobilidade Urbana, a Lei 12.587/2012. Por outro lado, a sociedade em geral não assimilou ainda essa necessidade de mudança de paradigma, inclusive os gestores. Continuamos construindo a cidade para o automóvel. Cabe a nós, arquitetos e urbanistas, reforçar essa necessidade, sensibilizar a sociedade, fazer com que essa necessidade de mudança de paradigma seja parte da consciência da sociedade.

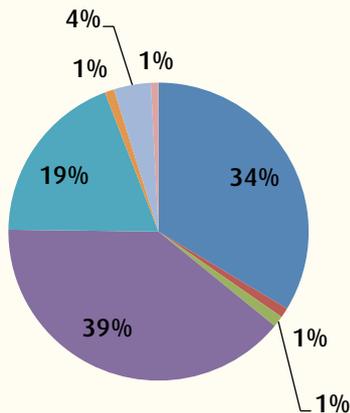
Em Belo Horizonte, houve alterações bastante intensas nos padrões de deslocamento de viagens urbanas. Temos pesquisas feitas a cada dez anos na escala metropolitana, ou seja, em 34 municípios, cerca de 5 milhões e 200 mil habitantes. Entre as décadas de 2002 e 2012, foi o período de alterações mais intensas. Em 2002, a região metropolitana produzia um pouco mais de 6 milhões e 200 mil viagens por dia. Em dez anos, esse número mais que dobrou, aumento bem maior do que o aumento populacional. Os modos individuais – automóvel, moto e táxi – foram multiplicados por três, um aumento de 200%. Foi, de longe, o conjunto de modo de

MODOS DE TRANSPORTE

A moto é o modo que apresentou maior aumento proporcional

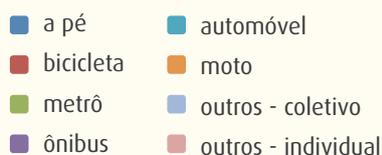
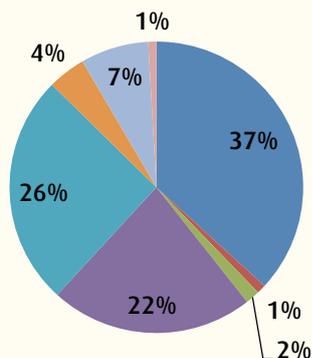
PARTICIPAÇÃO POR MODO

2002 → 6.264.678
viagens/dia



PARTICIPAÇÃO POR MODO

2012 → 13.059.719
viagens/dia



Fonte: Material apresentado por Thiago Esteves (adaptado)

transporte que mais teve aumento. O transporte coletivo teve aumento bem inferior, menos de 50%. Até 2002, o modo motorizado mais utilizado era o ônibus, 39%. Isso vem desde o desmonte do sistema de bondes. Durante cinco décadas, o ônibus foi o modo motorizado mais utilizado e agora ele foi ultrapassado pelo automóvel. O ônibus representa 22% das viagens na região metropolitana, enquanto o automóvel já ultrapassou esse percentual. Está fazendo 26% dessas viagens. É a contradição de que eu estava falando. Números que, de certa forma, representam maior qualidade de vida e é consequência do aumento de renda que a população teve.

Hoje, a própria legislação municipal coloca a necessidade de se conter viagens de automóvel, e o que a gente está vendo é exatamente o contrário. Percebem-se, também, alterações interessantes, como o aumento das viagens não-obrigatórias, ou seja, compras, lazer, viagens por motivo de saúde.

Essas viagens tiveram o maior percentual de aumento. Em 2002, elas representavam 10% do total e agora, em 2012, já eram mais de 17%. O que, de certa forma, representa maior qualidade de vida, consequência do aumento de renda que a população teve nesse período. Houve também uma descentralização das viagens, uma tendência que vinha acontecendo desde o final do século XX. As viagens com destino a Belo Horizonte representavam um pouco mais de 63% em 2002, agora são pouco mais de 50%.

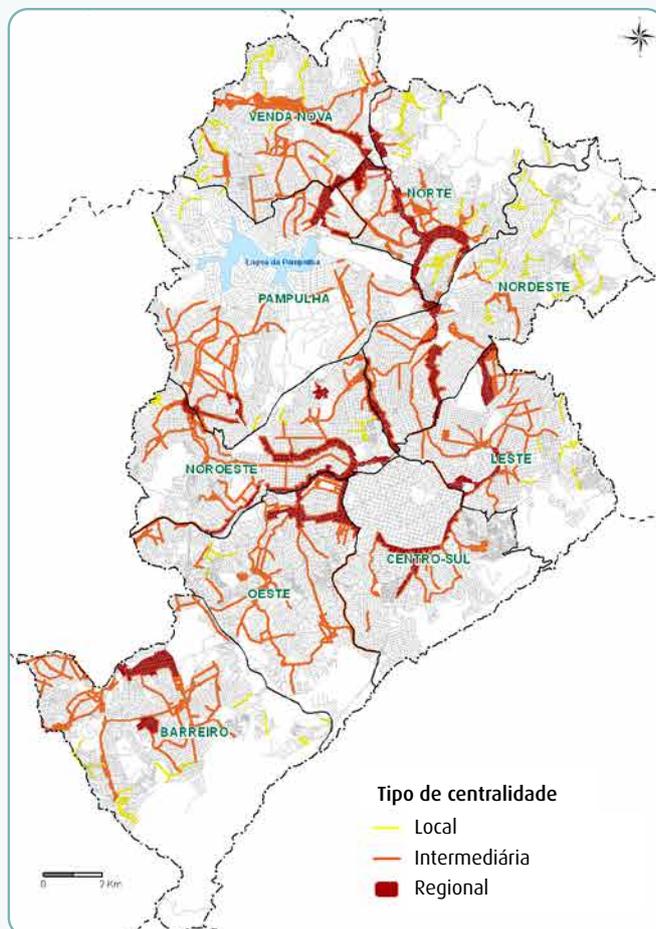
A região mais central de Belo Horizonte, a região centro-sul, que é a região mais adensada e com maior diversidade de atividades econômicas, também teve uma redução de destinos, passou de 18,8% para 14%. Estamos vendo que a metrópole está tendo outras centralidades, mas é preciso qualificá-las. Este é o desafio, tanto na escala metropolitana quanto na escala municipal. Sabemos que a lei federal exige que todo município com mais de 20 mil habitantes tenha um Plano de Mobilidade Urbana. Em Belo Horizonte, tínhamos feito esse plano antes dessa exigência. Mas, a partir da promulgação da lei federal, foi feito um decreto regulamentando o Plano de Mobilidade enquadrado nos termos da lei federal.

Em 2014, tivemos a 4ª Conferência de Política Urbana, quando se discutiu não apenas as questões relacionadas ao plano de mobilidade, mas as políticas urbanas em geral. A partir dos resultados dessa conferência, foi feito um projeto de

CENTRALIDADES

- Maiores potenciais construtivos
- Incentivos ao uso misto e às fachadas ativas
- Incentivos à liberação de espaços públicos nos lotes, junto às calçadas
- Tratamento especial de calçadas, com previsão de recursos

Fonte: Material apresentado por Thiago Esteves (adaptado)



lei, o 1749, que foi mandado para a Câmara no ano passado e está em tramitação. Um aspecto muito interessante desse projeto é que ele contém não apenas o Plano Diretor, mas também a Lei de Parcelamento, Uso e Ocupação do Solo. A proposta é integrar todas as leis numa única lei, um único documento legal para orientar o desenvolvimento da cidade.

Vamos mostrar rapidamente algumas questões do Plano de Mobilidade relacionadas especificamente ao transporte coletivo: Foi feita uma rede estruturante de transporte coletivo, um projeto de longo prazo, 25 anos. O que já foi implantado é uma parte muito pequena. Temos apenas uma linha de metrô; a proposta é construir mais duas. Os investimentos para a Copa do Mundo ajudaram na implantação de dois corredores de BRT – o Estádio do Mineirão fica na região norte. Já tínhamos um corredor, na Avenida Cristiano Machado, uma pista exclusiva para ônibus, que foi adaptada para um BRT agora com estações pré-pagas, em embarque em nível, etc. A maior parte do corredor formado pela Avenida Antônio Carlos/Pedro I e a Avenida Vilarinho teve que ser alargado. Então, houve uma grande reestruturação viária para implantação do BRT.

A ocupação do solo ainda não teve uma transformação significativa, mas já temos uma proposta de alterar, adensar essas áreas, de dobrar a população não só do eixo que vai do norte até a área central, mas também do eixo leste-oeste ocupado pela maior parte da linha de metrô.

“ Em primeiro lugar, a questão da cidade compacta. Também o desenvolvimento de uma rede de centros de bairro e centralidades regionais, para a gente levar as atividades econômicas para próximo das casas das pessoas e forçar essa descentralização e fazer isso de forma qualificada ”



A Praça Raul Soares, Belo Horizonte, antes e depois das mudanças

Os colegas já falaram isso aqui, mais cedo, de como o transporte influencia o uso e ocupação do solo e vice-versa. Esse planejamento, infelizmente, nem sempre é feito de forma integrada e nós, arquitetos e urbanistas, temos que ter um protagonismo nessa área.

O planejamento de transporte começa, na verdade, pelo planejamento de uso do solo. Se você levar o emprego para perto da casa da pessoa ou levar a casa da pessoa para perto do emprego, você na verdade está resolvendo a mobilidade sem precisar mexer com transporte. O sistema viário ocupa a grande maioria dos espaços públicos. Quando se fala que as pessoas devem se apropriar mais do espaço público, temos que começar pensando em praças, parques, espaços desse tipo, mas a gente tem que sempre pensar nas vias e como as pessoas vão se apropriar delas fora de veículos. Essa é uma questão essencial.

E não apenas as vias em si, mas as forma como a rua se relaciona com o lote. Se tivermos grandes áreas muradas, monótonas, o deslocamento a pé vai ser muito pouco atrativo, vai ser muito monótono, e as pessoas vão tender a não querer se deslocar naquelas áreas. Enquanto em áreas de muito comércio e fachadas ativas, esse deslocamento vai ser mais vivo, mais interessante, e inclusive mais seguro.

Bom, dentro desse Projeto de Lei 1749, do Plano Diretor, alguns conceitos estão sendo colocados de maneira muito clara, muito incisiva. Em primeiro lugar, a questão da cidade compacta. Também o desenvolvimento de uma rede de centros de bairro e centralidades regionais, para a gente levar as atividades econômicas para próximo das casas das pessoas, forçar essa descentralização e fazer isso de forma qualificada.

Existe também a proposta de se criar grandes equipamentos de uso econômico distribuídos pela cidade de forma compatível, sem grandes repercussões negativas nas áreas residenciais. São áreas que já têm uma infraestrutura adequada, principalmente de transporte. A ideia é levar um maior adensamento nessas áreas no novo Plano Diretor. O projeto de lei está propondo um coeficiente básico, único para cidade inteira, mas com coeficientes máximos por meio de outorga onerosa variável em função da capacidade de suporte. Existem também incentivos aos usos mistos, à implantação de fachadas ativas, à liberação de espaços públicos dentro dos lotes para ter uma melhor relação deles com a rua e um tratamento especial de calçadas dos espaços públicos. Parte da outorga onerosa deve ser revertida para a qualificação urbana dessas áreas.

“ A ideia é de que, a partir de qualquer ponto da cidade, seja possível ir a pé, a lugares de atividades essenciais na vida da população, parques, áreas verdes, praças, escolas, sistema de transporte, postos de saúde ”

O conceito de áreas de fruição públicas não foi uma invenção nossa. A primeira vez que vimos isso foi no Plano Diretor de São Paulo, de 2014, esse incentivo à criação áreas de uso público dentro dos lotes particulares. Essas áreas continuam sendo particulares, pertencendo aos lotes, mas elas devem ser abertas. São pequenas praças junto aos empreendimentos imobiliários, e existe um incentivo, o empreendedor ganha potencial construtivo equivalente a essa área. Por exemplo, se ele implantar uma praça de 300 m², ele vai ganhar potencial construtivo adicional de 300m². Esse é o principal incentivo para implantação dessas áreas. Existe também um incentivo à implantação de fachada ativas.

Uma faixa de transporte, por exemplo, com infraestrutura de transporte, e logo ao lado, um espaço de lazer, de permanência e, do outro lado, a relação com as fachadas, com as vitrines, com os acessos ao comércio. Tudo isso acontecendo ao mesmo tempo em uma faixa bastante estreita. A infraestrutura do pedestre ocupa muito menos espaço considerando essas utilidades, transporte, lazer e permanência, do que o espaço dedicado para os veículos. Isso é inegável. E, por fim, a questão dos espaços públicos. Temos que qualificar esses espaços, incentivar essas ocupações que tratam os espaços dos lotes, essas áreas de fruição pública e melhoram os espaços públicos, inclusive e, principalmente, as calçadas.

A ideia é de que, a partir de qualquer ponto da cidade, seja possível chegar, a pé, a lugares de atividades essenciais na vida da população, parques, áreas verdes, praças, escolas, acesso ao sistema de transporte estruturante, acesso aos postos de saúde. A ideia é que esse conceito seja utilizado para desenvolvimento de planos de bairro, de planos urbanísticos específicos. O projeto de lei indica áreas onde devem ser feitos planos específicos e, também, a definição de contrapartidas de empreendimentos de impacto. O detalhamento está sendo feito agora, mas a gente acredita que esse conceito pode ter um potencial muito grande para a construção dessa cidade mais sustentável, mais compacta, e mais amigável para as pessoas, para o pedestre.



Fonte: Material apresentado por Thiago Esteves

Praça da Estação, Belo Horizonte, antes e depois

“ Um grande plano de melhoria dos espaços públicos visou atrair mais pessoas para morar no centro. Um grande estacionamento virou um espaço público incrível ”



THIAGO ESTEVES

é arquiteto e urbanista e mestre em Arquitetura e Urbanismo pela Universidade Federal de Minas Gerais. Foi subcoordenador dos aspectos relacionados à Mobilidade no Macrozoneamento da Região Metropolitana de Belo Horizonte. Participou da elaboração dos Planos Diretores Municipais de Divinópolis/MG e de Itamarandiba/MG. Participou com contribuições ao tema Mobilidade e Acessibilidade no Plano Diretor de Desenvolvimento Integrado da Região Metropolitana de Belo Horizonte – PDDI-RMBH. Foi coautor do Capítulo 7 – Mobilidade Urbana, do livro “Estudos urbanos: Belo Horizonte 2008: transformações recentes na estrutura urbana.” (Prefeitura de Belo Horizonte, 2008). Desde 2006 é arquiteto e urbanista concursado na Prefeitura Municipal de Belo Horizonte, na Secretaria Municipal Adjunta de Planejamento Urbano.

O padrão de uso do BRT e do metrô é o mesmo. Há sempre uma parte considerável da infraestrutura subutilizada. Longos movimentos pendulares da periferia para o centro e vice-versa. De manhã, as pessoas vão para o centro e o outro lado da estrutura de transporte viária fica subutilizada. A ideia é reverter isso distribuindo atividades ao longo desse corredor, melhorando inclusive a taxa de renovação do sistema de transporte, dando uso mais racional para as infraestruturas em geral, especificamente para as de transporte.

A ideia é que o início desse projeto seja implantado por meio de um projeto de lei. Tem uma série de discussões específicas sendo feita. É um território muito grande. A ideia é que ela não seja feita toda de uma vez. É aumentar a densidade das áreas em função do sistema de transporte, trazer as pessoas para mais perto dessas infraestruturas de transporte já instaladas. É claro que se a gente trazer para morar pessoas que só andam de carro, a gente vai estar dando um tiro no pé. Então, tem uma estratégia específica de se construir essas novas unidades habitacionais potencialmente voltadas para o usuário de transporte coletivo.

Essas intervenções estão acontecendo principalmente na área central da cidade e o desafio agora é levar isso para os bairros. Elas começaram, inclusive, antes do plano de mobilidade, já era uma proposta antiga, dentro do contexto de recuperação do centro de Belo Horizonte que não chegou a ter um grande esvaziamento residencial, mas a densidade habitacional do centro foi reduzida ao longo das décadas de 70, 80 e 90.

Esse grande plano de melhoria dos espaços públicos visou atrair mais pessoas para morar no centro e, de fato, a gente tem visto um aumento na população residente na área central. A Praça da Estação era um grande estacionamento e virou um espaço público incrível. É um dos melhores espaços públicos da cidade, quase toda semana acontecem eventos lá. Houve uma intervenção bastante interessante que é uma via sinuosa que impede os veículos de circularem em alta velocidade, melhorando a ambiência do espaço da rua. Estacionamentos foram transformados em pequenas praças, calçadas foram alargadas, melhoria de ajardinamento, de iluminação. Uma calçada de mais de dez metros de largura fica cheia de mesas e cadeiras, bares e restaurantes. Um espaço supervivo nas noites e fins de semana. É isso.

Muito obrigado.



Patrimônio histórico de Salvador/BA

A outra história do IPHAN

Por Paulo Ormino, arquiteto e urbanista, professor titular aposentado da UFBA

Vejo com muita preocupação a questão do patrimônio no Brasil. Diante do modelo especulativo de desenvolvimento urbano, a sobrevivência de cidades coloniais mineiras e nordestinas é verdadeiramente um milagre. Esse milagre se deve basicamente ao IPHAN. Mas, a trajetória desse órgão não foi, como diz a historiografia oficial, sem perturbações e contradições. Em consequência disso muita coisa se perdeu, como conjuntos urbanos do século XIX, XX, com sua arquitetura eclética e contemporânea. E continuamos perdendo arquitetura contemporânea. Nós praticamente não vamos deixar para as gerações futuras arquitetura contemporânea.

Casas feitas por arquitetos estão sendo todas demolidas no Brasil inteiro. Em 1986, o arquiteto e antropólogo Carlos Nelson Ferreira dos Santos, em seu artigo “Preservar não é tombar, renovar não é pôr tudo abaixo”, sintetizou os impasses vividos pela política do patrimônio no Brasil: “Do jeito que vem sendo praticada, a preservação é um estatuto que consegue desagradar a todos. O governo fica responsável por bens que não pode ou não quer conservar. Os proprietários se irritam contra a proibição, nos seus termos, injusta de uso pleno de seu direito. O público porque, com enorme bom senso, não consegue entender a manutenção de alguns pardieiros enquanto assiste a demolição inexorável e pouco inteligente de ambientes significativos”. Como todos sabem, a legislação básica de preservação do patrimônio cultural data de 1937 com o Decreto nº 37.

A criação do atual Instituto de Patrimônio Histórico Nacional, IPHAN, foi uma iniciativa do ministro da Educação e Saúde, Gustavo Capanema, em 1936, que encomendou a Mario



Cícero Dias, "Casa Grande do Engenho Noruega", gravura colorida de 1933

de Andrade a elaboração de seu estatuto. O órgão imaginado por Mario de Andrade era muito avançado para a sua época e incluía não apenas os bens materiais da corte, como os imateriais do povão.

Mas, já no nascedouro, começa uma disputa conceitual. O mineiro Rodrigo Melo Franco de Andrade, escolhido pelo também mineiro Capanema para dirigir o IPHAN, estava mais ligado à Inconfidência Mineira que à Revolução de 1930 e privilegiaria o patrimônio material das elites tradicionais como ícone da nacionalidade, especialmente o patrimônio de Minas Gerais e do Rio de Janeiro ou, em outras palavras, o ciclo da mineração.

Nos dois projetos não há nenhuma referência à participação popular nesses processos, e esse é um grande problema que o patrimônio até hoje tem. O sistema de tombamento é um instrumento de preservação passivo, ele não é um instrumento de preservação ativo, ele impede que seja demolido, mas ele não incentiva a preservação por parte dos proprietários. Essa é uma questão fundamental.

Mas o fundamento teórico para respaldar esse conceito de patrimônio nacional ele iria buscar em Gilberto Freyre. O livro "Casa Grande & Senzala" havia sido lançado em 1933 e saudado com grande entusiasmo por Rodrigo e seu primo e colaborador, Afonso Arinos de Melo Franco, em artigos de jornais cariocas. No prefácio da primeira edição, Gilberto Freyre, depois de citar Lucio Costa e José Mariano Filho, defende a ideia de que a casa grande é a síntese da história brasileira. Citando Gilberto: "A casa grande, completada pela senzala, representa todo um sistema econômico, social, político de produção, monocultura latifundiária, de trabalho escravo, de transporte, de higiene do corpo e da casa, da política do compadrismo."

O fato é que a casa grande rural, a capela, a matriz e o sobrado urbano foram os objetos primordiais da preservação do IPHAN na sua fase heroica, ou seja, a administração de Rodrigo Melo Franco, que vai de 1937 a 1967. Esse conjunto de imóveis continua sendo o maior acervo de bens tombados pelo IPHAN.

Nos quase 80 anos de existência do IPHAN, o conceito de patrimônio e o país mudaram, como, também, a forma de preservar o patrimônio edificado. Só não mudou a legislação do patrimônio material no Brasil. A justificativa sempre foi que sua complementação poderia pôr em risco as conquistas do texto original. Mas criaram-se leis complementares no campo da arqueologia e dos bens imateriais, sem que fosse afetado o Decreto-Lei 25/37.

Neste período, o conceito de patrimônio construído evoluiu do monumento isolado para o conjunto histórico, o sítio urbano, com recomendações internacionais. Embora o IPHAN viesse tombando cidades desde 1937, não tinha até 1966 nenhuma política consistente para

a cidade, resumindo suas intervenções à restauração de seus mais importantes monumentos, à uniformização estilística.

Em 1966, chega ao país uma missão da Unesco, solicitada pelo IPHAN, para fazer um primeiro relatório sobre as nossas cidades históricas. Sua principal recomendação era o aproveitamento do nosso patrimônio cultural como mola do desenvolvimento econômico através do turismo cultural. Essa nova visão de preservação do patrimônio, a mudança de direção do IPHAN em 1967, e os objetivos políticos dos militares iriam mudar a nossa política preservacionista. A principal peça dessa política foi o Programa das Cidades Históricas do Nordeste, estendida depois ao Sudeste e a todo o país. Na formulação desse programa teve papel decisivo o novo diretor do IPHAN, arquiteto Renato Soeiro, cuja gestão vai de 1967 a 1979, que havia participado da elaboração da Convenção sobre a Proteção do Patrimônio Cultural e Natural Mundial e das Normas de Quito em 1967, e promovido os encontros de governadores de Brasília e de Salvador, em 1970 e 1971, em que foi firmado um pacto federativo pelo patrimônio. Até então, estados e municípios não tinham nenhuma participação nesse processo de transformação. O grande reformador do IPHAN foi Renato Soeiro, não foi de maneira nenhuma Aloísio Magalhães.

Arquiteto com grande prática profissional, Renato Soeiro tinha uma visão muito clara do que ocorria nas nossas cidades no auge da explosão demográfica e do processo de urbanização. Era preciso proteger não apenas monumentos isolados, senão sítios de interesse urbano e natural. Em seus 12 anos de administração do IPHAN, os sítios paisagísticos passaram de oito para 15; em 12 anos ele praticamente dobra o que foi feito em 30 anos; as cidades históricas, de nove para 14; e os conjuntos urbanísticos, de 24 para 29. Mas, nada teria ocorrido se suas ideias não fossem endossadas pelo núcleo duro do governo militar.

Esta foi a fase de ouro do IPHAN. Uma nova mudança na política de preservação ocorreria abruptamente em 1979, e aí é preciso dizer, Renato Soeiro foi demitido porque alguém telefonou para ele e disse o seguinte: “O senhor acaba de ser demitido”. Nem ministro, nem ninguém o comunicou, é uma intervenção política como nunca tinha se dado naquele processo. Nos últimos anos da década de 70, com a volta da inflação, que chegou a 110% ao ano, e a crescente contestação ao regime militar, era preciso reformular a política cultural para uma transição democrática gradual e controlada.

Com a posse do general João Figueiredo, Eduardo Portela é nomeado para o Ministério da Educação e Cultura. Esse, por sua vez, nomeia Pedro Demo, filósofo, sociólogo, e educador, como subsecretário-geral de cultura do MEC, que se transformaria no principal formulador da política cultural do país segundo o lema de Portela: “O bem tombado deve estar a serviço da comunidade”.

“ O IPHAN sozinho não pode dar conta de preservar cerca de 21 mil monumentos e 79 centros e conjuntos urbanos tombados. É preciso criar uma lei específica para os conjuntos urbanos que reconheça a competência concorrente da União, dos estados, e dos municípios, o direito de seus moradores, e financiamentos subsidiados para conservação de seus imóveis ”

“Nessa tarefa de atualização da legislação e política preservacionista, este Conselho de Arquitetura e Urbanismo pode dar força não só a um novo IPHAN como aos órgãos estaduais e municipais de preservação do nosso patrimônio edificado”



PAULO ORMINDO DE AZEVEDO

é arquiteto e urbanista pela UFBA com doutorado em Conservação de Monumentos e Sítios pela Universidade de Roma, La Sapienza. É Professor Titular da Universidade Federal da Bahia aposentado. Foi consultor da UNESCO em sua especialidade, com missões na América Latina, Caribe e África Luso-fone. É membro da Academia de Letras da Bahia, do CAU/BA e articulista do jornal “A Tarde”, de Salvador, onde escreve quinzenalmente sobre urbanismo e arquitetura. Foi membro do Conselho Consultivo do IPHAN, do Conselho Nacional de Políticas Culturais, do Conselho de Arquitetura e Urbanismo do Brasil, do Conselho Superior do Instituto de Arquitetos do Brasil e do Conselho Estadual de Cultura da Bahia. Coordenou e redigiu seis volumes do Inventário de Proteção do Acervo Cultural da Bahia, entre outros livros e publicações. É ainda autor de projetos de restauração e arquitetura contemporânea. Foi coordenador da Comissão de Política Urbana e Ambiental do CAU/BR, Gestão 2012-2014.

A cooptação das camadas populares era um dos objetivos da política cultural dos militares dentro da sua estratégia de abertura política gradual e controlada frente ao fortalecimento de movimentos sociais. O discurso de Aloísio Magalhães e os trabalhos do CNRC (Centro Nacional de Referência Cultural) tornavam o seu nome o mais adequado para tocar a nova política cultural do IPHAN, que tinha as atribuições duras da lei, tomar, fiscalizar, embargar, e a Fundação Pró-Memória de definir a política do órgão, fazer estudo sobre referências culturais e financiar o sistema. Enquanto Aloísio dirigiu os dois órgãos, não houve conflitos, mas com sua morte prematura em 1982, as coisas se complicaram. A disputa entre os dois grupos aumentou.

Com a redemocratização e criação do Ministério da Cultura, o presidente Sarney delega ao setor privado a política cultural do país com a lei de renúncia fiscal que levou o seu nome, talvez pensando em resolver a contenda. O presidente Collor de Mello, face às infundáveis brigas internas do órgão, dissolve o sistema IPHAN/Pró-Memória em 1990 e o substitui pelo Instituto Brasileiro de Patrimônio Cultural (IBPC). Fernando Henrique Cardoso restaura o IPHAN e o coloca no território neutro de Brasília com um atraso de 35 anos. Mas, nem a Lei Sarney nem a sua substituta, Lei Rouanet, conseguem atrair o interesse do setor privado para o patrimônio edificado.

O IPHAN sozinho não pode dar conta de preservar cerca de 21 mil monumentos e 79 centros e conjuntos urbanos tombados. É preciso criar uma lei específica para os conjuntos urbanos que reconheça a competência concorrente da União, dos estados, e dos municípios, o direito de seus moradores e financiamentos subsidiados para conservação de seus imóveis. É preciso regulamentar os novos instrumentos de preservação introduzidos pela Constituição de 88 e convocar novamente os governadores e prefeitos para recolocarem o patrimônio sem divisões na agenda nacional.

Precisamos voltar a descentralizar a ação como se fez na década de 70. Nessa tarefa de atualização da legislação e política preservacionista, este Conselho de Arquitetura e Urbanismo, como importante instância da sociedade civil pode dar força não só a um novo IPHAN como aos órgãos estaduais e municipais de preservação do nosso patrimônio edificado, já que arquitetos e urbanistas foram e continuam sendo seus principais protagonistas.

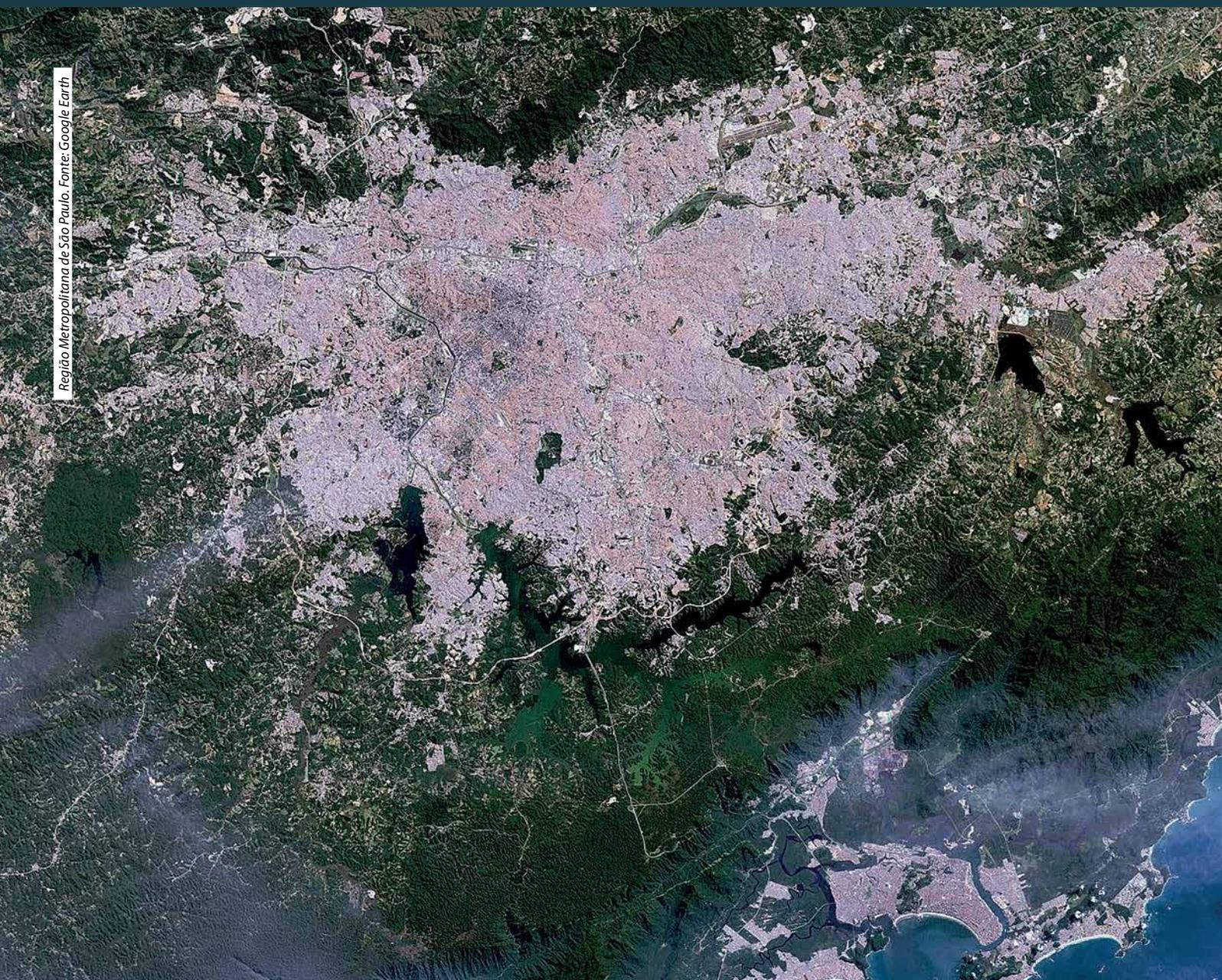
Muito obrigado.

II SEMINÁRIO NACIONAL DE POLÍTICA URBANA E AMBIENTAL

DESAFIOS DA GOVERNANÇA METROPOLITANA

Brasília, agosto de 2016

Região Metropolitana de São Paulo. Fonte: Google Earth



“Ou é sonhada ou não é cidade”

Neste II Seminário Nacional de Política Urbana e Ambiental, foram definidas as diretrizes para a redação final da carta esboçada no I Seminário. O documento resultante foi encaminhado aos candidatos e candidatas às prefeituras nas eleições de 2016. Também se discutiu a elaboração de uma carta aberta à sociedade, sob as mesmas diretrizes.

A proposta é dar continuidade aos mais relevantes debates sobre políticas públicas de planejamento urbano e ambiental, incentivando a busca por caminhos para solucionar problemas que afetam diretamente a qualidade de vida das cidades brasileiras.

Na abertura do II Seminário, a coordenadora da Comissão de Política Urbana e Ambiental, Lana Jubé, lembrou que os documentos aos prefeitos e à sociedade “devem refletir o pensamento da Nação sobre o desafio dos projetos de cidades brasileiras tão diversas”, que vão desde as pequenas até as grandes metrópoles.

“Por longa data, o exercício profissional do arquiteto e urbanista esteve desassociado das discussões sobre as cidades. As cidades foram crescendo e sendo construídas em caminhos muitas vezes não desejados e não planejados. Temos um complexo de cidades, cada uma com sua especificidade, mas que tem problemas em comum”, afirmou o coordenador do Fórum de Presidentes do CAU dos Estados e do Distrito Federal e presidente do CAU/MT, Wilson de Andrade, um dos relatores da Carta Aberta aos Candidatos a Prefeitos e Prefeitas.

Após a leitura da proposta de Carta, os relatores José Alberto Tostes, conselheiro do CAU/BR; Roberto Montezuma, presidente do CAU/PE; e Ana Maria Farias, presidente do CAU/SE, explicaram como foi feita a formatação do documento e a importância de se produzir um texto enxuto e que contemplasse o conjunto das cidades brasileiras.

Duas mesas redondas, com oito palestras ao todo, compuseram os debates para a definição das diretrizes da Carta aos Prefeitos e Prefeitas. No primeiro dia, o debate tratou de Planejamento e Governança, e teve como mediadora Lana Jubé, coordenadora do CUPA-CAU/BR. Palestrantes dessa mesa: Lucio Rennó, presidente da Codeplan/DF; Silmara

Vieira, ex-diretora de Gestão Ambiental Urbana do Ministério do Meio Ambiente; e Benny Schvarsberg, professor e pesquisador em Urbanismo e Planejamento Urbano da FAU/UnB.

No segundo dia, o arquiteto e urbanista Luciano Guimarães mediu cinco debates sob o tema Desafios de Implementação. Palestrantes: Karla França, analista de Planejamento Urbano e Gestão da Confederação Nacional de Municípios; Luiz Alberto Sugahara, superintendente nacional da Caixa Econômica Federal; Márcia Casseb, da Divisão de Habitação e Desenvolvimento Urbano do BID no Brasil; Leão Serva, jornalista da “Folha de S. Paulo”; e Paulo Miotta, coordenador de Projetos e Relações Institucionais da Frente Nacional de Prefeitos.



Joseísa Furtado, presidente do CAU/TO



Mesa-redonda 1: Planejamento e Governança

“Sozinho, o CAU não terá força para fazer frente a essa grande questão nacional, o que nos leva a pensar no quanto temos de ir além da visão corporativista”

Ao final, o conselheiro José Alberto Tostes observou que os debates mostraram o território da fragmentação institucional brasileira – não há diálogo entre as instituições. “Na condição de relator, me chamou a atenção em todas as intervenções o fato de que boa parcela dos municípios não tem um setor de desenvolvimento urbano, o que prejudica o diálogo institucional.”

Diante desse quadro, Tostes sugeriu que o documento fosse entregue não apenas aos candidatos ao Executivo municipal, mas também a segmentos da sociedade como OAB, Ministério Público, setores da Justiça Federal. “Somente com o somatório de todas as instituições agregadas teremos força política. Sozinho, o CAU não terá força para fazer frente a essa grande questão nacional, o que nos leva a pensar no quanto temos de ir além da visão corporativista. As questões são estruturais. Temos de dar liberdade a todos os CAU’s do Brasil para que possam agregar suas diversidades. O mais importante não é o tanto de informação que terá o documento, mas o efeito propulsor que ele pode provocar.”

O presidente do CAU/PE, Roberto Montezuma, também relator da Carta, fez uma rápida retrospectiva histórica: “Vivemos momentos de mudanças paradigmáticas. Nós, como arquitetos, sabemos que houve mudanças brutais do século XIX para o XX. O Brasil deu ao mundo um exemplo fantástico de transformação: a modernidade brasileira se desdobrando na cidade, nas artes, no cinema, Brasília e tudo o mais. Hoje, há um novo paradigma de cidade e ele já começa com um problema de conceito. Nosso conceito de cidade precisa ser revisto. No século XXI, a cidade é complexa, é uma obra inacabada, que precisa de um sangue para costurar tudo isso. A cidade não é mais o município. Essa obra incompleta precisa ser pensada.”

Cada cidade tem a própria identidade. Montezuma citou o sociólogo Chico de Oliveira quando diz que “a cidade ou é sonhada ou não é cidade”. Ou seja, “que o Rio seja cada vez mais Rio, São Paulo cada vez mais São Paulo, Manaus, Recife, João Pessoa, Porto Alegre – cada uma com a própria identidade e noção de pertencimento. A cidade é a que precisamos, não a que queremos. É uma revolução.”



Ocupações Vila Carrão, São Paulo

Temos as leis, faltam as ações

Por Silmara Vieira, ex-diretora de Gestão Ambiental Urbana do Ministério do Meio Ambiente

Vivemos na região mais urbanizada do mundo, a América Latina e o Caribe, e estamos num país com o maior índice de urbanização da região. Deveremos chegar a 2050 com quase 94% da população residindo em áreas urbanas. No Brasil, mais ou menos 30% estão em favelas. E 90% do que é retirado da natureza é consumido pela população urbana, e desses 90%, quase 50% são para a construção civil. Estamos produzindo cidades extremamente perigosas, também do ponto de vista ambiental. E precisamos lidar com um paradoxo: é nesse lugar que estão concentradas as pobreza e a grande assimetria, mas é nesse lugar também que estão concentrados a economia, a população, o conhecimento, a inovação e o poder de tomada de decisão.

Em 15 anos, do Estatuto da Cidade até agora, vejamos o arcabouço institucional e político que alcançamos: 2001, o Estatuto da Cidade; 2003, criação do Ministério das Cidades, a 1ª Conferência Nacional das Cidades e o desenho institucional da política nacional de desenvolvimento urbano; 2005, a Política Nacional de Habitação; 2007, a Política Nacional de Saneamento; 2008, a Lei da Assistência Técnica Gratuita; 2009, a lei que aprova o Minha Casa Minha Vida e traz questões urbanísticas para a regularização fundiária, resultante de lutas históricas de décadas; 2010, aprovação da Política Nacional de Resíduos; 2011, aprovação da LC 140 que trata da questão da gestão do território na questão ambiental do licenciamento; 2012, a Política Nacional de Mobilidade; 2013, com todos os pesares, mas com conquistas também, o Código Florestal; 2015, o Estatuto da Metrópole.

No mínimo, a cada um ano e três meses, produzimos um marco político, técnico, com capacidade de trazer influências positivas sobre a realidade do território. Se todas essas



Fonte: Material apresentado por Silmara Vieira (adaptado)

Conquistas políticas

- 2001** Estatuto da Cidade
- 2003** Criação do Ministério das Cidades, a 1ª Conferência Nacional das Cidades e o desenho institucional da política nacional de desenvolvimento urbano
- 2005** Política Nacional de Habitação
- 2007** Política Nacional de Saneamento
- 2008** Lei da Assistência Técnica Gratuita
- 2009** Lei que aprova o Minha Casa Minha Vida e traz questões urbanísticas para a regularização fundiária, resultante de lutas históricas de décadas
- 2010** Aprovação da Política Nacional de Resíduos; 2011, da LC 140 que trata da questão da gestão do território na questão ambiental do licenciamento
- 2012** Política Nacional de Mobilidade
- 2013** Código Florestal
- 2015** Estatuto da Metrópole

políticas tivessem sido aplicadas inteiramente, estaríamos num estágio civilizatório, urbanístico, ambiental, social, cultural muito mais avançado. São conquistas históricas. Temos que nos apropriar delas para a intervenção, para a atuação sobre o espaço da cidade e o comportamento dos indivíduos no espaço coletivo. Há muitas discussões, mas a prática é completamente insuficiente. Enquanto tratarmos a mobilidade sem olhar adaptação, sem olhar saneamento, sem olhar a questão ambiental, cada um no seu gabinete, tratando dos seus despachos, sem pensar nesse território de forma integrada, estaremos dispersando energia e inteligência.

É fundamental trabalhar na visão da intersetorialidade e da relação lógica entre esses instrumentos e essas políticas. Estabelecer estratégias e mecanismos de diálogo com a diversidade social, ambiental, econômica, cultural dos municípios brasileiros, trabalhar os instrumentos com o nível de aderência às diversas realidades num país de 5.570 municípios, seis biomas, cinco regiões geográficas, 26 Estados e um Distrito Federal. É preciso estabelecer estratégias e mecanismos de relação interescalar. Temos pouca interface profissional, para além da área da Arquitetura. Precisamos desconcentrar a gestão do território.

Precisamos estabelecer outros modelos, e eles não serão um único modelo para o Brasil. Cada região, cada realidade, cada dinâmica exigirá uma modelagem própria. As pessoas padecem da ignorância da informação, do não acesso ou do acesso não-palatável de informações. Participação não é apenas ter presença, é ter presença com autonomia intelectual, para poder contribuir, para poder criticar e para poder barrar ou para poder incentivar.

Finalizando, tentando organizar tudo isso, temos pelo menos quatro eixos: um que explore a mobilização e a comunicação social. O segundo eixo seria capacitação e assistência

técnica, especialmente nas áreas de gestão pública. Todo ano, se devolve orçamento ou previsão orçamentária nos ministérios porque os municípios não têm capacidade técnica para elaborar projetos, para fazer um bom edital, um bom termo de referência, uma boa contratação.

Ao mesmo tempo, precisamos fazer a ponte entre o lugar da produção do conhecimento e a gestão. Temos as ferramentas tecnológicas para fazer a escuta da sociedade. Mas, para além da escuta, precisamos traduzir isso, cada um em seu lugar de produção, seja o arquiteto e urbanista, seja o cientista social, seja o economista, o geólogo, o profissional da área de saúde. E essa leitura se faz fortalecendo os espaços de governança e os espaços de gestão e administração pública.

E, por último, e não menos importante, a parte de informação, monitoramento e avaliação. Precisamos definir metas, precisamos de mecanismos de monitoramento e precisamos ter capacidade instalada de avaliação e isso deve se dar nos espaços de governança coletiva, não só no gabinete ou na área tecnológica da universidade.

Se conseguirmos nos articular minimamente nesses quatro eixos e conseguirmos atender alguns pressupostos, nós tiramos o pé do chão, porque temos um arcabouço de políticas públicas excelente. Se nós nos apropriarmos dele e atuarmos em nossos espaços, seja como profissional, na iniciativa privada, ou como gestor ou como professor ou como coordenador de algum projeto, com certeza, as ações vão girar mais rápido e para muito melhor.



SILMARA VIEIRA

é especialista em Planejamento Urbano Ambiental na PUC Goiás e há 30 anos vem atuando na área de Urbanismo com ênfase em Planejamento Urbano, Habitação e Mobilidade. Foi Diretora do Grupo Metropolitano de Transportes Coletivos (GETRANS) e da Companhia Metropolitana de Transportes Coletivos (CMTC) em Goiânia, de 2002 a 2004. Contribuiu na formação da Secretaria Estadual das Cidades, em 2005, onde foi Superintendente de Programas Urbanos até 2007. Presidiu a Agência Goiânia de Habitação de Goiás (AGEHAB) de 2008 a 2011. Integrou a equipe do Ministério das Cidades, em 2011. Entre 2012 a 2014, assumiu a Diretoria de Gestão Ambiental Urbana no Ministério do Meio Ambiente. Até junho de 2016 assumiu a Diretoria de Cidadania e Responsabilidade Socioambiental.

TENTATIVAS DE INCIDIR NESSA REALIDADE

Eixo I – Mobilização e comunicação social

processos pedagógicos de comunicação que fortaleçam os caminhos da boa governança

Eixo II – Capacitação e Assistência Técnica

fortalecimento institucional e da gestão

Eixo III – (re)Leitura da Realidade Socioambiental

fortalecendo a governança e a gestão

Eixo IV – Informação, monitoramento e avaliação

fortalecimento institucional, da gestão e da governança

Fonte: Material apresentado por Silmara Vieira (adaptado)



Município maranhense

Federalismo, um grave problema

Por Paulo Miotta, coordenador de Relações Institucionais da Frente Nacional de Prefeitos

Para quem não conhece, a Frente Nacional dos Prefeitos tem 27 anos, representa 395 municípios acima de 80 mil habitantes, que correspondem a 60% da população, 75% do PIB. Então, é uma entidade que tem relevância e que representa a maioria da população brasileira. É uma entidade que tem na sua diretoria prefeitos em exercício – quando o prefeito sai, muda a diretoria. A Frente também se organiza em duas reuniões gerais, com toda a diretoria. São 12 prefeitos na diretoria-executiva, mais 77 prefeitos nas vice-presidências temáticas. Então, temos vice-presidente na área de Saúde, Finanças, Regiões Metropolitanas, Desenvolvimento Urbano, por isso é fundamental conectar o CAU a essa rede.

“ As legislações dos municípios são feitas pelo Congresso Nacional. São eles que decidem as coisas dos municípios e não nos escutam. É diferente do federalismo dos Estados Unidos, onde cada lugar faz a sua legislação ”

Temos uma série de angústias. O desenvolvimento urbano é um dos temas eleitos para debatermos e buscarmos soluções. Estamos debatendo o tema da ocupação e uso do solo. Por isso, a importância de conectarmos o CAU com a Rede de Secretários de Licenciamento Urbano, que faz parte da Frente Nacional de Prefeitos. Como já ouvi neste Seminário, temos falta de capacidade técnica. Mas há outros grandes problemas e problemas estruturantes. O nosso federalismo, por exemplo. São 28 os países no mundo que têm federalismo. Mas o Brasil é o único em que os entes são independentes. As legislações dos municípios são feitas pelo Congresso Nacional. São eles que decidem as coisas dos municípios e muitas vezes não nos escutam. É diferente do federalismo dos Estados Unidos, onde cada lugar faz a sua legislação.

“ A inovação no Poder Público é cada vez menor. Porque hoje inovação, erro e má-fé é tudo a mesma coisa! Se você errar, é acusado de má-fé. O Estatuto deveria ser debatido, inclusive com o Tribunal de Contas ”



PAULO MIOTTA

é graduado em Engenharia Elétrica, mestre em Engenharia Elétrica e especialista em Gestão Estratégica Pública para Governantes, pela Unicamp. Atuou como Secretário Municipal de Governo e Planejamento e Prefeito de Amparo/SP. Foi diretor do Observatório dos Consórcios Públicos e do Federalismo e atualmente é coordenador de Convênios e Projetos da Frente Nacional de Prefeitos (FNP).

Na região metropolitana de São Paulo, por exemplo, são 39 municípios que tomam decisões individuais para a mobilidade urbana, que é única. Então, esse federalismo traz os vazios de governança. Um dos instrumentos que acompanhamos é a Lei dos Consórcios Públicos. A Frente criou, em 2011, o Observatório dos Consórcios Públicos, em parceria com a Caixa Econômica Federal e o PNUD. É um instrumento muito bem estruturado que pode dar bons resultados. Mas também há experiências negativas. Os consórcios são ferramenta fundamental, mas passam por uma série de desafios.

Na questão da escala da cidade, sempre debatemos ocupação e uso do solo. As Prefeituras produzem as cidades de maneira errada. Criam loteamentos distantes. Por que não ocupar o vazio urbano? Muitas Leis de Ocupação e Uso do Solo têm aquelas áreas de expansão urbana que são um limbo. Em quase todas as cidades quem financia campanha é o loteador. Então, o financiamento privado de campanha é um problema estruturante. A outra é o IPTU progressivo. Estamos discutindo com o IPEA uma definição de regras do IPTU para que o prefeito possa fazer reajustes. Para que esses vazios urbanos sejam cobrados muito mais do que o normal, para acabar com a especulação.

O Estatuto da Cidade é uma grande ferramenta, tem grandes recursos, mas todo mundo tem medo de usar. A inovação no Poder Público é cada vez menor. Porque hoje inovação, erro e má-fé é tudo a mesma coisa! Se você errar, é acusado de má-fé. O Estatuto deveria ser debatido, inclusive, com o Tribunal de Contas.

A questão técnica das prefeituras é relevante, mas tem outros problemas estruturais. Por exemplo: de 2005 até 2008/2009, tivemos os prefeitos da chamada Geração PAC. Foi quando o Governo Federal abriu programas com a Caixa Econômica Federal. Quem se organizou fez obras. Em 2010, começaram vários problemas. Então, se criou um grupo de trabalho na Presidência da República para se tentar montar uma nova legislação, a Portaria 507, num esforço de desburocratização dos convênios.

Temos um projeto com a União Europeia que são quatro eixos: consórcios públicos, PPPs (Parcerias Público-Privadas), transparência e PMAT (Programa de Modernização da Administração Tributária e da Gestão dos Setores Sociais Básicos) que vamos tentar difundir para fortalecer os municípios.

Muito obrigado pela oportunidade!



Vista aérea de Luzimangues, município de Porto Nacional, na divisa com Palmas, Tocantins

É preciso monitoramento-cidadão

Por Márcia Casseb, especialista sênior da Divisão de Gestão Fiscal e Municipal do BID

O BID é um organismo multilateral de crédito, com 56 anos de atuação na América Latina e Caribe, criado com o propósito de reduzir a desigualdade. É o primeiro banco regional de desenvolvimento do mundo e sua maior representação é no Brasil. Estamos sofrendo com os problemas do Brasil em relação à questão fiscal e econômica. O BID forma uma carteira de projetos em diálogo com o país. Para se ter um projeto de financiamento com o banco, tem de ter o aval do Governo Federal. Muitas das discussões de vocês são discussões nossas também. O banco tem vários setores – social, da área de direito econômico, de inovação de tecnologia, transporte.

O banco tem enorme conhecimento setorial que ele coloca à disposição dos países. Muitas de nossas discussões são as mesmas do CAU. O banco tem um acompanhamento técnico muito próximo de todo o processo. O banco não empresta dinheiro. Ele tem como característica a assistência técnica do projeto. Tem uma avaliação técnico-econômica, ambiental, social, operacional e de manutenção. É um aprendizado muito grande do município que atua conosco. O Brasil tem problemas gravíssimos de concepção de projetos, inclusive de projetos de engenharia. A supervisão da obra, por exemplo, aumenta muito a qualidade da obra. A manutenção também. Não acredito em obra sem manutenção. Trabalhamos com indicador de impacto. O nosso impacto não é o fim da obra. O benefício de um parque é a frequência a ele. Um parque abandonado não tem frequência. O impacto também é o tratamento de esgoto que dê mais qualidade ao rio, por exemplo. O BID trabalha com o ciclo do projeto e ele demora em função da capacidade do mutuário. E, nos municípios, incluindo capitais, cidades grandes, cidades médias, está um desastre.

A gestão urbana no Brasil caiu muito nos últimos anos. Temos muitos problemas em projetos de Engenharia, de Arquitetura, de Urbanismo. Para o BID, a técnica vale mais do que

“ A falta de continuidade é um dos maiores problemas que temos, inclusive no planejamento, na gestão urbana. O monitoramento-cidadão é o mecanismo mais legítimo para nós termos continuidade das políticas públicas de qualidade ”

o preço. Conseguimos atrair empresas internacionais de alta qualidade. Muitas vezes, a equipe local não consegue acompanhar o projeto. Então, temos de colocar arquitetos, engenheiros para apoiar as equipes locais. É enorme a deficiência das prefeituras para acompanhamento de projetos. É um compromisso importante do CAU em relação à deficiência das equipes locais para análise de projetos. Esse processo do banco pode demorar um ano, dois anos. Vamos ao município, discutimos a demanda, às vezes até se muda a demanda.

Trabalhamos numa coisa que o Brasil não dá muita importância, o pré-investimento. O projeto básico, muitas vezes, é muito ruim. Mesmo quando o projeto básico é muito bom, chega ao Executivo e há uma diferença de até 50% no preço. Porque faltou uma topografia bem-feita. Porque faltou alguma informação importante que eleva o preço drasticamente. Sempre digo aos prefeitos: “O senhor vai gastar R\$ 4 milhões para alavancar 100 milhões de dólares, o senhor está disposto?”. Muitas vezes ele tem dificuldade financeira, a equipe dele tem dificuldade em compreender a importância de gastar tempo com pré-investimento.

O banco sofreu uma mudança, a partir de maio deste ano (2016), e criou uma gerência em mudança climática e desenvolvimento sustentável e a área urbana entrou para essa gerência. E isso ocorreu por causa do Programa Cidades Emergentes e Sustentáveis. A carteira do Brasil em 2016 é de 1,4 bilhão de dólares em 21 municípios e nós temos quatro projetos em preparação. Desde o ano passado, o banco sofreu um déficit enorme na carteira por conta da não-aprovação de projetos. Existe uma concentração de projetos nas capitais e nas regiões Sul e Sudeste por causa da deficiência da capacidade de pagamento e endividamento e da capacidade institucional. O município precisa ter capacidade de pegar um empréstimo. Se ele não tem essa capacidade, não consegue acessar todo esse conhecimento que o banco tem.

O BID só pode atuar diretamente em municípios acima de 100 mil habitantes. É uma regra que foi do Governo Federal. Só que a maioria dos estados brasileiros está quebrada. Então, está difícil trabalhar com os Estados, e isso nos leva um problema em relação às regiões metropolitanas. Oitenta e quatro por cento dos municípios brasileiros não têm receita e têm



enorme dependência de repasse estadual e federal, enorme dificuldade de aumentar o IPTU.

E os recursos que existem não são bem empregados. Porque falta monitoramento-cidadão. Enquanto o Brasil não ampliar o monitoramento-cidadão, dentro das prioridades da cidade, não vamos chegar a lugar algum, porque as mudanças políticas geram enormes mudanças dentro da Prefeitura. Já passei por três, vou chegar ao quarto prefeito em uma mesma cidade, enormes mudanças a cada gestão. Alguns prefeitos falam: “Esse projeto não é prioritário”. Sendo que nós discutimos com a comunidade, com todos os setores da sociedade. A falta de continuidade é um dos maiores problemas que temos, inclusive no planejamento, na gestão urbana. O monitoramento-cidadão é o mecanismo mais legítimo para termos continuidade das políticas públicas de qualidade.

O banco acredita na aliança público/privada. Até quando vamos ficar contando apenas com o Governo Federal e com o governo do Estado, num país com os problemas que nós temos? Existe a necessidade de políticas mais dirigidas, simplificação de processos. Tem cidades com as quais não consigo trabalhar por causas dos processos internos. É uma loucura! Tem muito entrave na regularização urbanística, jurídica, administrativa que faz com que as coisas não caminhem. Nossas regiões metropolitanas concentram população, desigualdade e pobreza. E tem a questão política. A cada quatro anos, muda tudo.

Nós fazemos estudo de crescimento da mancha urbana. Em Palmas, por exemplo, uma cidade de 27 anos, com planejamento urbano, nunca seguiu o planejamento e tem um vazio urbano enorme. Mostramos a necessidade de ocupar o centro, densificar a cidade. O banco trabalha com a ideia de cidade compacta, as melhores cidades do mundo são as mais compactas.

Quais as regiões metropolitanas com maior capacidade no Brasil? São Paulo, Curitiba, Belo Horizonte, Porto Alegre. E as outras? O Estatuto da Metrópole está pedindo maior base de informação. Precisamos de agências fortes, que não podem ser políticas. Por que Curitiba é exemplo mundial? Porque há décadas ela tem um instituto forte de continuidade. A região metropolitana é uma prioridade do banco. É um desafio muito grande, principalmente de gestão. Há Estados que fazem Plano Diretor de Transportes sem conversar com a capital! Os níveis federal, estadual e municipal têm que conversar. Falta visão metropolitana. O Rio de Janeiro é um bom exemplo de canibalismo da cidade-polo. É uma das cidades com mais investimento no mundo. Mas não adianta o Rio de Janeiro se desenvolver sozinho. Ele precisa desenvolver o seu entorno. É preciso ter solidariedade urbana na ampliação da capacidade de gestão urbana nas metrópoles brasileiras.

Muito obrigada.

“O BID trabalha com a ideia de cidade compacta, as melhores cidades do mundo são as mais compactas. A região metropolitana é uma prioridade do banco agora, na estratégia País na área de desenvolvimento urbano”



MÁRCIA CASSEB

é engenheira civil pela Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais-PUC Minas/Brasil, especialista em Desenvolvimento Territorial e Urbano pela PUC-Minas e Universidade de Bologna/ Itália e Mestre em Saneamento Meio Ambiente e Recursos Hídricos pela Universidade Federal de Minas Gerais/ UFMG. É Especialista Sênior em Desenvolvimento Urbano e Saneamento da Divisão de Habitação e Desenvolvimento Urbano (HUD) na Representação do BID no Brasil. É coordenadora do Programa Cidades Emergentes e Sustentáveis (CES) no país. Tem 29 anos de experiência em projetos de desenvolvimento urbano, saneamento, meio ambiente e recursos hídricos. É chefe de equipe de projetos urbanos do BID há nove anos.



Rodoviária do Plano Piloto, Brasília

Pesquisa social para a cidadania

Por Lucio Rennó, presidente da Companhia de Planejamento do DF (Codeplan)

Precisamos começar a pensar a organização da cidade e o planejamento da cidade e, obviamente, a governança da cidade, o processo de tomada de decisão. Precisamos ter estruturas de governança que permitam respostas rápidas e ações coordenadas do Estado para melhorar a gestão pública e melhorar a *polis*, que é tão essencial para a ideia de política, que é a ideia de cidade. Não temos como pensar a melhoria da qualidade de vida e o combate à desigualdade sem pensar a forma como as cidades estão organizadas e a forma como as cidades e seus governos respondem aos enormes desafios colocados em áreas tão diversas quanto mobilidade, geração de emprego, criminalidade, todos os desafios com os quais nós nos deparamos no nosso dia a dia.

“ A principal crítica de meus colegas da Ciência Política é que a maior parte dos mecanismos de participação da sociedade está voltada para setores organizados. Quem participa dos conselhos, das conferências, das audiências públicas são os setores mais organizados da sociedade civil. É o que na ciência política se chama de um viés de seleção ”

A principal crítica de meus colegas da Ciência Política é que a maior parte dos mecanismos de participação da sociedade está voltada para setores organizados. Quem participa dos conselhos, das conferências, das audiências públicas são os setores mais organizados da sociedade civil. É o que na Ciência Política se chama de um viés de seleção. Vão os mais interessados naquela questão específica que está em debate. Há aí um problema de representatividade dos mecanismos participativos tradicionais, por conta, às vezes, da sua própria constituição legal, da sua própria definição de quem que pode participar desses

mecanismos. Então, há uma distorção. Esse é um grande desafio que a teoria democrática participativa enfrenta desde sempre.

Como, então, atenuar essa distorção usando outros mecanismos possíveis de participação e de escuta das demandas da população? Trago alguns exemplos concretos, alguns deles relacionados com a ideia de tecnologias, de informação e de comunicação e da ideia básica da necessidade do Estado, dos governos, aumentarem a sua capacidade analítica e de processamento de informação.

A Codeplan faz a Pesquisa Distrital por Amostra de Domicílio e nela há uma pergunta sobre o uso de Internet no domicílio, e o que a gente tem constatado é de que esse uso é extremamente alto nas diferentes regiões do Distrito Federal, mas com o viés econômico, claro. As regiões administrativas com uma renda média mais baixa têm o uso médio mais baixo da Internet do que outros. Ou seja, não soluciona o problema da crítica aos mecanismos tradicionais de participação. A solução que eu vou propor é de um Estado que possa providenciar acesso gratuito à Internet para aqueles que não possam pagar. Há inúmeros exemplos de democracia digital espalhados pelo mundo.

Um segundo elemento é o uso de pesquisa social como instrumento para medir as demandas e as preferências da cidadania. A pesquisa social de opinião pública é um instrumento interessante, porque, quando feito de forma adequada, aumenta a representatividade da informação coletada. Quando se trabalha com uma amostra probabilística representativa de uma certa população, atenua-se a distorção da representação desigual, que ocorre quando baseada única e exclusivamente no voluntarismo da participação.

Estamos fazendo algo assim na Codeplan, que é usar a pesquisa por telefone para a coleta de visões e percepções do cidadão do Distrito Federal sobre os principais problemas dos locais em que eles moram e avaliação da qualidade dos serviços públicos prestados na cidade. É a pesquisa social como um instrumento de consulta popular. Iniciativas desse tipo, que não estão previstas necessariamente em leis, que partem muito da iniciativa dos gestores, podem e devem entrar na agenda de discussão no sentido de aprimoramento dessa capacidade de resposta do Estado às demandas da sociedade.

Muito obrigado.

“A solução que eu vou propor é de um Estado que possa providenciar acesso gratuito à Internet para aqueles que não possam pagar. Há inúmeros exemplos, de democracia digital espalhados pelo mundo”



LUCIO RENNÓ

é cientista político pela Universidade de Brasília (1995), mestre em Ciência Política pela Universidade de Brasília (1997) e doutor em Ciência Política - University of Pittsburgh (2004). Realizou pós-doutorado no Latin American and Caribbean Studies Center da SUNY Stony Brook de 2004 a 2005 e no Institute for Latin American Studies do German Institute for Global and Area Studies, em Hamburgo, Alemanha, de 2009 a 2010. Foi professor assistente do Center for Latin American Studies, University of Arizona em 2005/2006. Atualmente é professor adjunto do Instituto de Ciência Política da Universidade de Brasília. Tem experiência na área de Ciência Política, com ênfase em Política Comparada, Estudos Legislativos e Comportamento Eleitoral.



Ponte Octávio Frias de Oliveira (Ponte Estaiada), São Paulo/SP

Boa notícia é notícia

Por Leão Serva, jornalista da “Folha de S.Paulo”

Existe um ditado, que é um pouco um mandamento do jornalismo, que é *No news is good news*, boa notícia não é notícia. Quem apoiou o governo que está sendo impedido tem discursado como se a imprensa fosse golpista e, no entanto, também o governo anterior, o de Fernando Henrique, também expressava visão muito semelhante. O ex-presidente Bush reclamava da imprensa, o Obama reclama e o governo conservador inglês reclama com o mesmo discurso de Tony Blair. Então, o criticismo e o destaque para a má notícia parece ser um aspecto essencial, estrutural, da imprensa e não conjuntural e episódico desse momento da vida brasileira ou de outro país. Esse entrechoque é desinformante e, talvez, desesperador para quem precisa passar uma mensagem para a opinião pública.

“O criticismo e o destaque para a má notícia parece ser um aspecto estrutural da imprensa. Esse entrechoque é desinformante e, talvez, desesperador para quem precisa passar uma mensagem para a opinião pública”

A certeza de que o cigarro causa o câncer se consolidou como verdade entre os médicos e os cientistas entre 1930 e 1950. Mas a indústria do tabaco manteve essa dúvida na opinião pública até 1990 principalmente usando a imprensa. Isso está acontecendo agora com o carro. Como diz o Jaime Lerner, o carro é o cigarro do século XXI. Mas o mundo das comunicações trabalha como se não fosse. Em decorrência disso, a imprensa é uma metralhadora giratória de denúncias. No caso que se discute aqui, vocês querem passar a mensagem de uma cidade compacta, da necessidade de mudar padrões de desenvolvimento do Brasil, e se desespera.

Talvez o jornalista mais crítico e mais paradigmático desse jornalismo denunciante tenha sido, nos anos 1980, o Gilberto Dimenstein.

Em 1990, ele fez um estudo nos Estados Unidos, no qual se falava da necessidade de o jornalismo destacar boas políticas como forma de atenuar o denunciamento. A partir de então, Dimenstein passou a contradizer literalmente o *No news is good news*. Hoje ele entende que boa notícia é a notícia. E tem um site chamado “Catraca Livre” que simplesmente é maior do que o site da “Folha de S. Paulo”, do que o do “Estadão” e, talvez, até maior do que o site de “O Globo”. Então, essa é uma boa notícia. Ou seja, existe espaço para se passar boas notícias, boas práticas ou ideias que mudem o padrão da sociedade e que não estão necessariamente na imprensa dita tradicional.

Curitiba é a cidade do BRT por excelência. Ali foi inventado o BRT e ele se espalhou pelo mundo, Curitiba precisa aumentar a sua linha de BRT e precisa de financiamento público e não tem, o Ministério das Cidades não tem linha de financiamento para o BRT, mas tem para metrô. Mas Curitiba não quer fazer o metrô, porque o metrô custa alguma coisa como cem vezes o quilômetro, mas não consegue convencer o Governo Federal de que o melhor para a cidade, e mais barato, é o BRT. Não conseguiram. Esse debate continua. São Paulo acabou de gastar 1 bilhão de dólares com o Rodoanel e mais outro bilhão com a reforma das marginais do Tietê, obras entregues em 2010. Na campanha para prefeito de 2012, essas duas obras já estavam congestionadas.

Há 20 anos que quem viaja pela Inglaterra não vê obras viárias, mas vê melhorias. Não tem porque eles admitiram que o trânsito é induzido pela criação de novas vias. Aqui, elas continuam sendo feitas. É um crime contra o dinheiro público. Algo precisa ser feito com urgência no Brasil. Eu tento fazer um pouquinho, mas não consigo. Isso é uma amostra de que a imprensa não é a caixa de ressonância ideal. Quando prefeito de São Paulo, José Serra tocou uma obra absurda, aquela ponte estaiada que custou R\$ 500 milhões e a qualquer hora do dia e da noite está vazia. É proibido andar de bicicleta e não passa ônibus nela. Quer dizer, é a obra mais século XX do planeta, e é tida como cartão postal da cidade.

E, por fim, chamo a atenção para uma frase do arquiteto e urbanista Jaime Lerner, “Minha Casa Minha Vida Meu Fim do Mundo”. Os loteamentos urbanos financiados pelo Governo Federal são também criminosos. Em São Gabriel da Cachoeira, no Alto Rio Negro, tem um conjunto habitacional a 2 km do centro da cidade. Eu atravesso a cidade duas vezes correndo, mas o conjunto está a 2 km do centro. É impressionante a lógica do apartheid social e isso é feito em aberto, sem um criticismo mais intenso. Resumindo: a imprensa não é a melhor caixa de ressonância. As boas notícias, uma boa representação da opinião pública, estão nos meios alternativos.

Muito obrigado.

“A imprensa não é a melhor caixa de ressonância. As boas notícias, uma boa representação da opinião pública, estão nos meios alternativos”



LEÃO SERVA

é colunista do jornal “Folha de S. Paulo”, onde escreve sobre temas urbanos (publicada em Cotidiano, semanalmente no site do jornal e a cada quinzena na edição impressa). Foi diretor de redação da própria “Folha”, do “Jornal da Tarde”, do “Diário de São Paulo” e do portal “IG”. Como repórter cobriu a guerra civil da ex-Iugoslávia. É sócio voluntário do Instituto Socioambiental, ONG dedicada a questões ambientais. É co-autor, com Alexandre Lafer Frankel, do guia anual “Como Viver em São Paulo Sem Carro” (ed. 2012, 2013 e 2014). É também autor de “Jornalismo e Desinformação” (2001, Senac) e “A Desintegração dos Jornais” (2015, Reflexão). Formado em jornalismo pela PUC-SP, fez Mestrado em Comunicação e Semiótica na mesma universidade onde atualmente também cursa doutorado, com o projeto de pesquisa “A fórmula da emoção na fotografia de guerra”. É professor de Ética na Faculdade de Jornalismo Cásper Libero.



Conjunto habitacional do Programa Minha Casa Minha Vida na Bahia

É preciso ouvir os municípios

Por Karla França, geógrafa e técnica da Confederação Nacional de Municípios

No Brasil, 80% dos municípios têm menos de 50 mil habitantes. São municípios que não têm Secretarias de Planejamento Urbano. Têm Secretaria de Obras. Grande parte das ações de planejamento urbano nesses municípios é de assistência social. Grande parte do financiamento vem de emenda parlamentar. Não tem recurso e mesmo o acesso ao recurso não basta. Faltam instrumentos fomentadores, e não me refiro apenas à capacidade de o Governo Federal criar programas. É preciso capacidade gerencial para estimular os municípios a regulamentar e implementar seus instrumentos. O que fazer com os 80% dos municípios que não têm a obrigatoriedade do Estatuto da Cidade? Eles não são obrigados, mas podem fazer? Se podem, com que instrumento?

Olhando para os últimos 20 anos, não vemos instrumentos fomentadores que aperfeiçoem a gestão nesses municípios. Houve importantes ações de financiamento que priorizaram os pequenos municípios, mas falta capacidade gerencial. Muitas obras de infraestrutura, habitação, saneamento são paralisadas por inúmeras razões, desde a capacidade gerencial do município a problemas de repasse. Ou seja, problemas muito graves e que não recebem a atenção devida. E tenho uma primeira sugestão tanto para o CAU quanto para a nossa entidade: o fortalecimento das ações de capacitação gerencial. Precisamos subsidiar melhor os municípios.

Outra questão espinhosa é o financiamento. Oitenta por cento dos municípios têm problema de capacidade fiscal. Boa parte vive de FPM (Fundo de Participação dos Municípios), que é sazonal. Mês aumenta, mês abaixa, e isso afeta toda a capacidade deles. Nas grandes cidades, há um problema fiscal, mas não passa por FPM, porque têm impostos muito mais significativos em termos de recolhimento. Os municípios de mais de 100 mil habitantes têm uma série de mecanismos que podem ser incentivados, como as Parcerias Público-Privadas.

Essas parcerias precisam ser fortalecidas. Mas, no universo abaixo de 50 mil habitantes, é difícil pensar em Parcerias Público-Privadas. É difícil pensar que esses municípios possam ter acesso a recursos internacionais.

Temos dois Brasis que demandam estratégias diferenciadas e, muitas vezes, priorizamos os espaços metropolitanos dada a concentração de população. Os demais ficam de lado em termos de proposições para solução dos problemas. Não estou fazendo uma relação dual, como se esses pequenos municípios não dialogassem com a questão metropolitana. Mas a forma de acessar recursos, de apresentar projetos, são muito diferenciadas. Outro ponto importante: nós não estamos falando com prefeito especialista em planejamento urbano. Ele é um agente político, ele pode e tem a capacidade de tornar o seu município sustentável. É preciso pensar numa forma de estimular esses prefeitos a regulamentar e implementar a capacidade de gerar recursos.

A entidade vê com muita preocupação a implementação do Estatuto da Metrópole no sentido de que há que se ter instâncias de mediação de diálogo com os municípios uma vez que eles já são compulsoriamente parte da região metropolitana. A preocupação é que, quando se começa a discussão dos planos de desenvolvimento integrado, se dialoga com os municípios no sentido de implementar esse escopo, e não de construir isso conjuntamente, então a tendência é de que essa discussão vai se judicializar.

Esse diálogo não é somente técnico, é um diálogo político. É uma questão espinhosa. Por exemplo, nos serviços prestados pelo município com boa resposta em termos de arrecadação, como compartilhar esses serviços na esfera metropolitana? Vai ser complicado. Não temos visto comprometimento político dos Estados. Vejo muitas ações de agências metropolitanas, do lado técnico, sem combinar o diálogo político. Cada um vai entrar com quanto nesse desenho? E de que forma essas políticas indutoras federais, habitacionais, de saneamento, trabalham com cooperação metropolitana?

É preciso pensar em programas federais que facilitem a cooperação no território metropolitano. Aqui há duas ações importantes: a da Confederação, no sentido de contribuir com o CAU. Ele tem representatividade nos Estados. E pensar em cooperação no sentido de melhorar a capacidade gerencial, incluindo a capacidade técnica. Nós temos representatividade em todos os Estados, com as associações municipalistas. Pensar em parcerias aproveitando esse ciclo de novos gestores. É uma oportunidade importante e interessante também de convergir essas ações, não apenas no posicionamento em uma carta, mas de um posicionamento efetivo, uma ação conjunta. Nesse sentido, a Confederação está à disposição.

Obrigada.

“Essa é uma oportunidade importante e interessante também de convergir essas ações, não apenas no posicionamento em uma carta, mas de um posicionamento efetivo, uma ação conjunta”



KARLA FRANÇA

é geógrafa, mestre e doutora em Geografia pela UnB – linha de pesquisa gestão do Território. É especialista em direito urbanístico e ambiental pela PUC-Minas. Foi professora no Departamento de Geografia na UnB. Foi pesquisadora no IPEA. Atualmente é analista em planejamento urbano e habitação na Confederação Nacional de Municípios. É conselheira do segmento do executivo municipal na atual gestão Conselho Nacional das Cidades (CONCIDADES).



Oficina sobre cidades em Ribeirão das Neves/MG

Três experiências animadoras

Por Benny Schvarsberg, professor e pesquisador em Planejamento Urbano da FAU/UnB

Temos hoje uma situação extremamente virtual do ponto de vista do que é o município no Brasil. Temos 5570 municípios, desses aproximadamente 4100 têm menos de 20 mil habitantes. Na sua imensa maioria são virtualidades. Pequenos distritos que se emanciparam, montaram suas Câmaras de Vereadores e vivem com pires na mão na Esplanada dos Ministérios. Esse é um quadro que complica o debate da política urbana e, especialmente, o quadro do debate da política metropolitana. Mas as três maiores áreas metropolitanas do Brasil estão vivendo um processo muito interessante, desde a sanção, em janeiro de 2015, do Estatuto da Metrôpole.

Tenho tentado acompanhar o que está acontecendo em São Paulo, no Rio de Janeiro e em Belo Horizonte. Os municípios metropolitanos de São Paulo estão fazendo agora um esforço de construção dos conteúdos do que seria o plano metropolitano e também tentando rever o arranjo institucional que configuraria uma organização viabilizadora de implementação de uma política metropolitana. O Rio está tendo um processo interessante também. Fiquei muito impressionado com a presença da periferia metropolitana no debate do Plano Metropolitano do Rio, um conjunto enorme de ONG's, entidades, associações populares de luta pela mobilidade urbana, luta pelo acesso à terra, órgãos técnicos de arquitetos e engenheiros, um debate muito rico. E uma empresa contratada está elaborando o escopo técnico do Plano Metropolitano que vai entrar em discussão brevemente no sentido de estruturar a Assembleia Metropolitana e moldar uma Agência de Desenvolvimento Metropolitano, porque sem um corpo técnico estável que seja capaz de dar fundamento a esses processos de planejamentos e gestão metropolitano de articulação das funções públicas e interesses comum, o belo plano vai para as prateleiras.

Em Belo Horizonte, se viveu uma rica metodologia de construção do planejamento metropolitano quando o Cedeplar (Centro de Desenvolvimento e Planejamento Regional da UFMG) coordenou o processo com oficinas técnicas e participativas nos municípios. Foi possível elaborar um plano que agora está num momento de revisão dos planos diretores dos municípios metropolitanos para dialogar com o plano metropolitano. É um momento muito rico para Belo Horizonte.

Outras experiências estão em andamento no Brasil, mas a gente tem a ausência Governo Federal nesse debate. É um país em que cada ministério tem o seu próprio mapa do Brasil. A única coisa que junta todos eles é o limite das fronteiras e os limites dos Estados. De resto, cada um tem o seu mapa, completamente diferente um do outro. Tem o mapa do Ministério da Defesa, que é o ministério que tem que defender o território brasileiro. O Ministério da Saúde tem outro mapa do Brasil, com a lógica da alocação dos equipamentos de saúde, das políticas do SUS, hospitais regionais, postos de saúde. O Ministério da Educação tem um mapa onde estão as universidades federais, os institutos técnicos de ciência, tecnologia e educação. O Ministério da Integração com os programas de riscos, de tentar evitar deslizamentos.

Mas nunca vi a ligação entre os problemas de deslizamento com a ordenação do território, ocupação da cidade. Então, cada um tem seu mapa. O único programa que, do meu ponto de vista, foi minimamente racional para tentar entender que o que articula as políticas públicas não é a política setorial, mas é o território, foi um programa chamado Territórios da Cidadania que, curiosamente, era coordenado pelo Ministério do Desenvolvimento Agrário. Tentava construir um mapa a partir de indicadores de vulnerabilidade, fragilidade socioambiental, territorial, socioeconômica e tentava juntar os mapas dos diferentes ministérios para atuar de uma maneira concentrada nos territórios de cidadania, territórios de fragilidade e vulnerabilidade.

Diante desse cenário, sou muito cético com relação às eleições municipais. Vejo nuvens muito carregadas no céu dos próximos anos

Foto: Plano Metropolitan RM&H e Caderno PDU/Câmara Metropolitana do Rio de Janeiro



Seminários e oficinas participativas para elaboração dos Planos Metropolitanos de Belo Horizonte (1) e Rio de Janeiro (2)

“ É um país em que cada ministério tem o seu próprio mapa do Brasil. A única coisa que junta todos eles é o limite das fronteiras e os limites dos Estados. De resto, cada um tem o seu mapa, completamente diferente um do outro ”

“Vejo nuvens muito carregadas no céu dos próximos anos da política urbana brasileira. Talvez da política metropolitana também, dadas as últimas notícias do Ministério das Cidades, do Ministério de Integração, das políticas estruturantes e dos programas que estão sendo desmontadas em velocidade assustadora. Com a perspectiva mercadológica muito grande”



BENNY SCHVARSBURG

é arquiteto e urbanista pela UFF, mestre em planejamento urbano pela UFRJ, doutor em sociologia urbana pela UnB. Trabalhou nas áreas de urbanismo e patrimônio cultural no governo do Estado e Prefeitura do Rio de Janeiro. Foi diretor de projetos e presidente do Instituto de Planejamento Territorial e Urbano do Distrito Federal. Foi diretor de planejamento urbano e secretário nacional de Programas Urbanos do Ministério das Cidades. Foi secretário executivo da ANPUR - Associação Nacional de Pós Graduação e Pesquisa em Planejamento Urbano e Regional. Desde 1992, é professor e pesquisador em Urbanismo e Planejamento Urbano da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da UnB.

da política urbana brasileira. Talvez da política metropolitana também, dadas as últimas notícias do Ministério das Cidades, do Ministério de Integração, das políticas estruturantes e dos programas que estão sendo desmontadas em velocidade assustadora. Com a perspectiva mercadológica muito grande. E quero concluir a minha contribuição com duas proposições. Antes, porém dizer que achei muito interessante

o documento (a Carta aos Candidatos a Prefeito e Prefeita). Sintetiza de uma maneira bem organizada o conjunto de contribuições às quais tive oportunidade de assistir. Tem boa proposta de conteúdos técnicos. Mas eu queria fazer algumas propostas para agregar a esse documento.

Primeiro, a articulação da revisão dos planos diretores dos municípios metropolitanos com os planos de desenvolvimento integrado, os chamados planos metropolitanos. Há um tema comum à maioria dos planos. São dois aspectos: primeiro, não aplicam os instrumentos. Segundo, as estratégias não incidem nos problemas de obras públicas e aí joga no lixo tudo o que o plano planeja. Todos têm zona de expansão urbana com a perspectiva ilusória de aumento da capacidade de arrecadação do município. O sistema chamado Regime Diferenciado de Contratações Públicas (RDC), que permite contratar a obra com o prato básico. Em geral, projetos com detalhamento precário e tudo na linha do mais econômico, mais barato, que é sempre o de pior qualidade.

Segundo ponto, nessa revisão dos planos diretores dos municípios metropolitanos, definição de programas de obras e intervenções nas áreas de infraestrutura urbana, serviços e equipamentos especialmente nas obras de mobilidade e circulação, saneamento básico e provisão habitacional, de acordo com as prioridades e estratégias estabelecidas na revisão e atualização dos planos diretores dos municípios metropolitanos.

E o terceiro ponto é o de reforçar o estímulo à constituição e implementação de consórcios públicos interfederativos, inclusive, estendendo ao tema de planejamento e gestão do uso e ocupação do solo, e ordenamento territorial. Ou seja, o consórcio público não deve ficar restrito ao serviço do transporte coletivo, ao serviço de resíduos sólidos, ou ao abastecimento de água, esgoto e drenagem. Pode perfeitamente se estender ao tema da gestão do uso e ocupação do solo, e do ordenamento territorial. São essas as sugestões que eu, humildemente, gostaria de deixar aqui.

Obrigado.



Obras de Mobilidade Urbana para a Copa, Belo Horizonte/MG

O desafio da aprovação de projetos

Por Luiz Alberto Sugahara, superintendente nacional da Caixa Econômica Federal

Atualmente, estou na coordenação do PAC, na Caixa, e dos contratos de repasse de AGU não-PAC. Temos uma série de contratos que têm dinheiro disponível, mesmo assim tem uma evolução muito lenta. Mesmo quando existem recursos em abundância, os contratos não apresentam evolução satisfatória ou adequada. Então, de fato, tem série de questões que impactam nessa evolução que precisam ser resolvidas. As regras dos programas são complexas e tendem a se tornar cada vez mais complexas. Nós estamos procurando, em conjunto com o Governo Federal e com os órgãos de controle, maneiras de simplificar esse processo de repasse de recursos, de modo que o controle sobre o recurso não fique mais caro que o próprio recurso que é destinado à população.

“Estamos procurando, em conjunto com o Governo Federal e com os órgãos de controle, maneiras de simplificar o processo de repasse de recursos, de modo que o controle não fique mais caro que o próprio recurso destinado à população”

Quanto mais alto o valor de investimento, mais complexa a obra e maior o prazo de execução. Quando há uma troca muito significativa no comando das prefeituras, o cara não é eleito ou não elege o sucessor, isso acaba gerando impacto na evolução das obras e nos contratos, ou por revisão ou alteração de prioridades. Temos uma série de obras que se iniciam e não são concluídas. Há uma série de itens que podem impactar essa evolução e acabam fazendo que a obra fique paralisada, e essa carteira de obras paralisadas passa a ser objeto de uma ação para que a gente faça uma tomada de contas e devolva o recurso para a União. Isso acaba impactando fortemente nas finanças dos municípios. Muitos tomadores não têm uma equipe capacitada porque, apesar de valores baixos, a complexidade para a



LUIZ SUGAHARA

é engenheiro civil pela Escola Politécnica da USP, Mestre em Engenharia pela Faculdade de Engenharia Mecânica da Unicamp e Especialista em Economia Financeira pelo Instituto de Economia da Unicamp. Atuou como Engenheiro no Centro de Pesquisas da Petrobrás (Petróleo Brasileiro S.A.) e também na Petrobrás Distribuidora S.A. No quadro de engenheiros da Caixa desde 2000, atualmente é Coordenador Geral da Coordenação do PAC, tendo atuado também como Superintendente Executivo de Habitação para o Estado de São Paulo, Consultor da Presidência da Caixa e Consultor da Vice Presidência de Governo na Caixa. Participou no desenvolvimento e implantação da primeira fase do Programa Minha Casa Minha Vida. Na coordenação do PAC na Caixa, atua no repasse de recursos do OGU para Estados e Municípios na gestão de programas, contratos e termos de referência para execução de obras e transferências de fundos federais.

aplicação desses recursos todos é muito alta. Às vezes, a obra anda, mas o recebimento do recurso é mais lento porque não se consegue adequar esses documentos às regras que estão dispostas.

Uma das coisas que podem melhorar a gestão e podem melhorar a visão da própria população perante a utilização desses recursos é a transparência. Hoje em dia, cada vez há mais facilidade para a produção de dados, principalmente, para a transformação desses dados em informações que podem estar disponíveis no celular. Em um espaço de tempo muito curto, teremos um App de busca para saber onde tem alguma obra pública sendo executada ou se teve e quanto foi investido. O alerta é: "Olha, prefeito, vai acontecer isso, se prepare". Se pressionarmos para que esse tipo de informação seja rapidamente disseminado, a população poderia cobrar a execução das obras e dos serviços necessários. Temos também de ter o cuidado de não ter verbas exclusivamente destinadas à produção de projetos, para que a gente não repita o erro de produzir projetos que nunca serão aplicados. Então, o desafio é fazer projetos que tenham, realmente, chances de serem executados.

Quanto à gestão das cidades, é um debate bastante complexo. Não vejo como ter uma regra única para soluções dessa natureza. Toda vez que se tenta colocar uma regra única, para uma, pensando o país como um só, incorrem-se em distorções.

O político é a origem das vontades, a origem dos projetos. Quando um prefeito é eleito, ele vai definir o projeto. Por mais que se queira uma definição técnica, ela acaba passando pela Câmara. A discussão política é impossível de ser retirada de todo esse contexto. A maior parte das obras vem do orçamento impositivo, que é o dinheiro que o Governo Federal tem de dar para os deputados nas emendas parlamentares. Não se pode ignorar essa variável em qualquer equação, senão ela não vai funcionar.

Não há como desconhecer essa realidade. E nesse ponto, a Caixa simplesmente repassa esse recurso dentro das regras preestabelecidas que são muito abrangentes e muito complexas. A discussão toda passa por uma ação política. A parceria que podemos ter é essa, a de participar de eventos como esse, e trabalhar para que a divulgação dos dados do contrato, e de uma forma analítica, muito precisa, contrato a contrato, localidade a localidade, fique disponível para que a população possa acompanhar e cobrar a efetividade desses repasses e a execução dessas obras e desses contratos. Acho que essa é a forma mais efetiva que a gente pode atuar em conjunto. A partir do momento que os cenários de transparência melhorarem, a forma de atuação também pode evoluir.

Obrigado.

III SEMINÁRIO NACIONAL DE POLÍTICA URBANA E AMBIENTAL

A CONSTRUÇÃO DA NOVA AGENDA URBANA

Manaus, setembro de 2016

Vista aérea de Quito | Foto divulgação HABITAT III



Um lugar que é de todos

A cidade é um todo e é para todos – e essa busca universal uniu os territórios urbanos dos países participantes da Habitat III, a 3ª Conferência das Nações Unidas sobre Moradia e Desenvolvimento Urbano Sustentável, realizada em Quito, Equador, em outubro de 2016. Foi com o compromisso de colaborar vigorosamente com a implementação da cidade triplamente sustentável, em suas dimensões econômica, social e ambiental, que o Conselho de Arquitetura e Urbanismo do Brasil (CAU/BR), representando 145 mil profissionais, elaborou a Carta Compromisso para a Nova Agenda Urbana, e participou pela primeira vez da conferência global que ocorre a cada 20 anos.

As cidades não podem ser vistas como espaços isolados no território de uma Nação e tampouco devem ter seus problemas analisados e geridos de forma fragmentada. Para tanto, é fundamental a vontade política, a participação popular e a cultura cidadã. Com esse tripé, pode-se construir a nova agenda política da cidade – com o cidadão, com os conhecimentos interdisciplinares e com o compromisso dos gestores. A partir daí, é possível fazer planejamentos de longo prazo, que antecipem problemas e apresentem soluções para as cidades e para os que nela moram – no Brasil, 85% dos habitantes são urbanos. Foram esses os temas cruciais da Carta Compromisso do CAU/BR para a Nova Agenda Urbana.



Mesa de abertura (Da esq. para dir.): Lana Jubé, coordenadora da CPOA-CAU/BR; Jaime Kuck, presidente do CAU/AM; Anderson Fioretti, vice-presidente do CAU/BR; e Wilson de Andrade, presidente do CAU/MT

A construção da Carta nasceu de um longo, amplo e cuidadoso percurso de seminários, palestras, conferências, debates e grupos de trabalho promovido pelo CAU/BR e com os CAUs das unidades da Federação. Finalmente, as diretrizes para a redação final da Carta ao Habitat III foram estabelecidas durante o III Seminário Nacional de Política Urbana e Ambiental, em Manaus, evento organizado pela Comissão de Política Urbana e Ambiental do CAU/BR com o apoio do Fórum de Presidentes dos Conselhos de Arquitetura e Urbanismo dos Estados e do Distrito Federal.



Da esq. para a dir.: Marja Edelman, secretária da Habitat III, e Ernesto Galindo, do IPEA

Os três pressupostos fundamentais para levar adiante a Nova Agenda Urbana asseguram decisões e ações duradouras, para que as cidades não fiquem a mercê das mudanças de governo a cada quatro anos. A coordenadora da CUA-CAU/BR, Lana Jubé, lembrou do que disse o arquiteto e urbanista colombiano Gustavo Restrepo no I Seminário: “Quanto mais se participa das decisões, mais a população acompanha a implantação de projetos e obras, defendendo e se apropriando deles para sempre. A participação não pode se resumir a críticas, ela tem que ser construída a partir de um sonho. A nova visão passa a conversar, questionar, entender, diagnosticar, identificar, pensar, conhecer, confiar, propor, implementar e viver. O cidadão faz a agenda do político”.

Os eixos principais da Carta para a Habitat III são: direito à cidade, construindo a estrutura da governança urbana, estabelecendo um quadro de apoio; planejamento, gestão e desenvolvimento urbano territorial; sustentabilidade social; desenvolvimento urbano sustentável, para inclusão social e eliminação da pobreza; sustentabilidade econômica, sustentabilidade e prosperidade urbana, inclusiva e oportunidades para todos; sustentabilidade ambiental e desenvolvimento urbano resiliente.

Conquistas urbanas que pedem a participação fundamental de arquitetos e urbanistas, como disse o presidente do CAU/AM, Jaime Kuck, na abertura do III Seminário: “Nosso potencial que, historicamente, foi sendo adormecido, precisa ser despertado para que possamos, de fato, fazer a diferença na transformação de nossa sociedade tão sofrida, que precisa conviver com espaços tão deteriorados, com espaços sem qualidade, com espaços que nos mostram a ausência do arquiteto e do urbanista”.

O III Seminário, realizado em Manaus, em setembro de 2016, fez parte do II Congresso Internacional de Arquitetura e Sustentabilidade na Amazônia (ArqAmazônia). Três palestrantes participaram do seminário: Marja Edelman, secretária da Habitat III para América Latina e Caribe, com a palestra Nova Agenda: pensar global e agir local; Ernesto Pereira Galindo falando sobre O Brasil na Habitat III; e Gonçalo Renato Núñez Malgar com o tema Manaus, autofagia urbana, os modos de produção do espaço urbano no Amazonas.



Pág. 132

Veja documento completo



Conjunto habitacional do Programa Minha Casa Minha Vida, na Floresta Amazônica

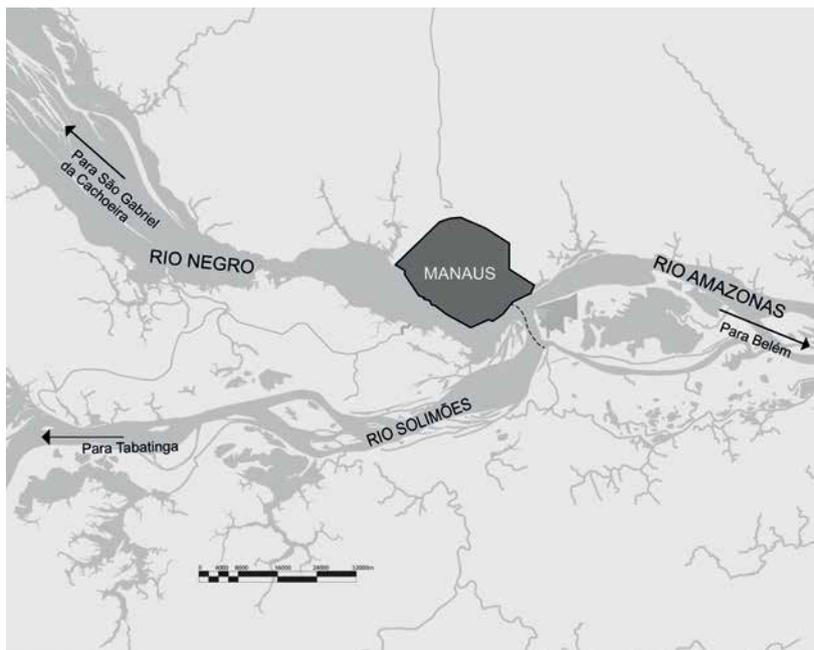
Manaus, autofagia amazônica

Por Gonzalo Melgar, arquiteto e urbanista, professor na UFAM

Recebi o encargo de dizer a vocês o que significa a cidade de Manaus, e quais são as particularidades que a tornam tão atrativa não só no âmbito nacional. Academicamente, ela desperta enorme inquietude sobre que soluções a cidade pode oferecer para o mundo e como ela pode absorver essa maneira de ser cidade global dentro das particularidades amazônicas. Manaus nasceu global, embora tenha sido entreposto de controle geopolítico criado pelos portugueses em disputa com a Espanha. Manaus responde a uma localização muito importante: cruzamento de bacias hidrográficas que atravessam todo o território sul-americano, e uma delas se encontra justamente em Manaus. Manaus nasce por decisão de controle territorial político, dentro de uma lógica produtiva de extração de minério na América do Sul colonizada. Nesse contexto, aparece um espaço insólito, um espaço inexplorável, a área amazônica, e, no centro dela, a cidade de Manaus, hoje com mais de 2 milhões de habitantes.

Territorialmente, Manaus é basicamente água. Ela tem uma topografia complexa. O território é muito acidentado, recortado por inúmeros igarapés, que, dentro da sua hierarquia hídrica, limitaram vários processos históricos da cidade. Manaus tem uma relação direta com a transposição das águas desde a Cordilheira dos Andes. O Rio Solimões vem desde o Peru, atravessa os Andes peruanos, bolivianos, equatorianos e chega ao limite leste da cidade, onde há o encontro das águas e tem a outra bacia do Rio Negro que está indo para Noroeste, para as terras colombianas. São terras com biomas muito diferentes, águas com composições muito distintas em densidade, em temperatura, em peso, o que torna a cidade estratégica e atrativa.

“ O grande paradoxo de Manaus é que, quanto mais cresce, mais representa uma ameaça ao próprio lugar. O desafio será sempre o de enfrentar as fronteiras de preservação ”

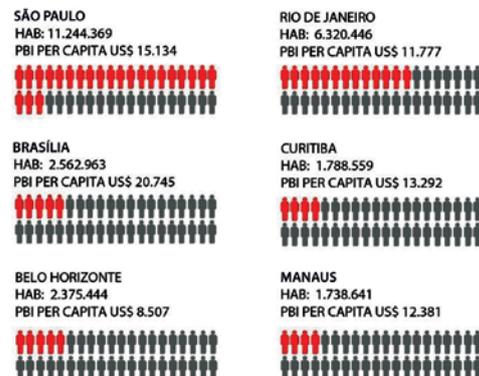


Fonte: Material apresentado por Gonzalo Melgar

Manaus e sua localização: cruzamento de bacias hidrográficas importantes que atravessam todo o território sul-americano

Manaus se colocou como um entrave dentro de uma escala global que produz os frutos da selva.

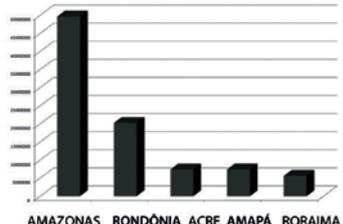
BRASIL - ECONOMIA



- INDÚSTRIA**
- ALIMENTÍCIA
 - TEXTIL
 - METALES
 - MAQUINARIA INDUSTRIAL E EQUIPAMENTO
 - TRANSPORTE
 - BORRACHA
 - QUÍMICOS FARMACÊUTICOS
 - PRODUTOS FLORESTAIS
 - CIMENTO
 - REFINARIA DE PETRÓLEO
 - ESTALEIROS
 - USINA DE ENERGIA
 - TELECOMUNICAÇÕES E EQUIPAMENTOS ELETRÔNICOS
 - PETROQUÍMICA DE FERTILIZANTES

ESTADOS COM ZONA FRANCA

- MANAUS PRODUZ 98% DO TOTAL DO ESTADO DO AMAZONAS E 55% DO TOTAL DA REGIÃO NORTE DO BRASIL



Fonte: Material apresentado por Gonzalo Melgar

FAVELA FLUTUANTE COM DIAS CONTADOS



As maneiras que a cidade encontra de ocupar a águas, embora acertadas, sempre estão ligadas à precariedade e à falta de infraestrutura

Manaus opera como um dispositivo bicefálico, chamemos assim, uma parte enfrenta a selva e a outra enfrenta a água. O grande paradoxo de Manaus é que, quanto mais cresce, mais representa uma ameaça ao próprio lugar. O desafio será sempre o de enfrentar as fronteiras de preservação. O último plano diretor força, de maneira dramática, a expansão da cidade. Manaus tem uma densidade muito baixa, não chega nem a 30 habitantes por hectare. Num espaço tão vasto e generoso, as políticas sempre procuram avançar na selva, apesar de ter dados tão claros como o da densidade e o que isso representa. Na lógica produtiva nacional, Manaus é o pátio de montagem. Aqui está instalada a maior planta produtiva de motocicletas do planeta, com uma linha de produção que permite produzir uma motocicleta a cada seis segundos e não se trata só de montagem, vai desde a metalurgia até o produto finalizado. Então, estamos falando de escalas produtivas bastante contraditórias frente ao que significa o território.

Como cresceu essa cidade? Em 1669, a ocupação da paliçada por um entreposto militar. O *boom* da borracha, a partir de 1879, faz com que esse lugar tenha uma quebra cultural que traz a França como modelo próspero, como modelo de cidade e de toda uma maneira de viver. Nasce uma burguesia muito enriquecida e muita imigração. De 1920 a 1950, começa um momento de decadência no qual Manaus não encontra o rumo produtivo que seja equivalente ao que significava a borracha. A partir de 1957, consolida-se a Zona Franca de Manaus, e num segundo momento, o distrito industrial. Atualmente, só tem uma cidade no Brasil que cresce mais que Manaus, Brasília.

“ Num espaço tão vasto e generoso, as políticas invariavelmente procuram avançar na selva, apesar de ter dados tão claros como o da densidade e o que isso representa ”

Nossa cidade tem maneiras de ocupar a água muito acertadas, embora sempre ligadas à precariedade e à falta de consolidação de infraestrutura. Tínhamos uma tipologia de casa flutuante, quase



Fonte: Material apresentado por Gonzalo Melgar

simbiótica, biológica, com muito potencial urbano, que ocupava a orla do centro de Manaus e que foi eliminada de um dia para o outro. E a vítima da vez agora é a palafita. A palafita está, outra vez, ocupando áreas de risco, áreas não consolidadas, áreas que respondem positivamente à sazonalidade do rio. É muito lógica essa maneira de ocupar as beiras, essas bordas urbanas. Mas algumas políticas governamentais estão sendo colocadas em pauta, que têm como princípio a descaracterização do solo para colocar modelos que são salubres, que têm infraestrutura, mas com pouca relação com o nosso lugar, tão rico, tão potente, tão insólito.

Qual é a entidade de Manaus, nesse perpassar de tantos tempos tão bruscamente vividos e tão bruscamente colocados? Eu encontro o termo, desculpem a pretensão, mas gosto de chamar de autofagia. Um termo acadêmico para expressar como somos desrespeitosos, somos canibais, somos predatórios e estamos matando, talvez, o mais importante da cidade, que é nossa memória, é a maneira como nos relacionamos com o que era real.

Existem projetos muito interessantes, que conectam os espaços entre os igarapés, fazem contenção das águas para que tenham um uso constante, e com uma nova possibilidade de mobilidade. Com as bordas vivas, recuperando a potência vegetal que tem o território, ocupando a água de maneira sensata, são algumas utopias. É possível fazer sem destruir! Uma cidade mais aberta, uma cidade meio que utópica, mas para que isso aconteça muitas coisas deveriam ser feitas.

Obrigado.



GONZALO MELGAR

é arquiteto e urbanista formado na Universidad Nacional de San Agustín de Arequipa - Peru Com título profissional revalidado na Universidade Federal de Pelotas, Rio Grande do Sul. Com estudos em Planejamento Urbano e Projeto Arquitetônico Sustentável na Amazônia. Com atuação docente desde 2008 como professor de planejamento urbano e projeto arquitetônico. Hoje atua como professor de carreira e Coordenador do Curso de Arquitetura e Urbanismo da Universidade Federal do Amazonas. Desenvolve pesquisa sobre os "Modos de Produção do Espaço na Amazônia" Atual Conselheiro federal suplente pelo Estado do Amazonas.



Seminário Nacional Habitat III - Participa Brasil: discussões ajudaram a garantir a participação da sociedade na construção do relatório nacional para à Habitat III

O Brasil na Habitat III

Por Ernesto Galindo, arquiteto e urbanista, técnico de Planejamento e Pesquisa do IPEA

O Brasil foi muito aclamado pelos marcos legais que ocorreram nos últimos 20 anos, o Ministério das Cidades, a construção dos Conselhos das Cidades e a questão da participação social também. São três pontos nos quais o Brasil é muito elogiado internacionalmente. A partir do Estatuto da Cidade, surgiu uma série de normas, tanto gerais, urbanas, quanto leis setoriais como saneamento, habitação, Política Nacional de Resíduos Sólidos, a Lei da Mobilidade, o Estatuto da Metrópole. Com isso tinha-se, até há pouco tempo, um cenário mais positivo no Brasil, de aumento de taxa de formalização de emprego, aumento real de salário, expansão de programas sociais. A base previdenciária também estava expandindo, crédito abundante, crescimento econômico com a retomada de investimentos na área urbana, muito pesadamente, muito em função do PAC e também por conta dos eventos esportivos.

Esse cenário resultou em bastante investimento, embora possamos criticar a forma como foi feito. Mas, mesmo nesse período de abundância, temos efeitos colaterais para a área urbana

que são bastante caros: aumento do preço da terra, da gentrificação, da frota de veículos e da crise hídrica, que deixou de ser uma questão apenas do semiárido nordestino. A queda de alguns preços internacionais, porque muitos municípios são dependentes de petróleo, de soja, de ferro, de uma série de *commodities*. A instabilidade política e os problemas de governabilidade. Aumento da inflação, risco às políticas sociais, redução de investimento. Um cenário cujo desafio é maior ainda.

“Tinha-se, até pouco tempo, um cenário mais positivo no Brasil. Esse cenário resultou em bastante investimento, embora possamos criticar a forma como foi feito”

“ O relatório deve, necessariamente, servir de base para a discussão urbana dos próximos 20 anos dentro do Brasil. O objetivo é monitorar os avanços dos últimos anos, promover o debate, apontar novos desafios e formular a nova agenda global ”

A conferência de Quito vai discutir a consolidação dessa Nova Agenda Urbana. As mudanças climáticas são um tema forte no mundo inteiro. A urbanização como ferramenta de integração social e de equidade, apesar de gerar uma série de problemas. E, como princípio, a articulação federativa entre os entes, seja horizontal ou vertical. E o direito à cidade.

O relatório deve, necessariamente, servir de base para a discussão urbana dos próximos 20 anos dentro do Brasil. O objetivo é monitorar os avanços dos últimos anos, promover o debate, apontar novos desafios e formular a nova agenda global. O Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA) fez a construção do relatório, se envolveu nos trabalhos do grupo de trabalho que tratou do assunto com vários ministérios, sociedade civil, Conselho das Cidades, elaborou uma plataforma on-line para receber contribuições e fez um seminário sobre a Habitat III com participações de pesquisadores e da sociedade civil. Tentou-se, também, tratar de forma transversal a questão de gênero, de raça, de problemas intergeracionais de jovens e idosos e a questão da renda.

Optamos por uma questão metropolitana. Uma série de críticas são feitas ao relatório, por não aprofundar muito o Brasil urbano fora dos grandes centros. Citamos os avanços, principalmente os legais que o Brasil teve, com uma série de indicadores mostrando a evolução de diversas dimensões e destacamos o papel da questão interfederativa, o direito a cidade sustentável, o direito à terra, moradia, saneamento, infraestrutura, transportes, trabalho, lazer. A questão demográfica, planejamento urbano e territorial, a questão ambiental A questão de governança urbana e legislação, da economia urbana e a questão mais setorial, habitação, saneamento, serviços básicos.

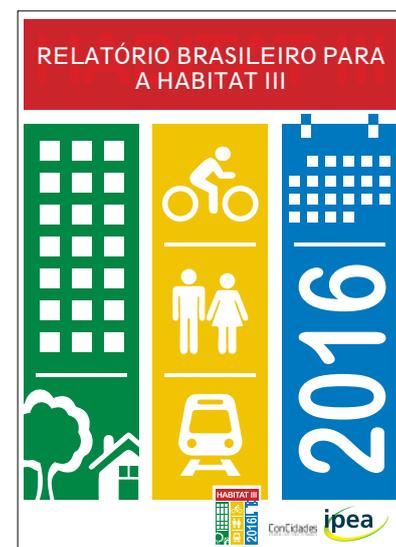
Essa é a construção geral do relatório que está disponível tanto na página da ONU, na página do IPEA e na página do Ministério das Cidades. O relatório não é o único documento elaborado para a Habitat III. Houve uma série de etapas de discussão temática, que a ONU desenvolveu. Tentamos mostrar um pouco um quadro geral de como isso está construído. Com base nisso, fomos tentar identificar quais são os temas que o relatório ou não aprofunda adequadamente ou nem sequer trata. Um dos objetivos do relatório é pensar o que o Brasil avançou em 20 anos e também pensar para os próximos 20 anos. Bom, esse era o geral.

Obrigado!



ERNESTO PEREIRA GALINDO

É arquiteto e urbanista com especialização em Gestão Pública e mestrado em Transportes. Autor de artigos nacionais e internacionais na área de transportes. Desde a graduação manteve contato com políticas públicas setoriais (planejamento urbano, habitação e transporte) dentro e fora do Poder Público. Foi pesquisador do Centro de Formação de Recursos Humanos em Transportes (Ceftru/UnB), onde trabalhou com planejamento nacional, avaliação e regulação de transportes. Atualmente é analista de infraestrutura concursado do Ministério do Planejamento e lotado no Ministério das Cidades. Tem passagem também pelas áreas de desenvolvimento agrário, geoprocessamento e elaboração de planos diretores. Participou da equipe responsável pela coordenação redação do Relatório do Brasil para a Habitat III.



Capa do Relatório Brasileiro



NOVA AGENDA URBANA

Pensar global e agir local

Por Marja Edelman, secretária da Habitat III para América Latina e Caribe

A Conferência de Quito reconhece a importância do desenvolvimento urbano sustentável. Em 1976, na Habitat I, foi a primeira vez que os países se reuniram para falar especificamente do termo “urbano”. A partir daí, decidiu-se criar um programa das Nações Unidas específico para os assentamentos humanos, a ONU-Habitat.

O desafio era chegar neste *Zero Draft*, de chegar a um documento que não tivesse 150 páginas, mas que tivesse 25. Foram dois anos de preparação. Começou com o comprometimento dos Estados-membros em produzir um relatório nacional, ver o que foi conquistado e identificar tendências e desafios presentes e futuros. Muitos países nunca tinham parado para olhar a evolução urbana. No Brasil, o processo foi mais participativo. Tem muitos indicadores para medir o avanço em relação à urbanização sustentável. A partir dos relatórios nacionais, as comissões econômicas e a ONU-Habitat em cada região se uniram para produzir um relatório regional. Esse relatório regional foi elaborado pela Comissão Econômica das Nações Unidas para América Latina (CEPAL) e a ONU-Habitat.

A Nova Agenda acordada não vai mais ser discutida em Quito. Vamos investir o tempo para ver como trazer essa agenda para a terra, como é que será implementada. Mas ela só vai ser chamada de Nova Agenda Urbana depois que for ratificada. São compromissos transformadores que partem dos objetivos do milênio em não deixar ninguém para trás, com inclusão social, erradicação da pobreza, compromissos com a prosperidade urbana sustentável, oportunidade para todos, sustentabilidade ambiental e resiliência das cidades. Sustentabilidade social, econômica e ambiental em igualdade de condições.



VANCOUVER 1976 HABITAT I

URBANIZAÇÃO
37,9%



ISTANBUL 1996 HABITAT II

URBANIZAÇÃO
45%



POPULAÇÃO **2,6 bi**

269 CIDADES COM
POPULAÇÃO + 1 MILHÃO



QUITO 2016 HABITAT III

URBANIZAÇÃO
54%



POPULAÇÃO **4 bi**

428 CIDADES COM
POPULAÇÃO + 1 MILHÃO



Reconhecimento global da importância de alcançar um Desenvolvimento Urbano Sustentável

MDGs Rio+20

Goal 11 COP 21

Rascunho do Documento Final

DECLARAÇÃO DE QUITO

*Visão, princípios e compromissos,
"Call for Action"*

PLANO DE IMPLEMENTAÇÃO DE QUITO

COMPROMISSOS TRANSFORMATIVOS

Compromissos transformativos

- "Leave no one behind", inclusão social e erradicação da pobreza
- Prosperidade urbana sustentável e inclusiva, oportunidades para todos
- Sustentabilidade ambiental e cidades resilientes

EFFECTIVE IMPLEMENTATION

Implementação Eficaz

- Construção da estrutura de Governança Urbana: "Supportive frameworks at all levels"
- Planejamento e gestão do desenvolvimento urbano espacial
- Meios de implementação

FOLLOW UP AND REVIEW

Acompanhamento e Revisão

- Alinhamento coerente com a Agenda 2030 e o ODS 11
- Inclusivo, embasado o máximo possível sobre estruturas, plataformas e expertise disponíveis

Fonte: Material apresentado por Marja Edelman (adaptado)

E, para além dos compromissos, a implementação eficaz. Primeiro, a questão da construção de uma estrutura sólida de governança urbana, da governança local, até subnacionais, chegando às nacionais. Planejamento e gestão do desenvolvimento urbano espacial. E um plano de acompanhamento e revisão, e que esse plano seja sempre inclusivo, baseado o máximo possível nas estruturas, plataformas e *expertise* já disponíveis. Não precisamos reinventar a roda. A tecnologia já existe. O que é preciso é ter acesso a esse conhecimento, por isso essas conferências são tão importantes, porque um país que está na África Central não sabe que aqui no Brasil a gente enfrentou a mesma dificuldade e conseguiu achar uma solução.

“O grande objetivo da Nova Agenda Urbana é melhorar a qualidade da urbanização. Pela primeira vez, estamos falando de qualidade, respeitando a cultura local, respeitando o nível de desenvolvimento do país, respeitando o que é qualidade para cada país, para cada comunidade, para cada cidade”



MARJA EDELMAN

é arquiteta e urbanista, trabalha para o secretariado da Habitat III (Terceira Conferência das Nações Unidas para Habitação e Desenvolvimento Urbano Sustentável) realizada em Quito, no Equador, em outubro de 2016, onde se formulou a “Nova Agenda Urbana”. Foi responsável pelas articulações para formulação das contribuições dos governos nacionais da América Latina e Caribe para a conferência. Consultora independente e professora da Faculdade Anhembi Morumbi em São Paulo. Possui mestrado em Arquitetura Bioclimática e Inovações Tecnológicas pela Universidade de Florença (2008).

O grande objetivo da Nova Agenda Urbana é melhorar a qualidade da urbanização. Pela primeira vez, estamos falando de qualidade. É um grande passo. Qualidade respeitando o nível de desenvolvimento do país, respeitando o que é qualidade para cada país, para cada comunidade, para cada cidade, mas que essa qualidade esteja presente na urbanização.

A Nova Agenda Urbana tem cinco campos de atuação, divididos em trinta pontos-chaves. É superambiciosa. Os compromissos são estabelecidos. Se os países vão conseguir cumprir ou não, é outra questão. A gente está olhando 20 anos atrás e quase nada foi alcançado, mas essa movimentação começa a se desdobrar e essa reunião aqui é a prova desse desdobramento, do pensar global e agir em nível local, para poder, realmente, implementar essa agenda e para que ela possa avançar de alguma maneira. Identificar dentro da cidade as principais fontes sustentáveis de financiamento, que não dependam somente de repasses de governo. Que a cidade possa se manter, independentemente, de uma crise nacional. Nós, arquitetos e urbanistas, temos um potencial muito grande de propiciar espaços urbanos de qualidade, de tentar não sucumbir ao mercado, que é supercruel, e tentar abraçar essa responsabilidade que temos como profissional.

Obrigada.

O NOVO PARADIGMA URBANO

A Nova Agenda Urbana possui uma abordagem focada, orientada à ação visando melhorar a **qualidade da urbanização**. Ela identifica cinco campos de ação:

1. Política Urbana Nacional
2. Legislação Urbana - Regras e regulamentos
3. Planejamento e Desenho Urbano
4. Economia Urbana e Finanças Municipais
5. Extensões / Renovações Urbanas Planejadas

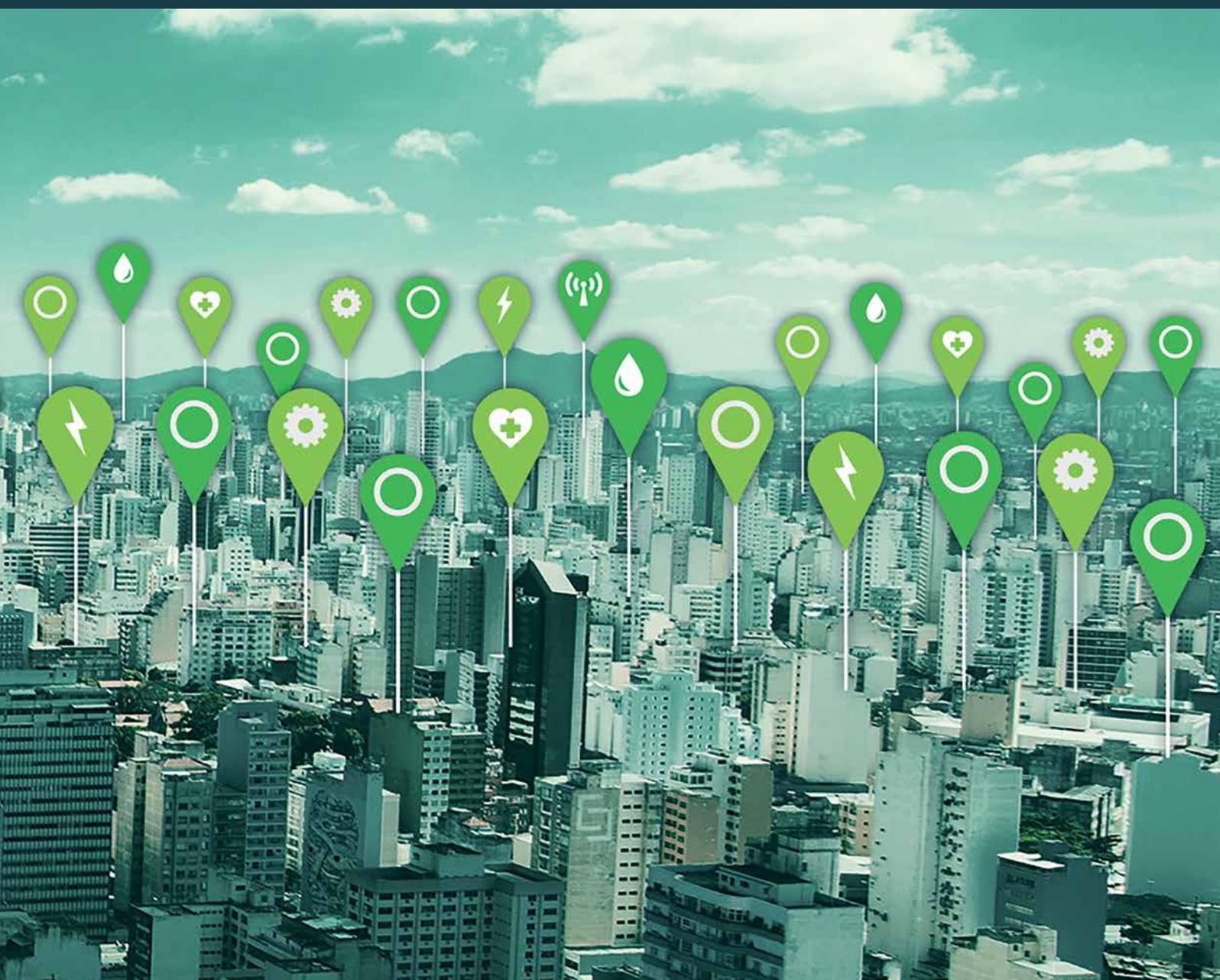
Essas áreas de ação são ainda divididas em **30 pontos de ação-chave**, cada um sendo uma ferramenta clara, específica e implementável para ajudar os governos e autoridades municipais inverter a tendência atual descendente na **Qualidade da Urbanização**.

Fonte: Material apresentado por Marja Edelman (adaptado)

IV SEMINÁRIO NACIONAL DE POLÍTICA URBANA E AMBIENTAL

A GESTÃO URBANA INSERIDA NO COMPROMISSO DA NOVA AGENDA URBANA

Brasília, abril de 2017



Dos arquitetos para os prefeitos

Os arquitetos e urbanistas brasileiros sempre estiveram na vanguarda dos debates sobre as cidades. Já em 1947, quando do 1º Congresso Brasileiro de Arquitetos, organizado pelo IAB, se discutia a participação dos diversos saberes na construção das cidades – geógrafos, sociólogos, advogados, economistas, arquitetos. Oitenta anos depois, as mudanças no ambiente urbano foram dramáticas, e os arquitetos continuam a enfrentar temas cruciais como os desafios da gestão urbana e as ferramentas estratégicas para a melhoria de vida nas cidades. O IV Seminário Nacional de Política Urbana e Ambiental, em Brasília, definiu as diretrizes para a redação final da Carta aos Prefeitos e às Prefeitas – manifesto dos arquitetos e urbanistas aos eleitos e às eleitas em 2016 para fomentar a elaboração de políticas públicas e projetos municipais alinhados com a Nova Agenda Urbana, definida na Habitat III, a conferência da ONU que reuniu 150 países em Quito, em outubro de 2016.

A realidade não é das mais simples, como tudo no Brasil: Dos 5.568 municípios brasileiros, 88,2% têm até 50 mil habitantes, com orçamento anual médio de R\$ 36 milhões. Quase 70% têm até 20 mil habitantes. Apenas 17 municípios têm acima de 1 milhão de moradores, com orçamento de R\$ 9,4 bilhões. Escalas muito diferentes num mesmo país, o que exige políticas públicas urbanas específicas para metrópoles, cidades grandes, cidades médias e cidades pequenas. Embora diversas, elas têm um ponto em comum: são vítimas do desmanche do planejamento urbano nas últimas décadas, nas três esferas administrativas.

Representando 145 mil arquitetos e urbanistas em atividade no Brasil, o Conselho de Arquitetura e Urbanismo (CAU/BR) propõe aos prefeitos um Pacto pelo Direito à Cidade, cujas premissas estão expressas na Carta dos 100 Dias. Uma aliança com os gestores para a formulação de uma agenda urbana transformadora do destino das cidades e dos cidadãos brasileiros. Um pacto pela qualidade e pelo usufruto digno e democrático das cidades, sustentado em gestão pública transparente e inclusiva. Ao largo da polarização do debate político que contamina o cenário político brasileiro.

As cidades existem para todos e para cada um, e por isso mesmo os prefeitos são os agentes da transformação do caótico cenário urbano brasileiro. Como lembrou o presidente do CAU/BR, Haroldo Pinheiro, prefeitos das cidades bem-

A REALIDADE NÃO É DAS MAIS SIMPLES,
como tudo no Brasil:

Dos **5.568** municípios brasileiros,

88,2% têm até **50 mil habitantes,**

com orçamento anual médio de R\$ 36 milhões.

Apenas

17 municípios têm **acima de 1 milhão de moradores,**

com orçamento de R\$ 9,4 bilhões



Mesa redonda *Desafios da gestão urbana*. Da esq. para a dir.: Jório Cruz, Flávia Mourão, Dep. Edmilson Rodrigues, Karla França e Ernesto Galindo

As cidades brasileiras que vivem o conflito permanente “entre a cidade vista como valor de troca, que é a cidade do mercado, e os que veem a cidade como valor de uso, pelos seus aspectos práticos, funcionais e aprazíveis

sucedidas no mundo inteiro serviram de referência na Habitat III, a conferência mundial da ONU para moradia e desenvolvimento urbano sustentável. “Exatamente pela importância que deram à Arquitetura e ao Urbanismo de boa qualidade na melhoria das cidades”.

O conteúdo da Carta dos 100 Dias foi formulado em dois dias de debates no IV Seminário Nacional de Política Urbana e Ambiental, em abril de 2017. O encontro começou com uma palestra do arquiteto e urbanista João Sette Whitaker, professor da USP e ex-secretário municipal de Habitação de São Paulo. Whitaker apontou para esquizofrenia das cidades brasileiras que vivem o conflito permanente “entre a cidade vista como valor de troca, que é a cidade do mercado, e os que veem a cidade como valor de uso, pelos seus aspectos práticos, funcionais e aprazíveis”. É aí que mora a diferença entre o Estado de Bem-Estar Social e o patrimonialismo que rege a sociedade brasileira.

Foi um seminário que espalhou o debate. Além de arquitetos e urbanistas, participaram das palestras profissionais das áreas de Engenharia e Geografia com discussões alimentadas por informações das áreas de planejamento, tecnologias de geoprocessamento de dados e pela Confederação Nacional de Municípios. Um dos debates teve a mediação de um representante da Câmara dos Deputados, o deputado federal Edmilson Rodrigues (PSOL-PA), também arquiteto e urbanista.

No encerramento do IV Seminário, Haroldo Pinheiro fez um rápido e incisivo manifesto em defesa da inteligência brasileira: “Temos que nos orgulhar muito das nossas ações através dos tempos. Se não conseguimos mais, foi porque vivemos tempos difíceis, nos quais o talento e a inteligência foram tratados aos pontapés. Temos de exigir respeito à inteligência. Em todas as áreas de conhecimento, elas têm perdido o prestígio. E vamos perder a nata do pensamento brasileiro que acabarão por buscar outros portos para florescer”.



Pág. 139

**Veja a
Carta dos
100 Dias**



Movimento Ocupe Estelita: protesto pela ocupação e valorização dos espaços públicos na cidade e contra o modelo de desenvolvimento urbano representado pelo Projeto Novo Recife

Cidades, o maior desafio do século

Por João Whitaker, professor da FAU/USP e ex-secretário de Habitação da Prefeitura de SP

Um dos papéis fundamentais do Conselho de Arquitetura e Urbanismo é o de protagonizar a discussão da Nova Agenda Urbana, conquista do Habitat III, de modo que ela seja assimilada por quem tem a prerrogativa da política urbana e habitacional no Brasil, os municípios. Muita gente criticou a Nova Agenda Urbana, dizendo que ela é superficial. Mas, na verdade, ela foi formulada por 150 países, sendo que, em alguns deles, se houvesse a expressão “igualdade de gênero”, por exemplo, o país sairia da discussão. É um processo de discussão muito longo. A expressão “direito à cidade” que acabou aparecendo no texto da Nova Agenda Urbana foi uma

“ A Nova Agenda Urbana constata e foca a discussão dizendo: há precariedades, há desigualdade espacial, há desigualdade econômica. São a marca das nossas cidades. É o principal desafio que o mundo tem que enfrentar neste século. Do ponto de vista simbólico é muito importante, mas não só simbólico ”

conquista absolutamente significativa em termos mundiais. Ela traz a constatação de que a informalidade, a precariedade urbana no mundo se tornou mais regra que exceção. Aquilo que o Mike Davis, urbanista norte-americano, chamou de planeta-favela é uma realidade concreta. A Nova Agenda Urbana constata e foca a discussão dizendo: há precariedades, há desigualdade espacial, há desigualdade econômica. São a marca das nossas cidades. É o principal desafio que o mundo tem que enfrentar neste século. Do ponto de vista simbólico é muito importante, mas não só simbólico. A Nova Agenda volta a enfatizar, mesmo que muito timidamente, o papel do Estado no enfrentamento desse desafio. Agora, é claro que ela ficou genérica nas sugestões concretas de como fazer, porque é muito difícil. Tem duas grandes dificuldades: a implicação política de cada país e a variedade das realidades a serem enfrentadas.

BRASIL - DISTRIBUIÇÃO DA RENDA (aprox. média histórica)

01% mais ricos	15% riquezas
10% mais ricos	70% riquezas
20% mais ricos	80% riquezas
40% mais ricos (60 Mi)	90% riquezas
60% mais pobres (120 mi)	10% riquezas

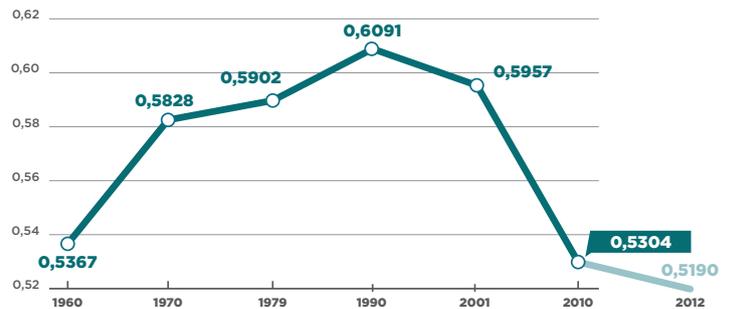
A Nova Agenda Urbana é um instrumento político. O Brasil, ainda se acha que enfrentar pobreza é radicalismo. Se está na Nova Agenda, é a ONU que está falando, é o mundo que está falando, são 150 países. Então não é radicalismo. Comparado com os outros países que estavam no Habitat III, o Brasil está longe na frente em relação aos países subdesenvolvidos. Por causa da Constituição de 1988, dos artigos sobre a reforma urbana, por causa do Estatuto da Cidade, que foi importantíssimo. E nós nisso tínhamos lições para dar nesse processo de estruturação de um marco legal para implementar a Nova Agenda Urbana.

Gostem ou não, temos um conflito permanente, entre a cidade vista como valor de troca, que é a cidade do mercado, que vê a cidade nas suas possibilidades de negócio. E aqueles que veem a cidade como valor de uso, pelos seus aspectos práticos, funcionais e aprazíveis. E quem faz essa mediação é o Estado. E aí, nós temos uma diferença muito grande entre o Estado do Bem-Estar Social e o patrimonialismo.

Somos um país sob o controle absoluto das elites e do Estado que é instrumentalizado para o interesse de poucos. Disso decorre a maior indecência que se pode ter no país e as pessoas não têm consciência suficiente sobre isso. Não é possível economicamente e não é possível urbanisticamente um país funcionar com o nível de concentração de riqueza que se tem hoje no Brasil. Melhorou nos últimos anos, na chamada "Era Lula", ainda assim não nos tirou do grupo dos dez países do mundo com maior concentração de renda. Então o Estado não é interventor, regulador, pelo contrário, como diz Chico de Oliveira, ele é "um Estado interventor para o liberalismo". Cidades de Estado regulador, Barcelona, Paris, Londres, qualquer cidade europeia ou em algumas cidades norte-americanas, é uma cidade com extrema densidade construtiva e habitacional nas áreas centrais. Aqui o Estado patrimonialista produziu uma lógica oposta. É uma urbanização extremamente perversa.

No Brasil, não se consegue promover cidades para o bem público, porque o Estado está a reboque. Na Alemanha, na Inglaterra, na França, você vê o poder que o Estado tem nas suas soluções territoriais,

ÍNDICE DE GINI (quanto mais próximo de 1,000 maior é o nível de desigualdade) Fonte: PNAD (IBGE-a 2011)

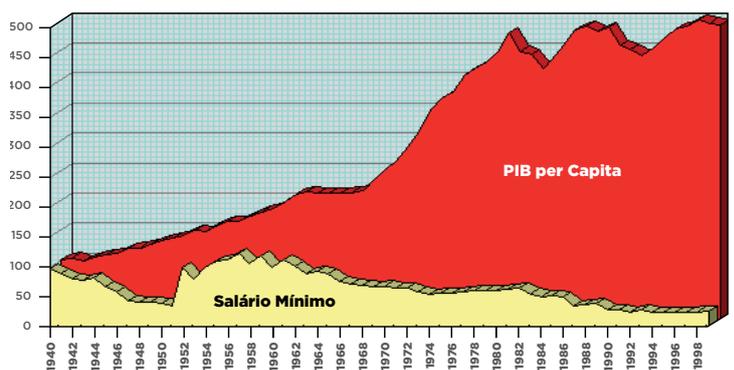


Matriz da formação nacional: INDUSTRIALIZAÇÃO COM BAIXOS SALÁRIOS

- Exército industrial de reserva: mão-de-obra barata garante competitividade econômica
- Modernização conservadora: o "moderno" se alimenta do atraso

Evolução do salário mínimo e do PIB per capita Brasil 1940-1999

Fonte: DIEESE;IBGE/ Elaboração: DIEESE





Capa da revista “Veja”, exemplo de como a elite pensa as cidade



Foto: LabQuapd - FAUUSP

Parcelamento em Campinas/SP



JOÃO SETTE WHITAKER

é arquiteto e urbanista pela Universidade de São Paulo (1990) e economista pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (1993), Mestre em Ciência Política pela Universidade de São Paulo (1998) e Doutor em Arquitetura e Urbanismo pela Universidade de São Paulo (2003). É professor doutor nos cursos de graduação e pós-graduação da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo e professor doutor associado da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade Presbiteriana Mackenzie. Foi Secretário de Habitação Municipal de São Paulo entre 2015 e 2016. Autor do blog “cidades para que(m)?” Autor do livro “O mito da cidade-global: o papel da ideologia na produção do espaço urbano” (Vozes, 2007, esgotado), e coordenador do livro “Produzir casas ou construir cidades? Desafios para um novo Brasil urbano” (FUPAM/LabHab-FAUUSP, 2012).

nas decisões que ele tem de fazer, de tirar, de desapropriar. Aqui você não tem. Estamos construindo cidades esquizofrênicas. Tem muitos obstáculos para a gente implementar a Nova Agenda Urbana. E aí se tem a ideia de que precisamos de menos Estado, quando que é o contrário, historicamente precisamos de mais Estado. Não o Estado ineficiente, não o Estado pagando salário para ninguém fazer nada. É mais Estado eficiente, mais Estado regulador, mais Estado formulador de política de Estado.

O papel dos arquitetos, o papel do CAU, o papel do IAB, de todo mundo, é chegar no político, no presidente, no governador e dizer: “Meu amigo, a solução habitacional não é só sair produzindo casas aos milhares, não é só isso”. É uma junção de soluções tão diversificadas quanto são os problemas que nós temos que resolver.

Então tudo isso para dizer que a assimilação da Nova Agenda Urbana como prioridade, deve ser, deve virar uma prioridade na atividade profissional do arquiteto e urbanista no Brasil. Tem que ser uma prioridade na discussão das universidades. Mas o CAU e o IAB são muito acanhados nessa discussão. A Nova Agenda Urbana depende da mudança desse paradigma e o CAU tem um papel fundamental nisso. As cidades são para todos e para cada um.

Muito obrigado pela atenção.

“ No Brasil, não se consegue promover cidades para o bem público, porque o Estado está a reboque. Na Alemanha, na Inglaterra, na França, você vê o poder que o Estado tem nas suas soluções territoriais, das decisões que ele tem de fazer, de tirar, de desapropriar. Aqui você não tem ”



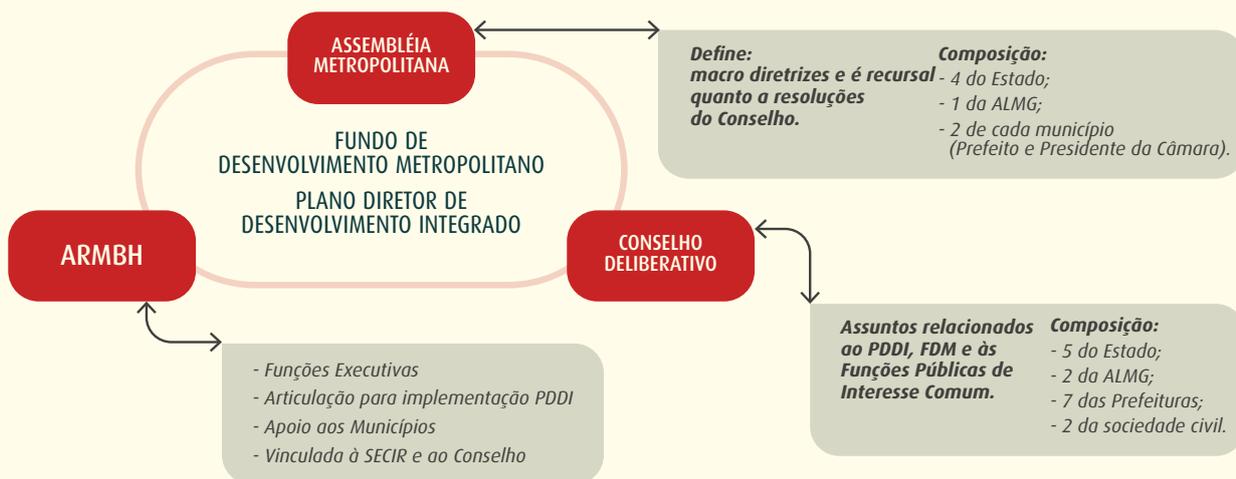
Mineirão e Lagoa da Pampulha (ao fundo), em Belo Horizonte/MG

O exemplo de Belo Horizonte

Por Flávia Mourão, diretora-geral da Agência RMBH

Trinta e quatro municípios compõem a região metropolitana de Belo Horizonte. São 5,2 milhões de habitantes. A legislação de Minas Gerais prevê também a existência de um Colar Metropolitano, que seriam os municípios afetados pelo processo de metropolização. Dá pra imaginar a dificuldade para conversar com todos os prefeitos. As diferenças são muito grandes, tanto das capacidades de gestão, quanto das diferenças sociais, ambientais e de características das cidades. Algumas são muito rurais ainda, outras são industriais, outras muito urbanas. Lidamos também com a grande diversidade política desse quadro e com a renovação a cada quatro anos. Em Belo Horizonte, a questão da região metropolitana tem uma caminhada que vem desde a década de 1970 quando começou um processo de discussão de que precisava haver um compartilhamento, mas ainda muito voltado para o desenvolvimento econômico. Em 1971, em convênio com o governo do Estado, fizemos o primeiro planejamento da metrópole Belo Horizonte, à época com 14 municípios.

Com a Constituição de 88, quando ela concede mais autonomia aos municípios, há uma quebra da gestão metropolitana. As regiões metropolitana, outrora instituídas por lei federal, passaram a ser delegadas pelo Estado. Depois de 88, tivemos um grande vácuo de legislação federal. Tivemos uma experiência chamada Assembleia Metropolitana, da qual só os municípios faziam parte. O Estado estava de fora. Voltou-se a discutir: que legislação trataria disso? Essa caminhada trouxe à tona vários atores para discutir de novo a gestão metropolitana. Havia um ambiente muito favorável à articulação metropolitana. Mas, gestão metropolitana para quê? Voltamos, então, à Constituição de 1988. Ela fala que os Estados podem instituir as regiões metropolitanas para o planejamento e a execução das chamadas



“ O modelo criado pela lei do Estado de Minas Gerais, que trata especificamente de região metropolitana, em 2006, é mais ou menos o modelo que está no Estatuto da Metrópole, de 2015 ”

Funções Públicas de Interesse Comum. A legislação estadual de Minas Gerais considera Função Pública de Interesse Comum atividade ou serviço cuja realização, por parte de um município, seja inviável ou cause impacto nos outros municípios integrantes da região metropolitana. Belo Horizonte, então, lista doze atividades que são consideradas Funções Públicas de Interesse Comum. Conseguimos delimitar conceitualmente com o que a gestão metropolitana vai trabalhar – transporte, uso do solo, habitação, saneamento, defesa civil, saúde, desenvolvimento socioeconômico.

E é interessante que o modelo criado pela lei do Estado de Minas Gerais, que trata especificamente de região metropolitana, em 2006, é mais ou menos o modelo que está no Estatuto da Metrópole, de 2015. Antes do Estatuto da Metrópole, a região metropolitana de Belo Horizonte já havia elaborado seu Plano Diretor Metropolitano de forma participativa – com todos os municípios, com a sociedade civil, com representantes do governo, da Assembleia Legislativa. Agora, a gente vai abrir de novo a discussão com outros atores, porque o plano foi elaborado e aprovado entre 2009 e 2011. Temos previsto na legislação estadual um arranjo muito próximo do que o Estatuto da Metrópole prevê.

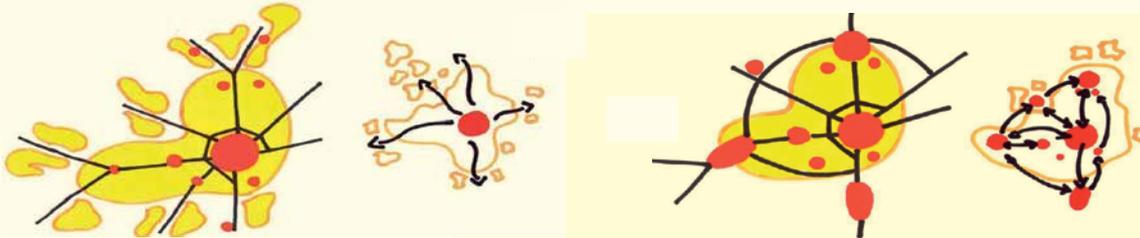
O Plano Diretor da Região Metropolitana de Belo Horizonte foi construído em cima de dois pilares: a territorialidade e a institucionalidade. A grande proposta da reestruturação territorial é quebrar essa monocentricidade. Temos grande dependência do centro de Belo Horizonte. A proposta é criar uma configuração policêntrica, com centros que permitam o desenvolvimento de atividades, de moradias de uma forma equilibrada. E essa descentralização vai orientar as políticas, os programas e as ações. As chamadas zonas de interesse metropolitano são áreas de proteção de recarga de aquíferos, recarga hídrica, áreas de serra e áreas de centralidade. Os parâmetros de uso e ocupação do solo trazem uma novidade: o percentual mínimo de habitação de interesse social nos novos loteamentos. Mas não tivemos acordo nisso, e o

Situação atual:

- *Metrópole monocêntrica e estendida;*
- *Sistema viário rádio-concêntrico.*

Situação desejada:

- *Metrópole policêntrica e compacta;*
- *Sistema viário organizado em rede.*



Ministério Público recomendou que a gente trate disso em legislação posterior. Todos os parcelamentos do solo, na região metropolitana, dependem de anuência prévia. Há um Plano de Mobilidade Metropolitana, que está em fase final de licitação, elaborado de forma participativa, considerando todos os modos de transporte. Depois de tudo isso, quais os desafios? Primeiro o entendimento de que o cidadão pertence a uma região metropolitana, de que tem de reivindicar direitos que dizem respeito à região metropolitana. Se dependemos de serviços que estão em outro município, então temos que construir soluções conjuntas.

Somos cidadãos de uma região metropolitana e somos cidadãos dos municípios também. Os prefeitos perguntam o que a região metropolitana pode lhes oferecer. Mas o que se deve perguntar é o que o município pode oferecer para que a região metropolitana tenha um desenvolvimento integrado, continuado. Tem também a articulação rural-urbano. A integração das ações do Estado no território metropolitano. A Agência Metropolitana é vinculada a uma secretaria, e temos diversas secretarias atuando no território metropolitano. Não está definida qual seria a participação da União na gestão interfederativa. É um vácuo no Estatuto da Metrópole. Quais são os instrumentos de financiamento da gestão metropolitana e finalmente, a questão da compensação por serviços ambientais ou outros serviços prestados pelo município à unidade territorial urbana – Belo Horizonte oferece uma série de serviços, recebe grande número de visitantes de outros municípios e qual seria compensação do sistema viário? São essas algumas das muitas questões da nossa experiência metropolitana.

Muito obrigada.



FLÁVIA MOURÃO

é engenheira civil pela Universidade Federal de Minas Gerais (1981). Especialista em Engenharia Sanitária (1984) e em Democracia Participativa (2010). Atual Diretora-Geral da Agência de Desenvolvimento da Região Metropolitana de Belo Horizonte – ARMBH. É engenheira da Prefeitura Municipal de Belo Horizonte, onde já exerceu, entre outros, os cargos de Secretária Municipal Adjunta de Atividades Urbanas (1997 – 2000), Secretária Municipal Adjunta de Meio Ambiente (2004-2008) e Secretária de Administração Regional Venda Nova (2011- 2012).

A governança interfederativa

Por Jório Cruz, arquiteto e urbanista, conselheiro do CAU/PE

Estou trazendo aqui o esforço do CAU/PE para adequar a legislação do Estatuto da MetrÓpole à nossa realidade. Foi um desafio muito grande em virtude de um certo esvaziamento, da necessidade de cumprir a lei e de uma certa dificuldade de entendimento. Então, trago a vocês um pouco daquilo que estamos usando para convencer os políticos, as autoridades, a população de que esse caminho é necessário.

Depois do esforço inicial do CAU/PE, logo em seguida houve a adesão de duas entidades importantes no Estado, uma ONG, o Instituto da Gestão, que tem pessoas muito interessadas e competentes, e a Rede Procidade, uma rede formada por instituições tipo Sinduscon, Ademi, sindicatos. Inicialmente, o Sinduscon e a Ademi fizeram uma confissão: “Nós queremos trabalhar na Rede

Procidade porque não queremos mais ser chamados de destruidores de cidades. Queremos nos unir ao processo e executarmos coisas que sejam importantes para a cidade”. Belo discurso. Precisamos agora fazer com que isso aconteça.

O primeiro problema que vivemos foi o de que metrÓpole, em Pernambuco, começou sendo reconhecida como um pedantismo de arquitetos. Para certas pessoas, metrÓpole é coisa para Nova York, Londres, TÓquio. Depois, que metrÓpole é uma abstração para técnicos, porque ninguém vê essa metrÓpole. Então, consegui uma fotografia de satélite, noturna e mostrei – essa é a tal metrÓpole. É óbvio, mas não convenceu muito.

Queremos mostrar que metrÓpole e região metropolitana são duas realidades distintas. A metrÓpole é a mancha urbana

“ Queremos mostrar que metrÓpole e região metropolitana são duas realidades distintas. A metrÓpole é a mancha urbana contínua. Região metropolitana é a mancha urbana mais os municípios que são por ela influenciados. O Estatuto é da MetrÓpole, não da região metropolitana ”

A METRÓPOLE



A REGIÃO METROPOLITANA



Fonte: Material apresentado por Jório Cruz (adaptado)

contínua. Região metropolitana é a mancha urbana mais os municípios que são por ela influenciados. O Estatuto é da Metrópole, não da região metropolitana. A metrópole é o substantivo e a região metropolitana, o adjetivo. A metrópole não é do Recife; o Recife é que é da metrópole. A metrópole é feita de cidades que se conurbaram.

Existem 70 regiões metropolitanas no Brasil. Temos um hábito de 50 anos atrás de considerar que a cidade é um dado do município. Ou seja, todos os municípios têm uma cidade. Agora, estamos constatando que a metrópole é que tem município. É o contrário. Então, precisamos reconhecer que a base é a cidade, não o município.

Em Pernambuco, somos 14 municípios fazendo 14 planos diretores completamente díspares. As autoridades temem perda de poder. Mas não vão perder poder nenhum. O Estatuto da Metrópole dá mais poder ao prefeito, porque ele vai ter que discernir também sobre a metrópole que ultrapassa o seu município.

O Estatuto da Metrópole diz que a metrópole deve ter governança interfederativa. Decidimos que a melhor solução seria um consórcio público formado pelo Estado de Pernambuco e pelos municípios da Região Metropolitana do Recife. O protocolo de intenções é o caminho para o consórcio. Criamos uma Câmara Consultiva, formada por representantes da sociedade. E todas as propostas, antes de serem encaminhadas ao Conselho Metropolitano, devem ser aprovadas pela Câmara Consultiva. Isso está na proposta de lei. Mais de 20 entidades já assinaram o manifesto de adesão à Governança Metropolitana. Tivemos uma primeira reunião com absoluto sucesso. O Estado assinou, a Assembléia Legislativa assinou, e criou uma Comissão Pró-Governança Metropolitana. É esse o caminho que estamos seguindo. Obrigado.

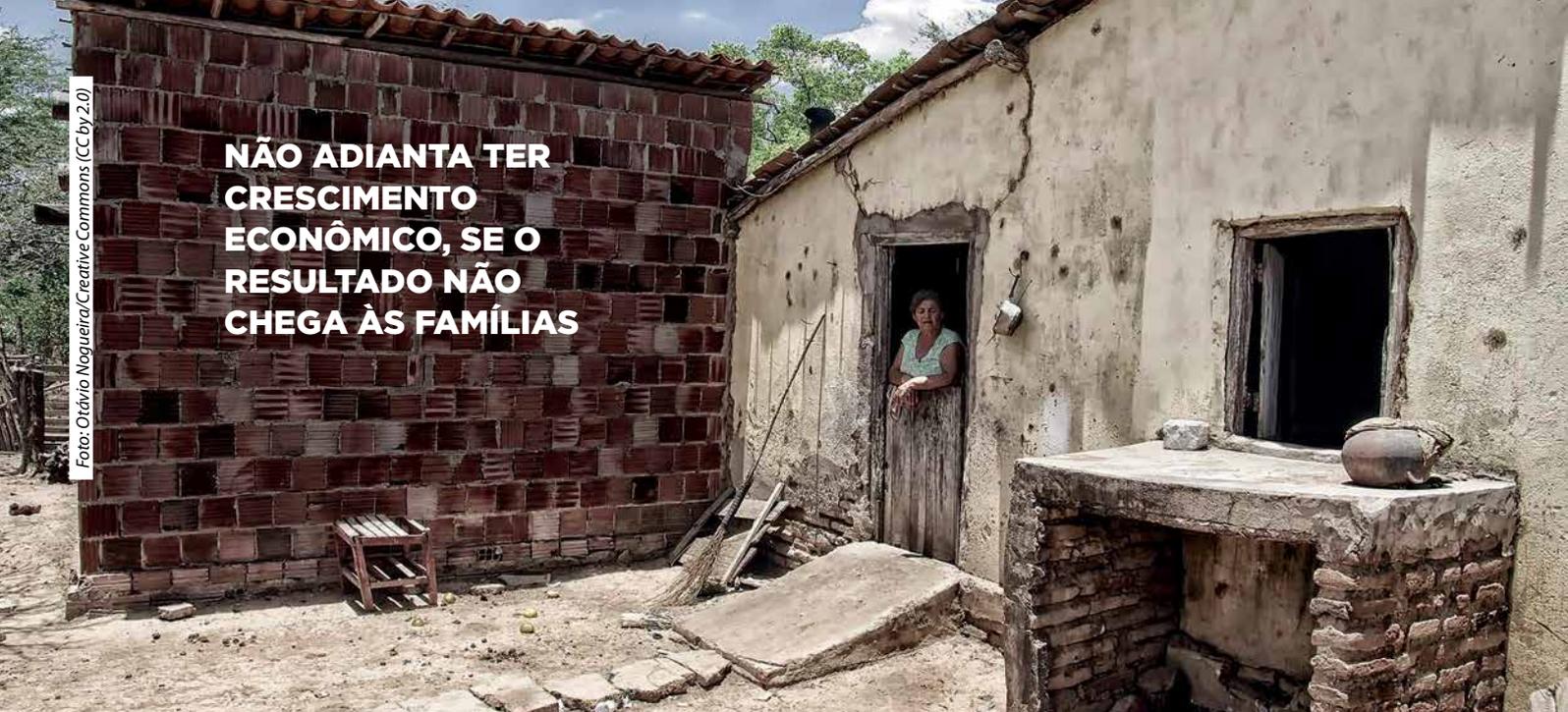
“Temos um hábito de 50 anos atrás de considerar que a cidade é um dado do município. Ou seja, todos os municípios têm uma cidade. Agora, estamos constatando que a metrópole é que tem município. É o contrário. Então, precisamos reconhecer que a base é a cidade, não o município”



JÓRIO CRUZ

é arquiteto e urbanista, ex-professor concursado da Faculdade de Arquitetura da Universidade Federal de Pernambuco, ex-presidente da Fundação de Desenvolvimento da Região Metropolitana do Recife – FIDEM, é diretor da empresa Jório Cruz Arquitetura & Consultoria Eireli EPP. Participou das discussões técnicas durante a elaboração do Estatuto da Metrópole na Câmara dos Deputados e no Estado da Bahia. Participou dos estudos e debates sobre a gestão das metrópoles nas Regiões Metropolitanas de Belém, Recife, Cariri e Sul da Bahia. Publicou, além de inúmeros artigos em jornais sobre questões urbanas e metropolitanas, os livros “Os municípios se sublimam na metrópole” e “Modelos de governança metropolitana”, este último em parceria com o jurista Geraldo Neves. É conselheiro titular do Conselho de Arquitetura e Urbanismo de Pernambuco.

**NÃO ADIANTA TER
CRESCIMENTO
ECONÔMICO, SE O
RESULTADO NÃO
CHEGA ÀS FAMÍLIAS**



Más notícias para a Nova Agenda

Por Ernesto Galindo, arquiteto e urbanista, técnico de Planejamento e Pesquisa do IPEA

A Nova Agenda Urbana tem 30 pontos-chave que tratam de cinco campos de ação: Política Urbana Nacional, Legislação Urbana, Planejamento e Desenho Urbano, Economia Urbana e Finanças Municipais, e Renovações Urbanas Planejadas. É uma pauta do arquiteto e urbanista. Mas a Nova Agenda Urbana não tem indicadores. Ela sugere que se utilize a Agenda 2030, que são os Objetivos do Desenvolvimento Sustentável, como uma referência de indicadores para se trabalhar a evolução das questões urbanas. Teoricamente, a cada quatro anos teríamos que atualizar esses dados.

O IPEA analisou todos os documentos de apoio e identificou uma série de temas que foram levados para a discussão na Habitat III. E, para cada tema, a gente tentou verificar se ele tinha evoluído nos últimos, se tinha regredido, qual a perspectiva para os próximos anos, tentando dar uma avaliada geral nas dimensões que a ONU estava trabalhando. O IPEA verificou que há perspectivas negativas para os próximos anos para a questão da habitação, do transporte, da mobilidade, a falta de priorização dos programas sociais. Com a crise fiscal, há uma perspectiva negativa para as finanças municipais.

“ Há perspectivas negativas para os próximos anos para a questão da habitação, do transporte, da mobilidade, a falta de priorização dos programas sociais. Com a crise fiscal, há uma perspectiva negativa para as finanças municipais ”

Perspectivas positivas: com o envelhecimento da população, deve haver cada vez mais pressão social para que haja condição de acessibilidade aos idosos e, conseqüentemente, para quem tem algum tipo de restrição de mobilidade.

Legislação e Participação: Somos muito elogiados nesse sentido, mas o fato de termos uma série de legislações não

URBANIZAÇÃO

1991

75,6%

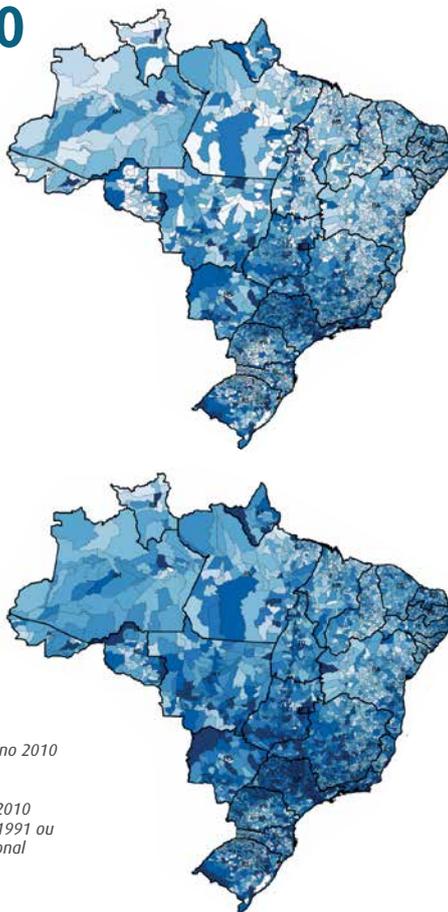
Taxa de Urbanização

De 0.000



2010

84,4%



Fonte: Atlas de Desenvolvimento Humano 2010 (Dados Brutos)

Obs.: Referente à divisão municipal de 2010 (mesmo não existindo o município em 1991 ou 2000, foi utilizada informação populacional referente ao limite municipal de 2010).

garante os direitos. Saneamento e Energia Limpa: com a pressão externa, com todos os problemas de epidemia que estamos tendo, nós achamos que vai continuar tendo um certo aporte de investimento em saneamento e energia limpa. Maior discussão sobre o espaço público, sobre ocupação, sobre democracia. Migrações de refugiados: a gente está começando a inserir isso na agenda urbana. E cidades inteligentes e inovadoras.

Tivemos uma época de pujança em investimentos urbanos, com os efeitos colaterais. O Minha Casa Minha Vida aumentou muito o preço da terra. Tivemos aumento da frota, aumento de motos. Aumentou acidente, aumentou custo na saúde. Crises hídricas nos grandes centros urbanos. Além disso, acabou a bonança. Aqueles períodos áureos de desenvolvimento econômico passaram, pelo menos nesse momento. Temos problemas com a balança comercial, estabilidade política, inflação, riscos, políticas sociais. Uma série de problemas que não permite que a gente aposte num cenário muito positivo.

Não adianta ter crescimento econômico, não adianta ter riqueza se aquilo não chega à população, não chega às famílias. A questão do posicionamento brasileiro internacionalmente tem se tornado um pouco mais conservadora, espero que isso não afete os acordos que assinamos.

Obrigado.

“ A Nova Agenda Urbana sugere que a gente utilize a Agenda 2030, que são os objetivos do desenvolvimento sustentável. Não adianta ter crescimento econômico, não adianta ter riqueza se aquilo não chega à população, não chega às famílias ”



ERNESTO PEREIRA GALINDO

é arquiteto e urbanista com especialização em Gestão Pública e mestrado em Transportes. Autor de artigos nacionais e internacionais na área de transportes. Desde a graduação manteve contato com políticas públicas setoriais (planejamento urbano, habitação e transporte) dentro e fora do Poder Público. Foi pesquisador do Centro de Formação de Recursos Humanos em Transportes (Ceftru/UnB), onde trabalhou com planejamento nacional, avaliação e regulação de transportes. Atualmente é analista de infraestrutura concursado do Ministério do Planejamento e lotado no Ministério das Cidades. Tem passagem também pelas áreas de desenvolvimento agrário, geoprocessamento e elaboração de planos diretores. Participou da equipe responsável pela coordenação redação do Relatório do Brasil para a Habitat III.



Juazeiro do Norte/CE

O gestor não está entendendo nada

Por Karla França, geógrafa e técnica da Confederação Nacional de Municípios

Dos 5.568 municípios brasileiros, 5 mil estão vinculados à Confederação Nacional de Municípios. Trabalhamos com 28 entidades regionais, 230 entidades microrregionais e 1.200 consórcios. Dos 5.568 municípios, 68% têm menos de 20 mil habitantes. Até 50 mil habitantes, são 88%. E acima de 1 milhão, 0,3%. Basicamente, temos um perfil de municípios pequenos no Brasil. Grande parte deles tem enormes dificuldades com legislação de uso de solo e perímetro urbano. Tem município pequeno com forte vinculação rural e municípios de 50 mil habitantes inseridos em uma região metropolitana. São desafios de gestão urbana muito diferentes e que precisam ser adaptados.

A imensa maioria dos municípios depende fortemente de transferências voluntárias. IPTU, ITBI, RRFs, taxas e contribuições. Grande parte dessas receitas tem legislação de 30/40 anos atrás, que nunca foi revisada. Grande parte dos nossos municípios não tem capacitação para financiamento. Com menos de 50 mil habitantes e com perfil de risco em termos de

capacidade de endividamento. O município tem papel muito estratégico em termos de indicadores e avanços para as metas de 2030. Mas os gestores ainda estão tentando compreender o que é a Agenda 2030 e o que é o Estatuto da Metrôpole. A CNM tem grande preocupação em termos de localização de ODSs (Objetivos de Desenvolvimento Sustentável). São mais de 160 metas. E não se consegue mapear grande parte dos indicadores porque as bases que utilizamos são bases que utilizam perfis de municípios diferentes. Então, dificilmente se tem uma leitura de todos os ODSs, que se consiga localizar metas e indicadores para todos os 5.568 municípios, principalmente para os pequenos municípios.

“ Os gestores ainda estão tentando compreender o que é a Agenda 2030, ainda estão tentando entender o que é o Estatuto da Metrôpole ”

COMO SÃO OS MUNICÍPIOS NO BRASIL?



- Municípios até 20.000 habitantes: **3.810** (68,4%)
- Municípios até 50.000 habitantes: **4.911** (88,2%)
- Acima de um milhão de habitantes: **17** (0,3%)

ESTRUTURA FINANCEIRA

Média do orçamento

- Municípios até 20.000 habitantes. (Amostra 3.105)
Valor médio: **R\$ 24.621.772,09**
- Municípios até 50.000 habitantes. (Amostra 3.972)
Valor médio: **R\$ 35.920.499,17**
- Acima de um milhão de habitantes. (Amostra 15)
Valor médio: **R\$ 9.379.947.544,87**

Fonte: Material apresentado por Karla França (adaptado)

Esse é um desafio que está posto para todos nós, gestores, arquitetos, quem trabalha com município e quem vive nos municípios. Estamos trabalhando, em parceria com o PNUD, para localizar os ODSs nos 5.568 municípios para que o gestor possa redirecionar suas políticas públicas a essas metas. O município tem um papel muito estratégico em termos de metas, indicadores e avanços na Agenda 2030.

É um desafio enorme para que o gestor entenda a Agenda 2030. Claro que estamos aqui num evento com experts, mas na ponta eles ainda estão tentando compreender o que é o Estatuto da Metrópole. E essa Agenda 2030 tem uma discussão muito pesada para quem está na ponta. É preciso capacitar os governos locais para integração aos ODSs em seus planos de governo. É fundamental fomentar os municípios a fazer consórcios públicos voltados para a área de desenvolvimento urbano. Grande parte dos municípios tem enorme fragilidade em termos de corpo técnico para fazer avançar essa agenda. É uma agenda importante, convergente, dos governos municipais e do Conselho de Arquitetura e Urbanismo: pensar estratégias em termos de consórcios intermunicipais de desenvolvimento urbano. Temos de pensar em articulações futuras para sensibilização dos municípios. Podemos pensar em estratégias com o que nos converge dentro da Agenda 2030 para podermos avançar no alcance dos objetivos. Seria isso.

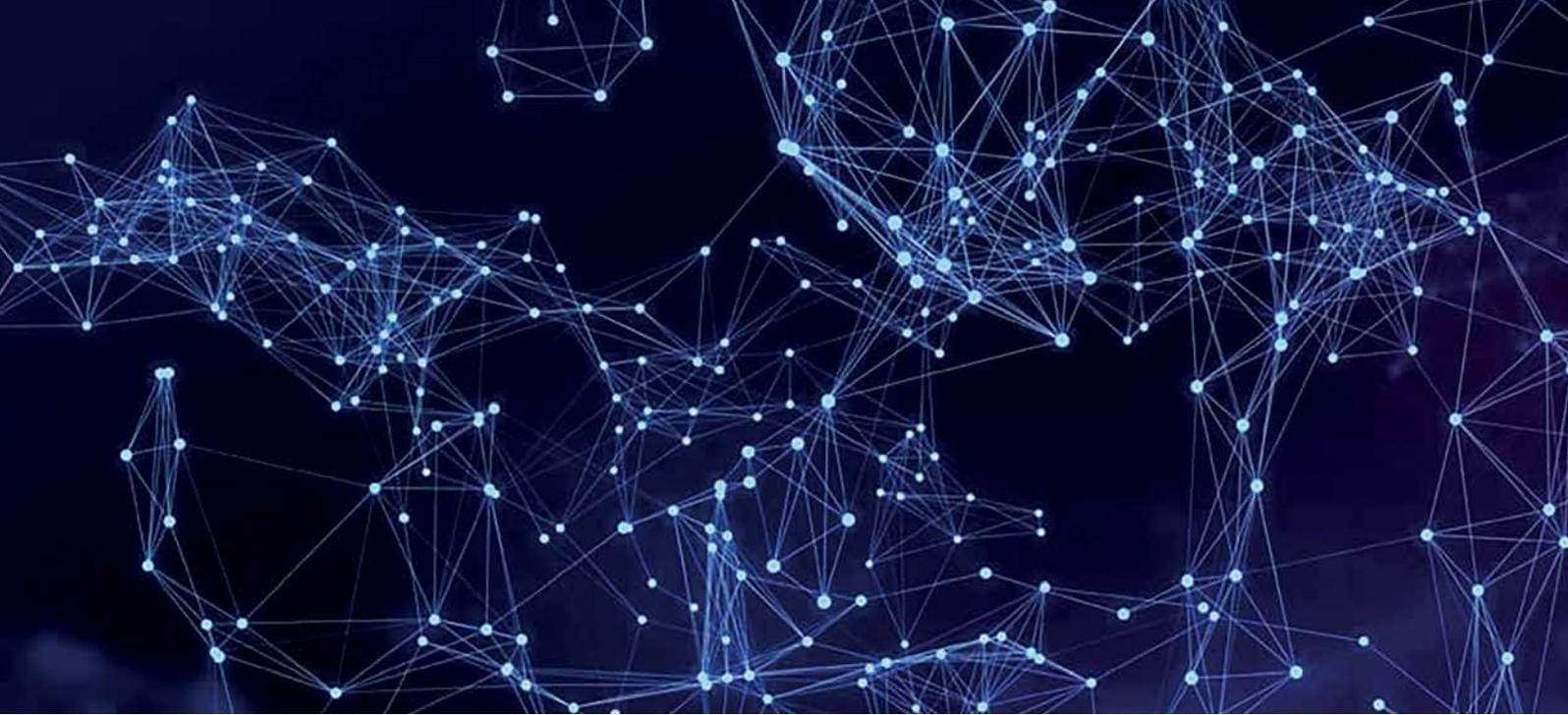
Obrigada.

“Temos de pensar em articulações futuras para a sensibilização dos municípios, em agendas com o que nos converge dentro da Agenda 2030”



KARLA FRANÇA

é geógrafa, mestre e doutora em Geografia pela UnB – linha de pesquisa gestão do Território. É especialista em direito urbanístico e ambiental pela PUC-Minas. Foi professora no Departamento de Geografia na UnB. Foi pesquisadora no IPEA. Atualmente é analista em planejamento urbano e habitação na Confederação Nacional de Municípios. É conselheira do segmento do executivo municipal na atual gestão Conselho Nacional das Cidades (CONCIDADES).



#RedeBrasilUrbano unindo forças

Grupo de trabalho Rede Urbana do Fórum de Presidentes do CAU

Nunca tanta gente discutiu a cidade e nunca se viu tantos movimentos pela qualidade urbana no Brasil e em boa parte do mundo. A partir dessa constatação, o arquiteto e urbanista Roberto Montezuma, presidente do CAU/PE, lançou a ideia da #RedeBrasilUrbano, movimento que pretende mapear e potencializar movimentos, reflexões e experiências bem-sucedidas de transformação urbana, respeitando as especificidades de cada uma das cidades e dos Estados brasileiros.

Articulada pelo Fórum de Presidentes dos CAU's das unidades da Federação, a #RedeBrasilUrbano apresentou seu manifesto de lançamento durante o IV Seminário Nacional de Política Urbana e Ambiental. "Estávamos na UN-Habitat (Programa das Nações Unidas para Assentamentos Humanos), quando participamos de um evento de formação de uma rede latino-americana". Daí, nasceu a ideia da #Rede. "Nós vivemos dentro da cidade, mas a cidade vive dentro da gente, e é a partir dessa perspectiva que podemos nos reunir em redes locais, estaduais, nacionais, continentais e até mundiais", afirmou Montezuma. "A cidade não é a que cada um quer, é a cidade de que precisamos. A cidade é pacto social", completou.

“ Nós vivemos dentro da cidade, mas a cidade vive dentro da gente, e é a partir dessa perspectiva que podemos nos reunir em redes locais, estaduais, nacionais, continentais e até mundiais ”

Algumas das redes locais que participam ou podem vir a participar da #RedeBrasilUrbano: Observatório Paraná Urbano, Grande Vitória 500 anos, Fortaleza 2040, Aracaju 2036, Fórum Livro Política Urbana de Campo Grande, Recife 500 anos, Docomomo, cinco

“ Já somos uma rede, agora nos juntaremos a outras, com um objetivo comum, em um espaço democrático e inovador de compartilhamento de ideias e realizações que venham a tornar realidade a cidade de que todos nós precisamos ”

Conselhos profissionais – o de Engenharia, o de Medicina –, Observatório das Metrôpoles, Observatório do Recife, Observatório Paraná Urbano, Cuiabá Várzea Grande.

A #Rede consolida um compromisso do CAU, o de fazer com que a Arquitetura e o Urbanismo alcancem todos os rincões do país. “De certa forma, as redes já existem. Só nos falta criar, de fato, uma rede consolidada, estruturalmente mais forte”, afirmou o presidente do CAU/BA, Guivaldo Baptista.

O CAU/BA tem parceiros históricos – IAB, Sindicato dos Arquitetos e está ampliando a parceria acadêmica com os 23 cursos de Arquitetura que existem no Estado.

Na Bahia, a #RedeBrasilUrbano terá vasto território: o Fórum A Cidade Também é Nossa, o Corpocidade, o UrbBA. Outros prováveis parceiros são a Articulação dos Movimentos e Comunidades do Centro Antigo de Salvador, o Artífices da Ladeira da Conceição da Praia, a Associação Amigos de Gegê dos Moradores de Gamboa de Baixo, o Coletivo Rio Vermelho em Ação, o Coletivo da Vila Coração de Maria, a Comunidade da Ladeira da Preguiça, o Movimento Nosso Bairro 2 de Julho, o Movimento dos Sem Teto da Bahia, ArqPop, Que Cidade é Essa, associações de arquitetos baianos. O papel do CAU/BR na #Rede é o de articulador.

O presidente do CAU/MT, Wilson Andrade, ressaltou a importância de se realizar campanhas e eventos que aproximem os cidadãos da temática urbana. “A sociedade não nos vê produzindo cidade, produzindo espaço, produzindo o ambiente onde elas vivem. Ela vê arquiteto fazendo casa, fazendo edifício. Não compreende a extensão do nosso papel”.

A #RedeBrasilUrbano pretende reunir entidades interessadas em colaborar com o processo de desenvolvimento urbano do país, a partir da troca de boas práticas de governança urbana e planos e projetos sustentáveis. Soluções urbanas dispersas “que precisam ser conhecidas para subsidiar a legitimidade de planos e projetos sob medida para cada uma de nossas cidades”, observou Guivaldo Batista, presidente do CAU/BA. “Nunca tanta gente discutiu cidades, mas são movimentos dispersos”, diz Jeferson Navolar, presidente do CAU/PR.

O CAU seria um facilitador na #RedeBrasilUrbano, “jamais o protagonista principal”, alerta Wilson de Andrade. “Nós, como Conselho, já somos uma rede, agora nos juntaremos a outras, com um objetivo comum, mas sem assumir a liderança, que deve ser um espaço democrático e inovador de compartilhamento de ideias e realizações que venham a tornar realidade a cidade única, não mais genérica, de que todos nós precisamos e que todos merecemos.”



Roberto Montezuma,
presidente do CAU/PE



Guivaldo Baptista,
presidente do CAU/BA



Wilson de Andrade,
presidente do CAU/MT



Jeferson Navolar,
presidente do CAU/PR



Fonte: CAU/PE



A
#RedeRecife500anos
tem como marco
o ano de 2037,
quando o Recife
completa 500 anos

Lançamento e estruturação da #RedeRecife500anos

MANIFESTO #RedeBrasilUrbano

A #RedeBrasilUrbano é uma convocação à sociedade para se engajar no processo de transformação urbana que o nosso país necessita, possibilitando desenvolvimento urbano sustentável e garantindo a qualidade de vida nas nossas cidades nos próximos vinte anos, conforme recomenda a Nova Agenda Urbana da Organização das Nações Unidas (ONU).

A cidade é um sistema único com diferentes dimensões – social, econômica, ambiental e urbanística. Essas dimensões integram os diferentes desafios estabelecidos pela ONU, que, por sua vez, demandam governança, planos e projetos. Esses planos e projetos são ferramentas potentes para o cidadão no sentido de empoderá-lo para o monitoramento de metas no tempo e no espaço. Com isso, atingimos uma nova visão de um planejamento urbano sólido e transformador.

O mundo, a América Latina e o Brasil estão repletos de soluções dispersas que urgem ser conhecidas, debatidas e apropriadas para subsidiar a legitimidade de planos e projetos sob medida para cada uma das nossas cidades. A missão da #RedeBrasilUrbano, portanto, é unir forças, promover conexões, produzir conhecimento em busca da implementação de ações que recuperem a crença no nosso país como uma potência que assume seu papel de liderança na construção da imensa aldeia global.

Assim, a #RedeBrasilUrbano surge como um espaço privilegiado, democrático e inovador de compartilhamento das experiências, ideias e realizações que venham a tornar realidade a cidade única, não mais genérica, a cidade de que precisamos e merecemos.



Equipe de Fiscalização do CAU/MS

Tecnologia a serviço das cidades

Por Mirna Lobo, arquiteta e urbanista, especialista em Tecnologia de Informação Geográfica

Desde que o CAU foi criado, concluímos que se ele não tivesse conhecimento mínimo sobre distribuição dos arquitetos do país, sobre o exercício profissional dos arquitetos, sobre qual é o substrato populacional relacionado com a atividade profissional, o Produto Interno Bruto (PIB), o Índice de Desenvolvimento Humano (IDH), o Índice de Vulnerabilidade, o CAU não poderia definir políticas e sequer fazer as suas obrigações, principalmente, as eleições, a emissão das carteiras profissionais, o censo. Então, tudo isso levou a um sistema geográfico de informações, o IGEO (Serviço de Inteligência Geográfica). São ferramentas que poderíamos disponibilizar para os municípios para análises básicas dos indicadores socioeconômicos. A informação é muito preciosa para a tomada de decisão. Tecnologia é instrumento, e um instrumento que possibilita a informação aberta, confiável.

“ A informação é muito preciosa para a tomada de decisão, e a tecnologia é um instrumento que possibilita a informação aberta, confiável ”

O IGEO pode ser um instrumento eficaz para auxiliar no planejamento e na gestão urbana. Em 2011, dizíamos que a fiscalização poderia ser feita com os drones, e o pessoal falava que eu estava ficando louca. E aí está. Hoje, a gente trabalha com os drones, com os softwares inteligentes, em quatro dimensões, incluindo a dimensão temporal, para acompanhar as transformações urbanas. Com a quarta dimensão, você detecta automaticamente as transformações do território em sistemas simples, rápidos, objetivos. Então, estamos ultrapassando, cada vez mais, numa velocidade mais rápida, as antigas restrições tecnológicas, de algumas décadas atrás, que eram caras, pesadas, estáticas. Hoje, elas são baratas,



MIRNA LUIZA CORTOPASSI LOBO

é arquiteta e urbanista, professora Titular aposentada da Universidade Federal do Paraná em Planejamento Urbano e Regional, criadora do Centro Integrado em Estudos de Geoprocessamento e do Curso de Pós-Graduação em Geoprocessamento da Universidade Federal do Paraná. Foi também Pró-Reitora da mesma Universidade, Coordenadora Técnica da Comec (Coordenação da Região Metropolitana de Curitiba), Coordenadora do IPPUC (Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano de Curitiba). Coursou também mais de uma dezena de Pós-Graduações a nível de especialização e mestrado e doutorado, nas áreas de Urbanismo na UFMG e IRFED Paris, Paisagismo, Educação, Geoprocessamento e Planejamento de Sistemas de Informações, gesta de bacias hidrográficas, dentre outras.

leves e dinâmicas. É um privilégio termos, enquanto seres territoriais, a possibilidade de acompanhar as modificações sobre o território. Como tudo no CAU, em termos de tecnologia, foi criado em sistemas centralizados – não centralizadores –, todas as sugestões, todas as informações, advindas da prática profissional, advindas dos Estados, são incorporadas e disponibilizadas nacionalmente.

Tentamos, desde 2013, fazer acordos com as prefeituras para estabelecer uma fiscalização colaborativa, mas a questão da informação tangencia um universo de poder. Então, aqueles que detêm a informação, podem ter duas abordagens: Abordagem da informação como poder, que são aqueles que têm segundas intenções ou abordagem do poder da informação para transformar uma determinada realidade. Se a informação pública estiver disponível, haverá muito mais pessoas pensando do que se ela estiver fechada. De alguma forma, a política de Estado também caminhou nesse sentido, com os portais de transparência dentro das instituições.

A primeira aplicação do IGEO foi a emissão das carteiras profissionais de arquitetos e urbanistas, que exigiu uma logística nacional para a coleta de dados biométricos com deslocamento das estações de coleta desses dados. Foi um record brasileiro de emissão de carteiras profissionais: quase 70 mil em seis meses. Hoje, O IGEO sistematizou diversos indicados, em diversos mapas, PIB, RRTs (Registro de Responsabilidade Técnica), informações do CAU cruzadas com informações do IBGE. Essa é a grande diferença – cruzar informações num ambiente simples e de fácil gerenciamento.

Obrigada.

“ O IGEO é importante, principalmente, para aqueles 70% dos municípios que não têm a mínima condição orçamentária, física e técnica de implantar sistemas dessa natureza. Aí o CAU pode fazer a diferença ”



Fonte: Material apresentado por Mirna Lobo

Fiscalização colaborativa para a preservação do Patrimônio

V SEMINÁRIO NACIONAL DE POLÍTICA URBANA E AMBIENTAL

A CONSTRUÇÃO SOCIAL DA CIDADE NO COMPROMISSO COM A NOVA AGENDA URBANA

Brasília, agosto de 2017

Município de Barcarena, na região metropolitana de Belém do Pará. Foto: SkyscraperCity



Prefeitos, parceiros importantes

Um prefeito, um promotor de Justiça, um ativista e pesquisador de mobilidade urbana, representantes da Confederação Nacional de Municípios (CNM) e a exposição de intervenções urbanas de qualidade deram o tom da diversidade dos debates no V Seminário de Política Urbana e Ambiental – A construção social da cidade no compromisso da Nova Agenda Urbana, ocorrido em Brasília. Realizado em parceria com a CNM, na sede da entidade em Brasília, o V Seminário foi dividido em três painéis: Regularização fundiária e assistência técnica; Planejamento e gestão: Poder Público, sociedade civil e recursos financeiros e Qualidade de vida nas cidades: habitação, infraestrutura básica, espaço público e mobilidade.

“Temos sido derrotados pela falta de cumprimento das determinações constitucionais e civilizacionais que contemplam as condições minimamente humanas de habitação e convivência nas cidades”

Organizado pela Comissão de Política Urbana e Ambiental, com o apoio da Comissão de Política Profissional do CAU/BR e do Fórum de Presidentes dos CAUs, o V Seminário deu continuidade às discussões sobre políticas públicas de planejamento urbano e ambiental, englobando os desafios da gestão urbana e as possíveis ferramentas e estratégias de atuação para a melhoria da qualidade de vida nas cidades. Ao final, foram esboçadas as linhas da Carta à Sociedade.

Representando o secretário-geral da CNM, Karla França destacou a importância dos temas em discussão para “a mobilização, sensibilização e implementação da Nova Agenda Urbana em todos os municípios”. Karla convidou os CAUs nos Estados a se aproximarem das associações locais de municípios. “É um canal importante, em termos de conhecimento, e, ao mesmo tempo, de pensar em futuras parcerias. Tanto vocês quanto nós têm grande capilaridade em termos de inserção e de modificar os rumos da política urbana, principalmente para a disseminação da Nova Agenda Urbana e do ODS 11.”

O presidente do CAU/BR, Haroldo Pinheiro, manifestou sua alegria em “ver a proximidade do nosso Conselho, das nossas entidades, com a Confederação Nacional de Municípios”. O Brasil, lembrou Pinheiro, “tem um dos mais vanguardistas conjuntos de lei de questões urbanas do planeta”, desde a Constituição de 88, até o Estatuto da Cidade e, mais recentemente, o Estatuto da Metrópole, conquistas foram obtidas com a participação preponderante de arquitetos e urbanistas.

Apesar de tantas conquistas, “temos sido derrotados pela falta de cumprimento das determinações constitucionais e civilizacionais que contemplam as condições minimamente



Fabiana de Azevedo, arquiteta e urbanista, Secretária Municipal de Habitação do município de São José do Rio Preto



Pág. 142

Veja a
Carta à
Sociedade



Público participante do V Seminário Nacional de Política Urbana e Ambiental

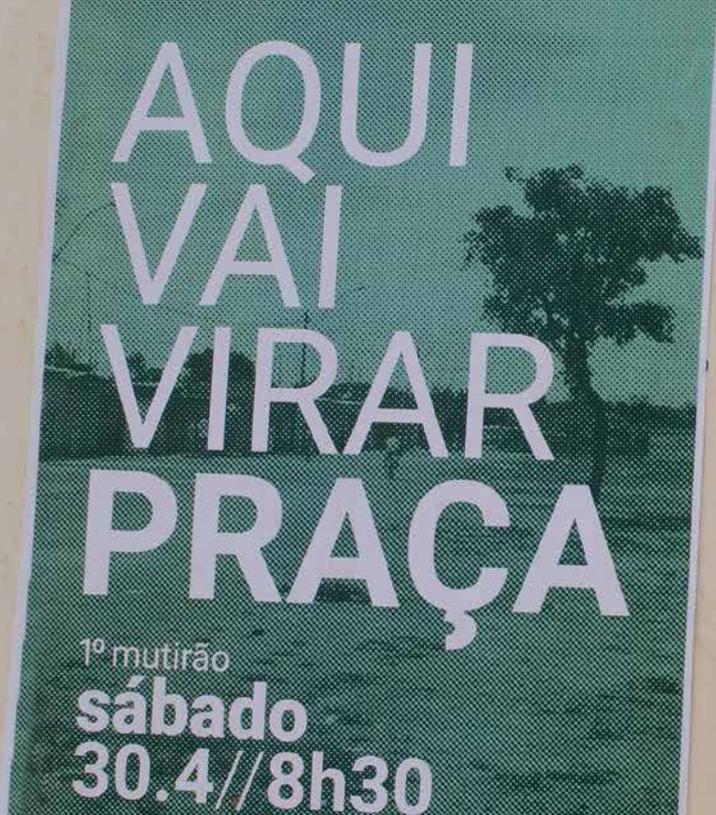
“Tanto o CAU quanto a CNM têm grande capilaridade em termos de inserção e de modificar os rumos da política urbana, principalmente para a disseminação da Nova Agenda Urbana e do ODS 11”

humanas de habitação e convivência nas cidades”. Por isso, observou o presidente do CAU/BR, é necessário celebrar o encontro de prefeitos com arquitetos e urbanistas, duas funções comprometidas com o zelo das cidades. “Precisamos de nos ajudar, nas diversas áreas do conhecimento, mas particularmente na de arquitetos e urbanistas, para contribuir com os prefeitos na realização dos marcos legais para as cidades que abrigam os cidadãos do século XXI”.

Ressaltando que são poucos os municípios brasileiros que têm arquitetos e urbanistas trabalhando nas Prefeituras, o coordenador da Comissão de Política Profissional do CAU/BR, Sanderland Ribeiro, observou a importância dos debates de questões como a importância da regularização fundiária no planejamento urbano nos municípios.

O V Seminário poderia ser realizado em qualquer lugar, “mas fazer na casa do municipalismo é um dado fundamental”, pontuou a coordenadora da CPUA, Lana Jubé Ribeiro. “Temos de deixar bastante ajustada essa parceria entre os profissionais do planejamento urbano e os municípios. Temos que lutar pela bandeira do arquiteto como uma profissão de Estado para que ele trabalhe junto com as Prefeituras por uma cidade melhor.”

No encerramento do V Seminário, o presidente do CAU/BA, Guivaldo D’Alexandria Baptista, fez um balanço dos três momentos da existência do CAU. Primeiro, o de instalação. “Foi um desafio enorme implantar esse Conselho no país inteiro”. Segundo, o de consolidar a estrutura; e o terceiro, o momento de qualidade. “Não podemos ser seduzidos nem abocanhados nem trancafiados por uma tecnocracia, por um modelo cartorial, e temos de olhar para fora dos muros, olhar para a cidade”. Guivaldo citou como exemplo dessa construção, além dos Seminários, a articulação da #RedeBrasilUrbano. “O CAU está contribuindo no processo de construção da nova sociedade brasileira, da nova cultura de espaços públicos de qualidade para fazer frente, sobretudo, ao capital especulativo imobiliário e ao ajuizamento, que é quem estão construindo as nossas cidades.”



Fonte: Material apresentado por Gilson Paranhos

Mutirão Ações Urbanas Comunitárias realizados pela Codhab/DF

O Sol nasce na periferia de Brasília

Por Gilson Paranhos, arquiteto e urbanista, presidente da Codhab/DF

Quem conheceu o Sol Nascente há dois anos e for lá hoje verá a transformação concreta que fizemos. Essa capacidade de transformação nós temos, precisamos ter certeza dela, senão a gente continua deixando o país do jeito que está. Temos de focar nossa atuação no coletivo. Decidir pelo coletivo e ter consciência do risco. Um gestor sabe que terá problema para o resto da vida! Se eu assino mais de 300 mil papéis em quatro anos, é lógico que, desses, 160 mil eu não leio, 50 mil vai ter problema, 1.000 serão problemas sérios e 500 serão problemas para o resto da vida. Todo mundo na gestão pública tem medo de assinar. Ou assumimos o risco ou não vamos mudar esse país.

Se não derrubarmos as divisórias, se não combatermos a burocracia, mesmo com risco de ter problema mais tarde, não conseguimos mudar. Se não combatermos as normas burras, não vamos melhorar as cidades. Se o arquiteto tivesse respeitado as normas burras, todos os hospitais da Rede Sarah não seriam aprovados. O que faz os pobres ficarem distantes das nossas cidades são: o tempo de execução e as normas. Só estamos trabalhando em áreas ilegais... se vocês virem alguém da Codhab trabalhando em área legal, me avise que estamos errados. As áreas legais já estão legais, não temos o que fazer lá! O médico só vai aonde tem doente. No Brasil, só 14% do que é construído têm a presença do arquiteto e do engenheiro; 7% têm a presença do arquiteto. Ou seja, 86% trabalham fora das normas, fora de tudo aquilo que a vida inteira a gente tem feito, de nossos planos diretores. São dados do Datafolha para o CAU/BR. É por isso que as nascentes estão todas ocupadas. Temos de focar nos 86% e não nos

SOL NASCENTE | PÔR DO SOL

- Paris
- Barcelona
- Manhattan



CRESCIMENTO DEMOGRÁFICO



IBGE 70.000 pessoas/ano
CODEPLAN 50.000 pessoas/ano

planejamento 16 anos (mínimo)
800.000 pessoas

Fonte: Material apresentado por Gilson Paranhos

14%; nos 93%, não nos 7%. Se a gente não focar nos 93%, não vamos melhorar nossa cidade. Vamos continuar discutindo sexo dos anjos, discutindo normas, que a população da periferia não sabe do que se trata. Na periferia, o Código Penal não é respeitado. Não vamos esperar que o nosso Código de Edificações seja respeitado porque não será. Nós vamos ficar sem água.

O nosso sonho é que um dia a Codhab não tenha sede, tenha apenas o suporte na ponta, porque quem raciocina com o Setor Comercial Sul não produz leis e normas para quem está no Sol Nascente. É uma questão lógica, de imersão. O meio-fio só será feito se a gente for lá. Enquanto ficar no papelzinho, não vai sair. A praça, o comércio, o equipamento público, a cidade é a soma disso. Se a gente não chega à escritura, não haverá cidadania, não vai rodar a economia, não vai combater o desemprego. Vai ficar na teoria. Faz menos de cinco anos que aprendi que a escritura não é responsabilidade do cartório, é do arquiteto. Na história de Brasília, os governo faziam quatro, cinco, seis projetos de regularização. Nós estamos fazendo 60. É a nossa meta até o final da gestão.

O IBGE diz que o crescimento demográfico de Brasília é de 70 mil pessoas por ano. Na Codeplan, achamos que é em torno de 60 mil. Mas, vamos considerar 50. Em 16 anos, 800 mil pessoas. Calculem o déficit habitacional. Isso é o Sol Nascente (o que está em azul clarinho é Paris, o que está em roxo é Barcelona, o que está em rosa é Manhattan).

A densidade máxima de Brasília, no PDOT, é de 150 habitantes por hectare. Barcelona tem 400 habitantes por hectare. Manhattan deve ter em torno de 500. O Distrito Federal, 50 habitantes por hectare! Isso é uma loucura! Isso faz com os que pobres fiquem mais pobres. Se nós, arquitetos, não contarmos para a população o que quer dizer esse número, ela não vai entender nunca. Mostrar o preço de um metro de infraestrutura. É essencial. Nossas

“ A densidade máxima de Brasília, no PDOT, é de 150 habitantes por hectare. Barcelona tem 400 habitantes por hectare. Manhattan deve ter em torno de 500. O Distrito Federal, 50 habitantes por hectare! Isso é uma loucura! ”

1

revitalização de fachadas
um convite ao cuidado do espaço público e interação comunitária



2

mobiliário urbano com material reciclado
conscientização ambiental e criatividade aliadas



3

arborização e plantio de hortas e jardins
cidades mais agradáveis e autonomia no cuidado



4

galeria de arte urbana
identidade artística nos muros do bairro



Fonte: Material apresentado por Gilson Paranhos



Fonte: Material apresentado por Gilson Paranhos



Largo das Palmeiras, Sol Nascente, antes e depois

cidades são péssimas porque nós, arquitetos, não estamos mostrando para a sociedade o que está acontecendo. O Minha Casa Minha Vida nasceu no Ministério do Planejamento e não no Ministério das Cidades. Enquanto o Minha Casa Minha Vida produz 1 milhão de unidades habitacionais, a população produz 6 milhões e meio.

lam derrubar as palmeira para abrir a rua. Uma moradora entrou na frente da máquina. Conseguimos barrar a derrubada, fizemos projeto junto com a população. Tudo muito rápido, não pode demorar mais de três dias. Hoje é o Largo das Palmeiras. Vem turista internacional ver o Sol Nascente.

Aprovação de projetos: sabe quanto tempo demora a aprovação do projeto de uma casinha na Codhab? Um ano e meio. Enquanto aprovamos essa casinha, mais de 70 mil casinhas foram feitas no Sol Nascente, 243 lotes foram invadidos. Se não acabarmos com aprovação de projeto, a população de periferia vai aumentar de maneira absurda. E não estaremos contribuindo com a sociedade. Temos

“eu ajudo a cuidar do bairro”



Fonte: Material apresentado por Gilson Paranhos

Ações Urbanas Comunitárias, monitores-mirins

que ter posições radicais. O arquiteto tem que ser responsável pelo que faz, tem que ser preso se fizer bobagem. O CAU tem que cortar a carteira dele. Não podemos ficar tapando o sol com a peneira. Construção qualquer um faz. Pedreiro faz melhor do que a gente, mestre de obra faz melhor do que a gente, engenheiro faz melhor do que a gente. Nós temos que construir espaço.

Percebemos que a participação da molecada é essencial. Jogos lúdicos: jogou lixo no chão, volte duas casas. Existem os prefeitos comunitários, um deles tem cinco anos. Se alguém mexer na praça, ele quebra o pau, chama a polícia, telefona pra gente.

Quando chegamos ao GDF, havia 62.990 escrituras entregues. Então, nossa meta é fazer 63 mil escrituras. Juscelino fez 50 anos em 5; nós vamos fazer 57 em quatro. Já entregamos 30 mil. Como fizemos: Briga, briga violenta. Descobrimos que a escritura custava R\$ 1.600,00. Qual é o pobre que pode pagar R\$ 1.600 numa escritura? Brigamos com cartórios durante um ano e meio para fazer escritura de graça. Chegaram a R\$170,00. Então, montamos um cartório de graça dentro da Codhab. Já fomos chamados para ir a 16 Estados contar nossa experiência. Nos chamaram em Portugal, na Coréia do Sul. Ganhamos a Bienal do Chile. Nós não estamos fazendo nada de diferente, estamos apenas aplicando o que aprendemos. Não dá tempo para falar mais. Qualquer coisa: visitem o site www.codhab.df.gov.br/acoesurbanas.

“ Construção qualquer um faz. Pedreiro faz melhor do que a gente, mestre de obra faz melhor do que a gente, engenheiro faz melhor do que a gente. Nós temos que construir espaço ”



GILSON PARANHOS

é arquiteto e urbanista pela Universidade de Brasília. Foi diretor técnico da Fábrica de Argamassa da Terracap e da Fábrica de Equipamentos Comunitários em Salvador. Trabalhou com o arquiteto Lelé nos projetos dos hospitais Sarah e em projetos de moradia popular na Bahia. Foi Presidente do IAB – DF e Secretário Geral do IAB -Direção Nacional. Também exerceu as funções de Coordenador Nacional de Concursos Públicos e Diretor Executivo da Direção Nacional do IAB. Participou do Conselho do Ministério das Cidades por seis anos. Em 2015, Convidado pelo Governador do Distrito Federal, assume a Presidência da Companhia de Desenvolvimento Habitacional do Distrito Federal – CODHAB, (ainda em exercício). Nesse mesmo ano assume a Vice-Presidência da região Centro-Oeste da Associação Brasileira das Companhias de Habitação e Agentes Públicos de Habitação – ABC, no Brasil.



Operação de derrubada de construções em loteamento irregular em condomínio no Distrito Federal

Uma lei que incentiva invasões

Por Dênio Augusto de Moura, promotor de Justiça do Ministério Público do Distrito Federal

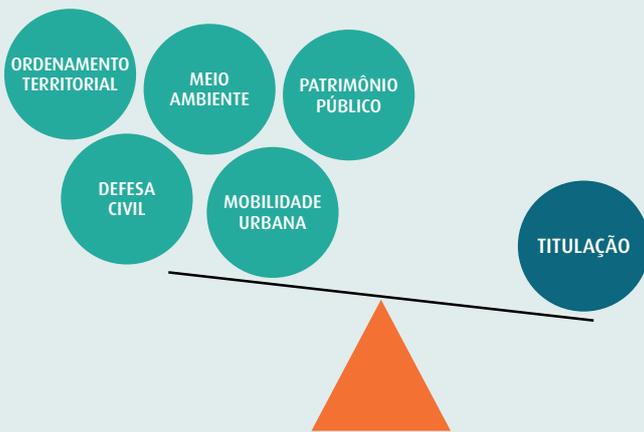
Não podemos falar sobre a regularização fundiária sem falar da Lei 13.465, de 2017, que foi editada a partir da conversão da MP 759, de 2016, alterando praticamente todo o arcabouço jurídico brasileiro no que diz respeito à regularização fundiária. Não é uma lei que veio preencher um espaço inexistente. Já existia uma legislação que vinha sendo aplicada. A impressão que ficou é de que houve uma preocupação excessiva com a titulação em detrimento de outras questões que consideramos mais importantes, uma delas o próprio ordenamento territorial, o meio ambiente, o patrimônio público, a defesa civil e a mobilidade urbana. O problema maior da regularização não é a questão jurídica. É resolver os problemas que existem. Adotamos o Urbanismo de retrovisor. Não se planeja mais, se tenta resolver o que está errado.

Essa lei tem vários pontos positivos ao facilitar a regularização da população de baixa renda. A lei é aplicada a todas as ocupações existentes até 23 de dezembro de 2016. Se invadiu ontem, já tem direito à venda direta, seja a área pública ou privada. Em nome da regularização, está-se admitindo praticamente tudo.

“Pode até haver alguns pontos na MP 759 que tivesse alguma urgência, mas o fato é que aproveitaram a porta e passaram um comboio. A lei alimenta a chamada cultura da regularização”

Quero chamar a atenção aqui para o que nós construímos ao longo das últimas décadas. Temos uma Política Nacional de Meio Ambiente. Temos o Estatuto da Cidade. Temos os PDOTs (Plano Diretor de Ordenamento Territorial do Distrito Federal), que foram construídos em cada cidade. Temos um arcabouço construído com base na experiência brasileira ao longo de décadas. A Lei 13.465 dispensa o licenciamento ambiental, exige a elaboração de um estudo técnico apenas no caso de áreas protegidas. Permite

LEI 13.465/2017 (MP nº 759/2016)



Fonte: Material apresentado por Dênio de Moura (adaptado)

“ Em 2014, o MP expediu recomendação pedindo que o CAU/DF adote as providências voltadas ao cumprimento, por parte dos profissionais, da legislação. Para que esses maus profissionais sejam, se possível, inclusive, afastados de suas funções ”

ocupações em Unidades de Conservação de Uso Sustentável, que a legislação já permitia, mas dá mais ênfase a isso. Ocupações em todos os reservatórios de águas artificiais, o que chega a ser risível no DF, tendo em vista a crise hídrica sem precedentes. A mesma coisa está acontecendo com relação às políticas de desenvolvimento urbano e rural. Então, de que adianta o PDOT? Ocupações em área de risco, requisitos do projeto de regularização – houve uma simplificação enorme. Está-se permitindo regularização como condomínio. Felizmente, no projeto de conversão houve alguns ajustes que foram bastante positivos, que votaram à demarcação urbanística de um núcleo urbano informal.

Conclusões preliminares: a lei é formalmente inconstitucional, uma vez que a MP não preenchia o requisito de urgência. Evidentemente, cabe ao Judiciário dizer. Pode até haver alguns pontos na MP que tivesse alguma urgência, mas o fato é que aproveitaram a porta e passaram um comboio. A sucessiva oportunidade de regularização acaba se transformando em incentivo à proliferação de invasões e de edificações irregulares. A lei alimenta a chamada cultura da regularização.

Para finalizar, arquitetos e urbanistas desempenham uma função primordial. As grandes cidades do mundo são como são graças ao trabalho de vocês. Em determinado momento, parece que perdemos essa noção. Separei alguns trechos do Código de Ética dos arquitetos e urbanistas: *“O arquiteto deve considerar a profissão como uma contribuição para o desenvolvimento da sociedade, deve recusar relações de trabalho firmadas em pressupostos não condizentes com os termos deste Código”*. Coloco isso porque sei que a maioria está querendo mudar o estado de coisas que estamos vivendo, mas precisa também de um esforço pessoal para, inclusive, denunciar os casos. Em 2014, o Ministério Público expediu essa recomendação pedindo que o CAU/DF adote as providências voltadas ao cumprimento, por parte dos profissionais, da legislação. Para que esses maus profissionais sejam, se possível, inclusive, afastados de suas funções. Foi uma honra estar aqui, muito obrigado.



DÊNIO AUGUSTO DE MOURA

é bacharel em Direito pela Associação de Ensino Unificado do Distrito Federal (1995), especialista em Direito Público, pela Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul – PUC/RS (2015). É promotor de justiça titular da Primeira Promotoria de Justiça de Defesa da Ordem Urbanística do Ministério Público do Distrito Federal e Territórios, desde 2005, atuando no combate à ocupação desordenada do solo do Distrito Federal e na fiscalização do processo de regularização fundiária, urbanística e ambiental de loteamentos clandestinos.



Moradias regularizadas em 2016, Bairro Vila Nova, Ipixuna do Pará

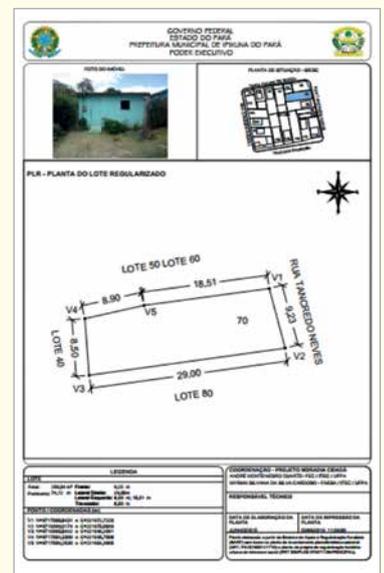
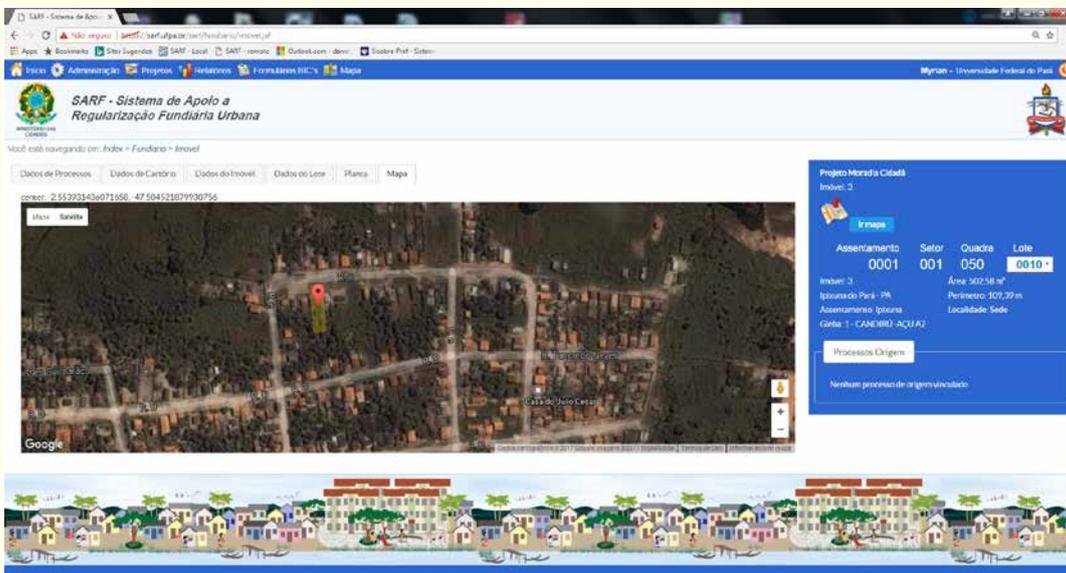
Moradia cidadã na Amazônia

Por Myrian Cardoso, coordenadora técnica do Projeto Moradia Cidadã da UFPA

A Universidade Federal do Pará, em parceria com o Ministério das Cidades, em convênio do Projeto de Pesquisa e Extensão, presta assessoria aos municípios para que eles possam fazer o processo de regularização fundiária. Foram selecionados seis municípios para que a universidade pudesse desenvolver uma metodologia de trabalho e que pudesse ser difundida no conjunto dos outros municípios. Então, de 2011 a 2012, se consolidou uma metodologia de trabalho, que passou por uma fase preparatória e depois a uma fase mais executiva, com a inclusão ou desenvolvimento dos trabalhos de campo, iniciando com a mobilização da comunidade e realização dos trabalhos técnicos.

“ Para dar maior celeridade, estão sendo feitos debates no sentido de destravar alguns gargalos que existem na legislação, com a possibilidade de criação de um provimento e de um selo específico para regularização coletiva de interesse social ”

Criamos um canal de diálogo, no qual os municípios participavam, no âmbito municipal, com a equipe técnica da Prefeitura, envolvendo a Câmara dos Vereadores, a Defensoria Pública e a própria comunidade em todo o processo de discussão do projeto. Criamos um fluxo de procedimentos para auxiliar os municípios nessas ações. A Prefeitura faria a análise da área e a declaração de interesse social e, a partir daí, a identificação das áreas passíveis de regularização imediata. A partir de então, foram estabelecidos fluxos de desenvolvimento para orientar as prefeituras. Quem não tivesse restrição poderia seguir o caminho para regularização até a entrega dos títulos, e as demais áreas com restrição urbanística ambiental estariam sujeitas a um estudo técnico e aos encaminhamentos indicados nesse estudo. Paralelamente, quando necessário, se

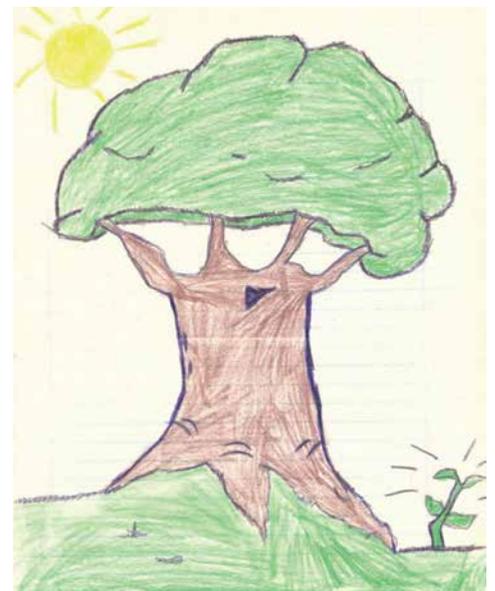


Software em fase de teste: Sistema de informações georreferenciadas, Sistematização de dados, Planta do parcelamento em arquivo SHP, Definição do instrumento jurídico, Elaboração das peças técnicas

faria a elaboração dos projetos até a realização das obras. Ao final do projeto de regularização, as moradias ou os moradores estariam sendo assistidos por projetos sociais, assistência técnica e melhoria habitacional.

Identificadas as diferentes situações em cada área, esses projetos foram encaminhados para as Prefeituras para que elas pudessem aprovar e dar encaminhamentos nas atividades. Nas áreas com restrição, nós partimos para o desenvolvimento de um estudo onde pactuamos com a equipe da Prefeitura as seguintes metodologias: os lotes que fazem fundos para áreas de preservação de cursos d'água estariam sujeitos a uma regularização na qual o morador teria a responsabilidade de auxiliar no processo de preservação da área. Assim a partir de um projeto de intervenção urbanística, se criariam áreas verdes áreas de esporte e lazer, áreas comunitárias e áreas onde se manteriam as moradias, sem a necessidade de remanejamento dessas famílias para áreas distantes.

As áreas passíveis de regularização imediata foram inseridas num software que está em fase de teste, com o qual, pelo mapeamento e a aprovação da planta do parcelamento, as informações são inserida no sistema através do arquivo Shape, se faz a definição do instrumento jurídico e se elabora as peças técnicas de forma automatizada. O sistema faz a identificação do lote na quadra, gera a imagem do imóvel, a localização dele na quadra, as dimensões, as coordenadas e todas as informações necessárias para que se construa o título ou a certidão junto aos cartórios.



“ Esse desenho foi apresentado à Secretaria de Obras do Município de São João de Pirabas por um morador que perguntou o que precisaria fazer para regularizar a sua casa, e soube que precisava levar a planta do lote. Mandou fazer a planta, levou e disse: “Olha, não entendi muito bem para que que o senhor precisa disso, mas eu trouxe aqui”. Essa é um pouco a realidade que vivenciamos. Mas, ao mesmo tempo, mostra uma falta ou uma inadequação da linguagem do profissional, do gestor com a sociedade ”



Fonte: Material apresentado por Myrian Cardoso

Mobilização social, instrução processual e entrega de certidões de registro

“ A universidade trabalha na perspectiva de que a regularização e a assistência técnica são processos multidisciplinares dinâmicos e indissociáveis para se garantir o direito à moradia ”



MYRIAN CARDOSO

é arquiteta e urbanista pela Universidade da Amazônia –UNAMA (1997), mestre em engenharia civil e doutoranda em Ciências do Desenvolvimento Socioterritorial pela Universidade Federal do Pará. Especialista em Planejamento Urbano Integrado (FGV), Gestão Governamental (FGV) e Engenharia de Segurança do Trabalho (UNAMA). Possui curso de extensão Universitária em Planos Diretores e Regularização Fundiária. É Professora da Faculdade de Engenharia Sanitária e Ambiental da Universidade Federal do Pará. Atua como pesquisadora no Projeto de Regularização Fundiária vinculado ao Instituto de Tecnologia/UFPA e do NAEA. Membro da Comissão permanente de Regularização Fundiária da PROAD/UFPA. Atuou como Diretora de Desenvolvimento Institucional da SEDURB, no período de 2004 a 2010.

O sistema permite a análise e a identificação daquilo que está sendo titulado, daquilo que já existia de titulação, antes do repasse das áreas para o município para que eles sejam convalidados. Conseguimos mapear a área total do município, tudo aquilo que já havia sido registrado em cartórios, para evitar a duplicação de títulos.

Hoje, a universidade trabalha na perspectiva de que a regularização e a assistência técnica são processos multidisciplinares dinâmicos e indissociáveis para se garantir o direito à moradia. A partir da Lei de Assistência Técnica, está se consolidando um programa para poder subsidiar os municípios na consecução de atividades e implantação de grupos de assistência técnica. Para dar maior celeridade, está sendo feito um processo de mobilização e discussão entre o Governo do Estado, Tribunal de Justiça, cartórios, Ministério das Cidades, no sentido de destravar alguns gargalos que existem na legislação, com a possibilidade de criação de um provimento e um selo específico para regularização coletiva de interesse social.

A realidade urbana é complexa e dinâmica, porém regularizar é um desafio a ser superado gradativamente. Temos um cenário de décadas de abandono e de consolidação de cidades irregulares, ilegais, e não dá para trabalhar todas as dimensões dessa regularização em um único momento. Devemos trabalhar, então, a regularização da cidade. E, gradativamente, a regularização da moradia ou dos demais usos. Se nós conseguirmos, pelo menos, regularizar a cidade, a universidade terá contribuído nessa orientação para que os municípios possam caminhar com as próprias pernas.

Então, desde já, obrigada.



Igreja Matriz de São José no município de Mossâmedes/GO

Onde o vereador é o arquiteto

Por Cácio Adorno, prefeito de Mossâmedes (GO)

Estou aqui representando a Associação Goiana de Municípios (AGM). Eu também estou aprendendo todas as coisas que estão sendo ditas aqui porque sou prefeito de uma cidade pequena e lá tudo são os vereadores que fazem, Eles são os arquitetos, eles que põem nome nas ruas, eles que põem tudo. Sofremos muito com isso. Nossa cidade é uma cidade turística, mas não temos a habilidade para tirar os projetos do papel porque não temos um planejamento direito da cidade. Temos de ter uma equipe para nos ensinar a fazer esse plano, para fazer uma cidade bonita e melhor. Eu estou aprendendo. Esse é o meu primeiro mandato, e eu quero que minha cidade seja um modelo para todos os Estados e para todas as cidades de Goiás.

Queremos fazer uma parceria com o CAU. A Associação está com disponibilidade de pegar todos os prefeitos e fazer um seminário em Goiânia. Nossas cidades não são como as cidades de São Paulo. As cidades goianas são quase todas pequenas. Estamos à disposição do CAU para qualquer evento. Queremos levar esses conhecimentos técnicos para os municípios pequenos. Nas nossas cidades, até os eletricitistas que tentam pôr a iluminação que eles querem. Eles falam que é bom e põem. Não existe planejamento. Eu quero levar essa modernidade que vocês estão ensinando para a minha cidade. Nós, da AGM, em conjunto com a Confederação Nacional de Municípios, estamos à disposição do CAU.

Em nome da AGM, meu muito obrigado.



CÁCIO ADORNO

é prefeito do município de Mossâmedes/GO e diretor-financeiro da Associação Goiana de Municípios (AGM).



Via Mangue em construção, Recife/PE

O coração da Nova Agenda Urbana

Por Alain Grimard, oficial sênior do Escritório para América Latina e Caribe da ONU/Habitat

Como sabem, a Agenda 2030 tem agora uma subagenda. É a Nova Agenda Urbana que foi adotada em Quito faz menos de um ano. Foi a primeira reunião global da ONU na qual tivemos um acordo, uma declaração global, adotado depois da Agenda 2030.

O modelo de urbanização depois da Segunda Guerra, que se vê em todos os países da América do Sul, África, Ásia e América do Norte também, são de bairros muito especializados, um bairro para lazer, um para shopping, um comercial, um residencial. No caso do Brasil, infelizmente, cada vez que queremos ter acesso a uma função da cidade, precisamos de automóvel. Então, a Nova Agenda está falando disso. E, como diagnóstico, o sistema de cidade que temos hoje – consumo de energia muito elevado, alta demanda em mobilidade, cidades socialmente segregadas. A América do Sul é o pior exemplo do mundo em segregação.

“Um fenômeno que podemos ver no Brasil e em muitos países, é de o setor privado ditar como a cidade vai se desenvolver. Mais que o Poder Público. Quando não se tem respeito às normas, o setor privado passa a dirigir o desenvolvimento da cidade”

A Nova Agenda Urbana estará a lutar com esse problema de divisão e de fazermos um maior planejamento da cidade. As cidades estão divididas como jamais. No Brasil, e em outros países das Américas, o shopping center é usado como espaço social porque temos medos de ir ao parque da cidade. No Rio de Janeiro, ruas são fechadas para os moradores. Então, podemos ver uma privatização da urbanização. Mas temos novo paradigma, com um novo tipo de planejamento, com espaços mais abertos, cidades criativas. Precisamos de mais integração social de todos os bairros da cidade.

PELA PRIMEIRA VEZ NO CONTEXTO DE DESENVOLVIMENTO É FORMALMENTE CONSIDERADA A URBANIZAÇÃO COMO UMA FONTE DE RIQUEZA E PROSPERIDADE.



Fonte: Material apresentado por Alain Girmard

Precisamos de novo equilíbrio entre carro e ônibus. Mais do que nunca precisamos de sistema de transporte de massa.

São três as dimensões do desenvolvimento sustentável: economia, meio ambiente e componente social. A Nova Agenda Urbana é importante sobretudo na América do Sul, no Brasil, onde tempos uma taxa de urbanização mais elevada que em outros países, que em outra região do mundo. As cidades têm 70% do PIB dos países, até 80% dos empregos. E é quase sempre destas cidades que virão as inovações e a prosperidade. Então, a Nova Agenda Urbana tem que considerar o fenômeno de urbanização como motor positivo de mudança. Tem muita autoridade que tem medo do fenômeno da urbanização. Mas a Nova Agenda Urbana apresenta a urbanização como um fenômeno positivo. Para tanto, tem que focar sobretudo na participação da população, no processo de planejamento.

As cidades podem gerar riqueza, prosperidade social e sustentabilidade ambiental. Temos três componentes do desenvolvimento sustentável: a economia, o social e o meio ambiente.

Noventa por cento dos países não têm uma política nacional urbana. Então, é muito importante que cada país possa definir, adotar e implementar uma política nacional urbana que significa uma política transversal que envolva muitas funções diferentes, não só o tema da habitação e da urbanização.

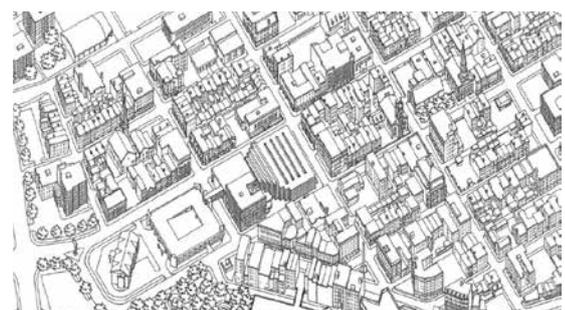
Urbanismo



Quando o **preço da terra** é o único vetor de urbanização o resultado é a **"cidade Metástase"**



Sem mudança, as cidades continuarão crescendo... Quando a **infraestrutura** é o vetor, o resultado é a **"cidade POLVO"**



Quando o **Urbanismo** é o vetor: gera **riqueza, prosperidade social e sustentabilidade ambiental**

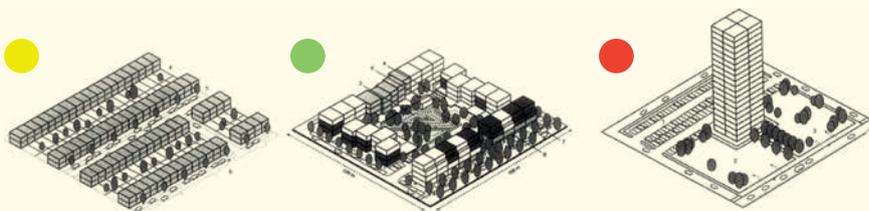
Fonte: Material apresentado por Alain Girmard

“ Para a Habitat, uma cidade sustentável deve ser compacta, integrada, conectada, com espaço adequado para ruas, uma rede variada e eficiente, alta densidade, uso misto do solo e dos prédios ”

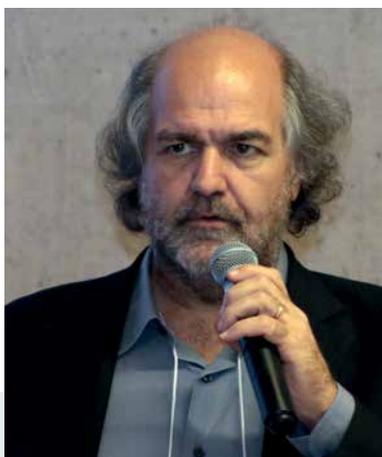
DENSIDADE & CIDADE COMPACTA

A **capacidade de produção de riqueza da urbanização** está relacionada com a **qualidade do projeto de espaço urbano**: densidade, compacta, mistura.

A **densidade de precaução** deve ser pelo **menos de 10.000 hab/ km²** (100 hab/ ha).



Fonte: Material apresentado por Alain Grimard



ALAIN GRIMARD

é mestre em Economia pela Universidade de Laval em Quebec. Trabalha no Escritório Regional para América Latina e o Caribe do Programa das Nações Unidas para os Assentamentos Humanos (ONU-Habitat/ ROLAC) desde agosto de 2010. Anteriormente, também trabalhou como Oficial de Assentamentos Humanos na Sede da Agência em Nairóbi, Quênia, onde coordenou um portfólio importante de projetos para países do Oriente Médio e África Sub Sahariana. Antes de entrar no ONU-Habitat, trabalhou por 20 anos em outras agências das Nações Unidas (PNUD, FDCNU e UNOPS), no Caribe e na África.

Sobre o tema de legislação e regulamentação de normas, a urbanização deve ser baseada no Estado de Direito. Um fenômeno que podemos ver no Brasil e em muitos países, é de o setor privado ditar como a cidade vai se desenvolver. Mais que o Poder Público. Através das normas e regulamentação, e através da sua aplicação podemos facilitar para que o Poder Público e a população possam influir na urbanização da cidade. Quando não temos regra, quando não se tem respeito a normas e regulamentação, o setor privado passa a dirigir o desenvolvimento da cidade. Então, o bom planejamento urbano vai facilitar a proteção do espaço público.

Para a Habitat, uma cidade sustentável deve ser compacta, integrada, conectada, com espaço adequado para ruas, uma rede variada e eficiente, alta densidade, uso misto do solo e dos prédios também. Prédios com duas, três, quatro funções diferentes. Uma cidade que favoreça o social e limite o uso do solo especializado.

É muito importante que a população passa participar das várias fases, não só de planejamento, mas também de implementação e de monitoramento.

Este é o coração da Nova Agenda Urbana.

Para resumir o tripé da urbanização: planejamento e desenho; plano financeiro; e regras e regulamentação. São os três componentes atravessam um mecanismo de governança, nos quais todos os atores podem contribuir.

É possível desenvolver a cidade sustentável.



Município de Afuá/PA

Indígenas que a cidade não vê

Por Carlos Matos, professor substituto na Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro

Quero falar, basicamente, de três coisas: da dificuldade de pensar uma agenda municipal, e estou tomando como referência a Amazônia. Depois, de aonde se pode chegar quando há um espaço favorável de participação e, por fim, queria trazer um debate sobre indígenas e cidades do Amazonas. A presença étnica em cidade é pouco tratada e os indígenas estão ausentes da maioria dos planos, dos projetos e das políticas.

A primeira questão são as dificuldades para se pensar uma agenda local, uma agenda municipal, sem pensar a distribuição de renda no Brasil. Precisamos de um novo pacto federativo no qual o ente, o município tenha condições de financiar suas políticas.

Outra questão é a ausência de espaço de educação política. Não estou me referindo à política partidária, estou falando de cidadania, de direitos cívicos, de entender que o município, o Estado e o Governo Federal não são patrimônios de grupos, de partidos e de classes. É preciso pensar uma intervenção social e um processo de participação com qualidade técnica e com a preocupação pedagógica para aqueles que não têm a capacidade de debater ou o domínio desse espaço público, para que eles se elevem no nível da compreensão.

A terceira questão diz respeito ao controle de parte do território pelos governos estaduais e federal. Muitas vezes, é difícil implementar no âmbito local se grande parte das terras estão sob

“ É preciso pensar uma intervenção social e um processo de participação com qualidade técnica e com a preocupação pedagógica para aqueles que não têm a capacidade de debater ou o domínio desse espaço público, para que eles se elevem no nível da compreensão ”

“ Os indígenas, os negros, a agenda LGBT precisam de políticas. A sociedade viva e pulsante do Brasil precisa de uma política adequada para esses novos desafios que o Brasil enfrenta ”



CARLOS MATOS

é cientista social pela Universidade Federal do Pará (1998) e sociólogo pela Universidade Cândido Mendes (2013). Mestre em Planejamento do Desenvolvimento (NAEA/UFPA, 2004) e especialista em Planejamento e Gestão Pública (NAEA/UFPA, 2000). Doutor em Ciências Sociais pelo Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais (PPCIS/UERJ, 2012). Atualmente, faz Pós-Doutorado em Antropologia Social no Museu Nacional (UFRJ). De 2004 a 2007 foi pesquisador do Observatório de Políticas Públicas, Conhecimento e Movimento Social na Amazônia (FASE/UFPA). Professor Titular do Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano e Regional da Universidade Federal do Rio de Janeiro. Tem experiência na área de Sociologia Urbana, Políticas Urbanas, Planejamento e metodologias Participativas, Planejamento Governamental e estudo das cidades na Amazônia.



Fonte: Material apresentado por Carlos Matos

Comunidade indígena na Amazônia

o controle do Estado – Ibama, Incra, Governo Federal. Muitas vezes, o município não tem a posse da terra para poder implementar uma política de âmbito local. E, por fim, a ausência de uma escala de planejamento regional. Para nós, da Amazônia, isso é muito importante. Porque nós temos o macro que é a PNDU (Política Nacional de Desenvolvimento Urbano), com algumas dificuldades, e nós temos o micro, que é a escala municipal e os planos diretores. A escala regional é rejeitada! Nós temos que pensar a escala regional como uma escala importante de planejamento para pensar a especificidade e, no Brasil atual, nós temos que pensar as especificidades, identidades e demandas diferentes.

Os indígenas, os negros, a agenda LGBT precisam de políticas. A sociedade viva e pulsante do Brasil precisa de uma política adequada para esses novos desafios que o Brasil enfrenta. Talvez, para algumas cidades, pensar o uso do rio não seja importante, mas para a Amazônia é preciso uma política de transporte que pense o deslocamento pelos rios da região, o rio é minha rua.

Lendo o Plano Diretor de Manaus, vejo que os indígenas estão ausentes. Temos 315 mil indígenas autodeclarados nas cidades brasileiras. Trinta e dois por cento dos indígenas do Brasil estão nas cidades brasileiras. Então, não é possível pensar esse fenômeno como um fenômeno pendular, residual, temporário. Tem de pensar a presença indígena nas cidades brasileiras como um fenômeno da urbanização brasileira. São 300 etnias que se localizam no Brasil urbano, que falam 249 línguas, 90 mil indígenas só nas capitais dos Estados. Os indígenas estão lutando por políticas específicas e diferenciadas. As demandas dos indígenas precisam ser escritas do ponto de vista disciplinar, com arquitetos, historiadores, geógrafos, sociólogos, planejadores urbanos, porque há uma negação de sua identidade, de seus direitos e há um ataque sistemático a suas terras. Tudo isso para que se possa escrever, no âmbito da cidade, o pertencimento étnico.

Muito obrigado.



Movimento Traços Urbanos: estímulo à participação popular na discussão sobre o modelo de cidade a ser perseguido

Pensando a cidade com a cidade

Por Silvia Lenzi, arquiteta e urbanista, coordenadora da CUPA-CAU/SC

São tantos os Brasis, da Amazônia a Santa Catarina, realidades muito diferentes para serem tratadas de maneira muito parecida. Fica uma coisa muito complicada. Então, trago como experiência uma reflexão de muito tempo dos arquitetos de Santa Catarina. Quando se fala em sustentabilidade, se fala muito na escala global, e tentamos atuar na escala local sem perder de vista a escala global. O CAU/SC desenvolveu em 2016 uma ação chamada “Cidade Inteligente Pensa”. Era nossa preocupação percorrer o Estado para chegar mais próximo dos arquitetos do interior. Dividimos o Estado em cinco regiões. Deslocamos todos os conselheiros, fazíamos uma plenária, cadastrávamos os profissionais e, paralelamente, havia palestrantes de fora com perfil acadêmico e com perfil de exercício profissional em escritório. Havia o eixo Escola, o eixo Profissão e o eixo Cidade.

Esse congresso ocorreu durante seis meses. Uma vez por mês em cada cidade. Participaram dessas discussões em torno de mil pessoas, entre arquitetos e estudantes de Arquitetura. Em cada cidade, se fazia a prototipagem de projetos nos três eixos. O objetivo era levar a discussão para a prática profissional e estruturação de cidades, buscando construir a profissão do século XXI. Sempre havia uma palestra que antecedia os debates, depois essas oficinas específicas com os participantes que se inscreviam de acordo com o interesse. As atividades iam de quinta-feira à noite a sábado. Quinta, a abertura. Sexta, o dia inteiro de trabalho, e no sábado de manhã, uma entidade local era convidada para fazer algum evento de rua para chamar a atenção da cidade para o trabalho do arquiteto.

“ Participaram dessas discussões em torno de mil pessoas, entre arquitetos e estudantes. O objetivo era o de levar a discussão para a prática profissional e estruturação de cidades, buscando construir a profissão do século XXI ”

“ Nós não vamos tapar o buraco, que é responsabilidade da Prefeitura; não vamos concorrer com os profissionais; nós vamos gerar a discussão sobre as cidades, sobre os espaços públicos ”



Fonte: CAU/SC - Divulgação



Oficinas e material de divulgação do 2º Congresso Catarinense de Arquitetos e Urbanistas: “Cidade Inteligente Pensa”



SILVIA LENZI

é arquiteta e urbanista pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS) em 1976 e dedicou a maior parte da sua trajetória ao planejamento urbano. Foi presidente do Instituto de Planejamento Urbano de Florianópolis (1985-1987). Possui especialização em Metodologia e Projetos de Desenvolvimento Municipal e Urbano pelo Instituto Brasileiro de Administração Municipal (IBAM). Integrou a equipe técnica do Projeto Vita et Ótium/Segmento Grande Florianópolis, Plano Turístico para o litoral catarinense e atuou como planejadora e depois como consultora no Plano de Urbanização Cidade Universitária Pedra Branca. Foi presidente do Instituto de Arquitetos do Brasil – Santa Catarina (IAB-SC) por duas vezes e integrou o Conselho Superior da entidade por diversas vezes. Atualmente, é conselheira do Conselho de Arquitetura e Urbanismo de Santa Catarina (CAU/SC), onde coordena a Comissão de Ética e Disciplina e a Comissão Temporária de Políticas Urbana.

Os debates eram muito intensos. E como o tempo era limitado, todos escreviam suas opiniões em post-it. Uma das perguntas era: “Se você fosse prefeito por um dia, o que você faria?”. Tínhamos três mesas, cada mesa com uma questão. O arquiteto ficava coordenando e as pessoas passavam de mesa em mesa respondendo. Não havia limite de post-it, cada um colocava a quantidade de proposta que queria. Depois essas respostas eram agregadas, sintetizadas e apresentavam três projetos por região. De cada região, tiramos projetos para serem desenvolvidos em 2017. Então, temos 18 projetos que estão sendo desenvolvidos numa primeira chamada.

Desses movimentos, surgiram outros, como Traços Urbanos, aberto para outros profissionais. Temos jornalista, temos artistas plásticos. Temos feito uma série de intervenções nas cidades. As faculdades de Arquitetura começaram a nos procurar para que os alunos participassem das experiências. Estamos desenvolvendo o projeto de uma praça para uma comunidade carente. Um bairro de classe média também está nos chamando. Então, a ideia é discutir o conceito dentro de uma intervenção na cidade. Nós não vamos tapar o buraco, que é responsabilidade da Prefeitura; não vamos concorrer com os profissionais; nós vamos gerar a discussão sobre as cidades, sobre os espaços públicos.

Falou-se muito aqui em fragmentação. Muitas ilhas de autoconhecimento, em relação às cidades, ilhas que não se comunicam. Então, a ideia era uma criar uma rede de arquitetos, para subsidiar, inclusive, as representações do CAU, no interior do Estado, que ficam muito desassistidos, mas também olhando para grupos que estudam densidade, patrimônio histórico, mobilidade. Articulando tudo numa rede.

Obrigada.



Comunidade Santa Marta/RJ

A responsabilidade de cada um

Por Santiago Martim Gallo, consultor da Confederação Nacional de Municípios/PNUD

Estamos perante uma crise estrutural grave que põe em risco a nossa própria existência e a de nossos filhos e nossos netos. Estamos degradando o sistema de forma absoluta. A forma de vida que levamos é insana, a forma de consumo, a quantidade de lixo que produzimos com o que não tem sustentabilidade no tempo. Precisamos ter uma visão holística. Precisamos de integralidade porque a solução não está só na Arquitetura e no Urbanismo, está na Educação, na Saúde, na Política, na Sociologia, na Antropologia, no Direito.

A Nova Agenda consiste em 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável e 179 metas. Os Objetivos do Desenvolvimento Sustentável são integrados e indivisíveis, nas três dimensões – econômica, social e ambiental. Precisamos contar com ferramentas para orientar a urbanização de cidades prósperas, sustentáveis e inclusivas. A Nova Agenda deve ter sinergias com agendas globais, com a 2030, com os ODS (Objetivos de Desenvolvimento Sustentável), com o Acordo de Paris e com as modalidades de ação acelerada.

O ODS de número 11 é o das cidades. Corresponde especificamente ao trabalho que vocês estão desenvolvendo. Este ODS tem como objetivo tornar as cidades e os assentamentos humanos inclusivos, seguros, resilientes e sustentáveis. Cada uma dessas palavras envolve princípios, valores, ideias, formas de vida. É o único objetivo diretamente urbano que possibilita mobilizar e empoderar as autoridades locais e regionais e, fundamentalmente,

“É importante apoiar relações econômicas sociais e ambientais positivas entre áreas urbanas, periurbanas e rurais. É necessário apoiar, fundamentalmente, os municípios menores”

“ Não permita que este país, com sua capacidade e capital social, seja uma nova Argentina, uma nova Venezuela. Vocês têm tudo para conseguir mudar esse momento do Brasil. Numa sociedade, a responsabilidade maior é de quem tem mais condições ”



SANTIAGO MARTIN GALLO

é bacharel em Direito pela Universidade de São Paulo (1991) na área de direito político, administrativo e financeiro. Advogado e atualmente Assessor da representação Brasileira no Parlamento do MERCOSUL. Atua principalmente nas seguintes áreas: cooperação técnica internacional, direito internacional, desenvolvimento local, MERCOSUL, negociações internacionais, cooperação transfronteiriça e políticas de promoção comercial. Experiência em Organismos Internacionais, Nacional, Estadual e Acadêmicos na implementação de Políticas de integração regional e cooperação técnica internacional. Professor Universitário e consultor do Confederação Nacional de Municípios, da Federación Latinoamericana de Ciudades, Municipios y Asociaciones Municipalistas (Flacma) e do Programa de Articulação de Redes Territoriais do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (ART-PNUD).

os atores urbanos. E, para isso, precisamos de mecanismos de governança. Esse ODS contribui para integrar o desenho espacial das cidades e as diferentes dimensões do desenvolvimento com a participação da sociedade civil econômica, social e ambiental. A sociedade civil em todas as suas vertentes. O pequeno e médio empresário (que é maioria neste país), o setor do conhecimento formal e informal, o Poder Público. O ODS 11 fortalece os vínculos entre as zonas rurais e as zonas urbanas. Transforma os desafios urbanos em oportunidades.

Quais são as dimensões dos desafios urbanos? Acesso a moradia e a serviços básicos. Mas moradias bem pensadas. Melhorar as condições de vida nos bairros marginais. Mobilidade, planificação participativa e salvaguarda do patrimônio cultural e natural. Preservação e a resiliência perante os desastres. Impacto ambiental nas cidades e uma nova relação entre os espaços públicos, os espaços verdes e as relações rurais e urbanas. Mas o ODS 11 não integra todas as dimensões das políticas urbanas. Esse objetivo se centra especificamente em algumas áreas não contempladas em outros objetivos; a moradia, a melhoria dos bairros informais, os serviços básicos, a planificação participativa.

Há um aspecto importante que pode limitar a luta contra a pobreza, nosso maior desafio. É necessária a mobilização de recursos econômicos que nem sempre estão disponíveis. Dependem de um esforço mundial para controlar os preços dos alimentos, os vulneráveis eventos externos vinculados a mudanças climáticas, a crises econômicas mundiais e implica, por mais difícil que seja, a transformação de padrões de consumo e produção. É importante apoiar relações econômicas sociais e ambientais positivas entre áreas urbanas, periurbanas e rurais, reforçando o planejamento nacional e regional. É necessário apoiar, fundamentalmente, os municípios menores.

Nasci num lugar que, há 50 anos, era a sexta economia do mundo, tinha quatro prêmios Nobel e 50 anos depois estava submergida na mais profunda crise moral, política e econômica, a Argentina. Há 20 ou 25 anos, a Venezuela era o primeiro país da América Latina. Vocês têm uma responsabilidade muito grande. Não permitam que este país, com sua capacidade e capital social, seja uma nova Argentina, uma nova Venezuela. Vocês têm tudo para conseguir mudar esse momento no Brasil. São pessoas preparadas, articuladas, capacitadas, com uma instituição muito forte. Numa sociedade, a responsabilidade maior é de quem tem mais condições.

Obrigado e até mais.



Bicicletada Avenida Paulista #naofoiacidente: entre as reivindicações estão a construção de mais ciclovias e respeito dos motoristas aos pedestres e ciclistas

Mobilidade, um direito essencial

Por Nazareno Stanislau, coordenador do Movimento Nacional pelo Direito ao Transporte

Quem atua na área de mobilidade está acostumado a ver que o tema fica meio de lado. Dentro do Conselho das Cidades, levamos um tempão para que mobilidade fosse considerado um tema relevante. Precisou ter vários quebra-quebras, movimento 2013, e a Copa do Mundo que trouxe, de fora, o cuidado com o transporte. Os movimentos sociais trouxeram outros modos, a mobilidade ativa.

O instituto Movimento Nacional pelo Direito ao Transporte Público de Qualidade (MDT) junta empresário, movimento social, trabalhador, mobilidade ativa, uma gama de entidades que tenta fazer uma agenda comum de um tema muito complexo, mobilidade. Por outro lado, um tema que todos conhecem profundamente, porque ninguém vive sem se mover.

No momento político de agora, temos de formar novos líderes. Estou há mais de 40 anos nessa briga. Fico feliz quando vejo a juventude tomando todos os lugares. Quero que ela tome mais ainda. Estamos construindo um pacto da sociedade pelo transporte como direito social. Temos uma política de mobilidade no Brasil que é a universalização do uso e da propriedade do automóvel como política de Estado.

Quando falamos de mobilidade, ficamos imaginando transporte público, mas para o Estado brasileiro é aquela ideia de que um dia cada brasileiro vai ter um carro. Se isso acontecer, ninguém vai sair de casa. São subsídios, privilégios o tempo inteiro.

“ A ausência do Estado brasileiro que faz com que se mate mais de 40 mil pessoas por ano e deixe mais de 200 mil deficientes. São pelo menos dez cidades pequenas. É uma vergonha para o país, mas ninguém leva isso a sério ”



É estacionamento gratuito, ocupação de mais de 80% do sistema viário, congestionamento, violência no trânsito que é o maior desastre de política pública, porque é responsabilidade exclusiva do Estado brasileiro. É a ausência do Estado brasileiro que faz com que se mate mais de 40 mil pessoas por ano e deixe mais de 200 mil deficientes. São pelo menos dez cidades pequenas. É uma vergonha para o país, mas ninguém leva isso a sério.

Gastam-se R\$ 205 bilhões no sistema de transporte, R\$ 162 bilhões no transporte individual. Só o IPI isentado deu R\$ 10,5 bilhões em 2009. A gasolina barata, desde 2013, deu R\$ 22 bilhões. Com esses R\$ 32 bilhões, construiríamos 1,5 mil km de corredor de ônibus, 300 km de VLT e 150 km de metrô.

A Lei da Mobilidade tem como elemento fundamental a equidade no uso do espaço público de circulação. A justa distribuição dos benefícios e ônibus, dos diferentes modais. Mas continua tudo voltado para o automóvel. Prioridade dos modos de transporte não-motorizados sobre os motorizados e do transporte público sobre o individual e moto. O certo seria que qualquer novo investimento deveria ser só para transporte público e mobilidade ativa. É o que deveria ser se a lei fosse cumprida.

Quais os direitos que a Lei da Mobilidade coloca? Democratização das vias, controle social, restringir o automóvel, exigir plano de mobilidade e acessibilidade e tarifas justas. Mas o automóvel fica com quase 90% das vias e transporta 30%. As calçadas e ciclovias deveriam



Bicicletas públicas compartilhadas em São Caetano do Sul/SP

Fonte: Material apresentado por Nazareno Stanislaú

“ Desde a Constituição de 88, brigamos para colocar o transporte como serviço essencial, como educação e saúde. Mas o Estado fica cuidando do automóvel e deixa a calçada para o morador, o transporte, para o empresário ”

ocupar 40%; os ônibus, 30%; o automóvel, 30%. A mobilidade tem um elemento estrutural, a via pública. Mas o município faz uma coisa, o Estado faz outra. Na região metropolitana, um não conversa com o outro.

Estamos mergulhando na criação de uma lei orgânica do Sistema Único de Mobilidade. O Estado brasileiro se reorganizar de forma interfederativa, com fundos específicos, de tal forma que um converse com o outro, porque é um direito social. Desde a Constituição de 88, brigamos para colocar o transporte como serviço essencial, como educação e saúde. Mas o Estado fica cuidando do automóvel e deixa a calçada para o morador, o transporte, para o empresário.

Curitiba, a cidade que a gente acha que tem o melhor sistema de transporte, está em primeiro lugar no número de carros por pessoa. É uma coisa que sempre me espanta. A outra coisa é com relação aos municípios. O que aconteceu? Nós municipalizamos, mas não passaram recursos. Na área de transporte foi um desastre. Passou toda a responsabilidade para o município, mas não passou nenhum tostão.

O que me espantou muito em Medellín é que eles têm uma capacidade de trabalhar com integração de política que eu nunca vi entre nós. Com pouquíssimas exceções. Eles conseguiram enfrentar, de um lado, o tráfego, e de outro, as FARC, que estavam dentro de Bogotá. Todo o sistema foi reestruturado para fazer o BRT, era toda a cidade se modificando. Eram áreas urbanas. Eram calçadas largas, local para ciclovia, vias inteiras somente para pedestre. Você chega no bairro popular, e a calçada está feita, o caminho de ônibus com asfalto e o automóvel andava na terra. Olha a lógica. A lógica estava inteira. Junto com isso, vinha habitação, política de educação. É um exemplo.

Era isso que eu queria deixar.

Obrigado.



NAZARENO STANISLAU

é arquiteto e urbanista pela Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo e mestre em estruturas ambientais urbanas pela mesma instituição. Possui teses e artigos publicados na área de transporte e circulação. Foi Secretário de Transportes de Santo André, Porto Alegre e do Distrito Federal onde coordenou o Programa de Paz no Trânsito de Brasília. É Coordenador da ONG Movimento Nacional pelo Direito ao Transporte – MDT, Diretor do Instituto da Mobilidade Sustentável – RUAVIVA e Membro da Coordenação do Fórum Nacional de Reforma Urbana.



Marcha conta a Desocupação do Horto, Rio de Janeiro/RJ

Uma nova agenda, mais radical

Por Nabil Bonduki, arquiteto e urbanista, professor da Universidade de São Paulo (USP)

Nós estamos comemorando os 30 anos da apresentação da emenda de reforma urbana na Constituinte de 88. Os arquitetos tiveram protagonismo fundamental na apresentação da emenda da reforma urbana. De lá para cá, tivemos um processo contínuo de implementação dessa agenda, que estava baseada, em primeiro lugar, na garantia da função social da propriedade. Pela primeira vez, tivemos alguma coisa na Constituição sobre a questão urbana.

Depois, tivemos uma grande luta pelo Estatuto da Cidade que regulamentou esses artigos da Constituição. Posteriormente, tivemos um ciclo importante no país, o de elaboração dos planos diretores que coincidiram com a criação do Ministério das Cidades, do Conselho Nacional das Cidades e da Campanha Nacional dos Planos Diretores que buscou difundir os princípios da função social da propriedade para os municípios incluírem em seus planos diretores. Ou seja,

um momento em que se introduz o conjunto de instrumentos de caráter técnico, mas que devem se viabilizar a partir de um processo de debate político. Houve sucessos e frustrações. Temos que fazer uma avaliação crítica desse processo, naquilo que ele foi suficiente e discutir quais as novas pautas da agenda urbana e as perspectivas considerando o triste momento político que estamos vivendo.

Em primeiro lugar, uma avaliação crítica. Foi um processo muito centrado nas grandes cidades e regiões metropolitanas e que, portanto, não contemplava a realidade dos pequenos municípios, que têm uma dinâmica muito diferente da dos grandes municípios.

“Foi um processo muito centrado nas grandes cidades e regiões metropolitanas e que, portanto, não contemplava a realidade dos pequenos municípios, que têm uma dinâmica muito diferente da dos grandes municípios”

Portanto, muitos desses instrumentos funcionam numa grande cidade como São Paulo, como Rio de Janeiro. Há de se considerar que temos quase 5.600 municípios no país. A maior parte tem menos de 20 mil habitantes e, portanto, está fora da lógica do Estatuto da Cidade. Muitas das políticas específicas não consideraram a diversidade da nossa rede urbana e a complexidade que é o Brasil, considerando todos os elementos em todos os seus aspectos.

A segunda questão é uma desarticulação dos setores que atuam na área de política urbana. Foram criados embargos regulatórios e a própria estrutura do Ministério das Cidades foi feita em cima de secretarias que de certa forma reproduziram uma política setorizada quando a questão urbana tem de ser pensada na sua integralidade. Isso acaba se refletindo na dificuldade de conseguir levar adiante uma política de desenvolvimento urbano mais integrado. Isso é evidente, por exemplo, na questão da habitação, tendo em vista as demais áreas urbanas.

Coordenei a consultoria técnica do Plano Nacional de Habitação, e o Minha Casa Minha Vida acabou sendo um desdobramento, mas um desdobramento manco, porque, por um lado se introduziu a dimensão financeira, que era um dos eixos importantes para o Plano Nacional de Habitação, mas não se deu nenhuma importância, por exemplo, para o eixo urbano ambiental, o que fez com que, quando o Minha Casa Minha Vida fosse implementado, não levasse em conta, por exemplo, a questão fundamental da localização daquilo que vai ser produzido em termos de conjunto de proposta de habitação que, muitas vezes, acaba impactando fortemente a questão da mobilidade e da infraestrutura urbana e gerando processos de expansão urbana que são absolutamente deseconômicos do ponto de vista da lógica das cidades.

A agenda desse ciclo estava muito baseada na questão do direito à habitação, do direito à terra, na garantia dos direitos básicos que, obviamente, é uma agenda ainda incompleta no Brasil. Não conseguimos responder a essa agenda básica. Só que junto com essa agenda básica, outras agendas surgiram, como a questão do espaço público, da reforma urbana das cidades. As nossas cidades estão na lógica da cidade do automóvel que predominou no século XX. A discussão, hoje, na democratização do espaço viário da cidade inclui garantir que modais que não o automóvel possam ser democratizados. Nos últimos dez anos, vem surgindo um conjunto amplo de novas pautas que são empunhadas por novos movimentos, os coletivos urbanos, que vão, então, lançar a perspectiva da luta pelo espaço público na cidade e luta dos ciclos ativistas, a luta pela apropriação cultural da cidade, a luta da agroecologia, da agricultura urbana. Hoje, a questão da relação espaço urbano e produção agrícola ganhou outra dimensão.

Em suma, essas novas questões lançam uma questão fundamental que é uma mudança da cultura urbana das nossas cidades. Essa tem que ser uma pauta fundamental de uma nova agenda urbana para nós, ou seja, nós temos que superar a visão urbana, o modelo de desenvolvimento urbano que se desenvolveu ao longo do século XX que está baseado no automóvel, que está baseado no desperdício em todos os sentidos da palavra, desperdício de espaço, desperdício de resíduos, desperdícios de possibilidades de utilização da cidade, está baseada na fragmentação, na segregação, nos muros. Então, uma nova agenda urbana, necessariamente, passa por uma nova cultura urbana.

“Vamos ter que quebrar alguns ovos. Vamos ter que enfrentar algumas das grandes heranças coloniais, patrimoniais na nossa sociedade, no nosso país e acho que esse é o nosso grande desafio”



NABIL BONDUKI

é arquiteto e urbanista, professor Titular de Planejamento Urbano da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo, presidente do Instituto Casa da Cidade e colonista da Folha de São Paulo. Foi Superintendente de Habitação Popular (1989/92), Secretário de Recursos Hídricos e Ambiente Urbano do Ministério do Meio Ambiente (2011/12) e Secretário Municipal de Cultura (2015/16). Como consultor, coordenou a elaboração de planos diretores e habitacionais em várias cidades brasileiras e a assessoria técnica do Plano Nacional de Habitação (2007-9). Colaborou ainda nos planos nacionais de habitação de Moçambique e Cabo Verde. Vereador em São Paulo por dois mandatos (2001-4 e 2013-6), foi relator e autor do texto aprovado do Plano Diretor Estratégico de São Paulo em 2002 e de sua revisão em 2014. Apresentou dezenas de Projetos de Lei nas áreas de política urbana, urbanismo, cultura e meio ambiente. Pesquisador em políticas públicas, é autor de centenas de artigos acadêmicos e de difusão científica em livros e periódicos e é autor de 13 livros.

O momento é adequado para se fazer essa reflexão na construção de uma nova agenda brasileira de reforma urbana articulada com a questão da sustentabilidade, que é absolutamente fundamental, que tem que estar incluída dentro da lógica e na difusão de uma nova perspectiva cultural e de comportamento para se viver na cidade. Se nós não conseguimos fazer essa associação, essa articulação, que, obviamente, envolve todas as áreas urbanas, nós não vamos conseguir, talvez, pensar uma perspectiva para a política urbana, em um país que nesse momento está quase que interrompida.

Há dez anos, se acreditava que era possível dar um salto para a inclusão social com aquele mesmo padrão de cultura urbana, aquele mesmo padrão de consumo. A realidade econômica do país, hoje, pede que pensemos de maneira renovada esse processo, ou seja, que nós pensemos como poderemos garantir as condições adequadas e justas para todos, mas em outro padrão de desenvolvimento urbano. Um padrão que vai necessariamente incluir muito trabalho, muita reflexão. Sabemos que o pessimismo está muito presente no país, mas estar aqui, estar reunido, estar discutindo, nos permite lançar ideias que vão, talvez, construir projetos e propostas que, possivelmente, nos próximos dez anos nós estaremos debatendo e implementando.

Não acredito que vamos ficar nessa situação durante muito tempo, e temos uma grande oportunidade no ano que vem para fazer esse debate na nossa área, jogando isso para sociedade, jogando isso para os partidos políticos, para os candidatos, jogando isso para que a gente possa reconstruir uma agenda de política urbana adequada e de inclusão social que enfrente as injustiças no país.

Finalizo dizendo que alguns ovos terão que ser quebrado nisso. Porque toda essa perspectiva foi baseada em alguns pressupostos. Pressupostos da possibilidade de uma conciliação do direito de propriedade com a função social da propriedade, de conciliação entre o não tocar no patrimonialismo da sociedade brasileira e, ao mesmo tempo, garantir o acesso à cidade, o direito a habitação, o direito à terra para todos. Talvez, um novo projeto tenha que ser um pouco mais radical, no sentido de conseguir quebrar os ovos, ou seja, para nós garantirmos aquilo que nós esperamos, vamos ter que enfrentar algumas das grandes heranças coloniais, patrimoniais na nossa sociedade, no nosso país. Esse é o nosso grande desafio, estarmos aqui discutindo, não somente nesse seminário, mas em outros. Este é um passo fundamental para dar esse salto para o futuro, um salto para outro patamar de qualidade.

Obrigado.

ANEXOS

DOCUMENTOS DE REFERÊNCIA PRODUZIDOS PELOS SEMINÁRIOS NACIONAIS DE POLÍTICA URBANA E AMBIENTAL





Vista aérea de São Paulo

Carta-Compromisso do Conselho de Arquitetura e Urbanismo do Brasil sobre a Nova Agenda Urbana

Ao compartilhar com a UN-Habitat a visão de que as cidades devem ser para todos e sustentáveis econômica, social e ambientalmente, o Conselho de Arquitetura e Urbanismo do Brasil, que reúne os 140 mil arquitetos e urbanistas no país, com representações nos 26 estados e no Distrito Federal, manifesta integral apoio à **Nova Agenda Urbana** da Terceira Conferência das Nações Unidas sobre Moradia e Desenvolvimento Urbano Sustentável - **Habitat III**, a ser realizada em Quito, Equador, em outubro de 2016, e se prontifica a colaborar vigorosamente em sua implementação no país.

As cidades não podem ser vistas como espaços isolados no território de uma nação e tampouco devem ter seus problemas analisados e geridos de forma compartimentada em diferentes setores. A cidade é um todo.

A visão do território, e de seu planejamento, é fundamental para a conquista de um **Projeto de Cidade** sustentável no século XXI.

A transformação, sob o ponto de vista do planejamento urbano, impõe que **“promover Arquitetura e Urbanismo para todos”**, missão do Conselho de Arquitetura e Urbanismo do Brasil, avance da dimensão abstrata para a dimensão estrutural da cidade. Caminhamos nesse rumo.

A cidade é o suporte físico para o desenvolvimento econômico e social. Desse modo, o planejamento deve se antecipar aos problemas com uma visão de longo prazo, pois sua inexistência representa uma condenação às futuras gerações.

Não se trata de uma questão a ser enfrentada somente na esfera técnica. São essenciais vontade política, participação popular e cultura cidadã. A partir desse tripé se configura uma agenda política da cidade, elaborada pelo cidadão e sustentada por conhecimentos transdisciplinares.

O papel do **planejamento urbano**, especificamente, é interpretar e revelar necessidades e vontades das comunidades, inclusive capacitando-as na identificação dos problemas e na seleção das prioridades, materializando-as em diagnósticos, planos e projetos transformadores do lugar, de forma integrada com a cidade e o contexto regional em que está inserida.

As políticas públicas devem entender e atender às demandas da cidade em um processo contínuo. Para esse fim, a **governança urbana** comprometida com uma visão de futuro transformador é indispensável. Sem ela, não há condições de se implementar nenhum tipo de **planejamento urbano** inovador.

Esses dois pontos são os **paradigmas** do **Projeto de Cidade** que precisamos.

Apenas com o **monitoramento cidadão** intenso e sistemático de ambos os paradigmas o objetivo comum será alcançado. O Conselho de Arquitetura e Urbanismo do Brasil estimula e se engajará nesse monitoramento. É o nosso compromisso perante a **Nova Agenda Urbana**.

A REDE URBANA DO BRASIL

Em 1950, apenas 35% da população brasileira vivia em cidades. Em 2016, o índice chega a 85%. As projeções indicam a desaceleração do ritmo de urbanização nos grandes centros, o que não deve ser motivo para inércia. É preciso cuidar das novas fronteiras em criação, especialmente impulsionadas pelo agronegócio, além de abrandar os sérios paradoxos que marcaram essa rápida transição de um país de dimensões continentais que era majoritariamente rural e se tornou um dos mais urbanizados do mundo.

O Conselho de Arquitetura e Urbanismo do Brasil tipifica as cidades brasileiras em três categorias morfológicas e analisa o desafio da governança urbana e do planejamento urbano a partir delas:

- a. A metrópole;
- b. A cidade metropolitana;
- c. As cidades médias e pequenas restritas ao território municipal.

Considerando as diversidades socioeconômicas dessas categorias de cidades, algumas características são comuns, diferenciando-se nas seguintes dimensões:

1. **Crescentes problemas de mobilidade** em decorrência da prevalência do automóvel, da deficiência dos transportes públicos e desprezo histórico pela acessibilidade;
2. **Grave carência de infraestrutura**, como serviços deficientes de abastecimento d'água, esgoto e remoção de resíduos sólidos, particularmente em áreas periféricas;
3. **Degradação dos espaços públicos**, que vem perdendo sua importância como lugar de vida coletiva, **e dos centros históricos**, cada vez mais destituídos de importância simbólica, política e econômica;
4. **Fragilidade da relação cidade-meio ambiente**, fruto principalmente da expansão urbana em áreas inapropriadas ou ocupação de áreas úmidas, provocando enchentes e desmoronamentos de morros e encostas;
5. **Enormes periferias**, muitas vezes promovidas pelo próprio Poder Público por meio de programas habitacionais desconectados da malha urbana;
6. **Falta de uma distribuição estratégica** dos equipamentos de educação, saúde, cultura, e lazer, entre outros, no território; e
7. **Incapacidade técnica e econômica** de fazer frente a esses problemas.

Esse processo é, em grande parte, fruto do **desmantelamento do planejamento urbano** ocorrido no Brasil nas últimas décadas nas três esferas federativas. Em oposição a esse cenário, o Conselho de Arquitetura e Urbanismo do Brasil defende um **pacto pela qualidade da cidade**, em consonância com a **Nova Agenda Urbana** proposta pela **Habitat III**, baseado em instrumentos políticos de gestão pública transparentes e inclusivos:

1. A governança urbana;
2. Plano de desenvolvimento urbano integrado e integrador da cidade e seu desdobramento para as escalas do bairro, da quadra, da rua e do lote; e
3. Monitoramento cidadão constante das metas desses planos, a ser efetuada pelos gestores das cidades, com total transparência para a população.

GOVERNANÇA URBANA

Metade da população brasileira mora em metrópoles ou grandes cidades. Elas constituem um grupo de apenas 25 aglomerados urbanos e são responsáveis pela geração de mais de 60% do produto interno bruto brasileiro. Por outro lado, mais da metade do território é ocupado por médias e pequenas cidades. São dois universos desiguais que impõem desafios e ações de governança distintos.

O Brasil possui hoje 70 regiões metropolitanas criadas pela União ou pelos Estados, sendo que as 12 mais importantes abrigam 34% da população brasileira. Apesar dessa concentração demográfica, de sua riqueza econômica, dos preocupantes indicadores ambientais, do caldeirão de diversidade social, da relevância cultural e de representarem o mais influente contingente político do país, essas metrópoles são uma abstração institucional e a gestão municipal existente

não consegue lidar com tal complexidade. São regiões sem governo próprio, sem parlamento, sem realidade fiscal, sem representatividade política, sem orçamento comum, sem serviços urbanos e sem planejamento legítimo.

É urgente a instituição de uma governança envolvendo estados e municípios metropolitanos, como previsto pelo Estatuto da Metrópole (Lei Federal nº 13.089/2015), integrando as diversas políticas setoriais e ações (mobilidade, abastecimento hídrico, educação, saúde, economia, biodiversidade, energia e resíduos sólidos).

É preciso, igualmente, que haja integração consorciada entre os municípios, viabilizando uma governança metropolitana, de modo que seja possível o desenvolvimento de planos e ações estratégicas comuns.

A recomendação de governança interfederativa impõe aos gestores das cidades situadas em regiões metropolitanas o compromisso de desenvolver o projeto conjunto de governança, observando rigorosamente os prazos estabelecidos em lei.

A criação da governança viabiliza a metrópole e, sobretudo, o seu planejamento como oportunidade de desenvolvimento e organização equilibrada de atividades. Nesse sentido, é essencial que a metrópole tenha seu próprio Plano de Desenvolvimento Urbano Integrado (PDUI).

Por outro lado, as cidades que gravitam em torno das metrópoles necessitam de Plano de Desenvolvimento Urbano integrados ao PDUI, na dimensão da cidade, do bairro, da quadra, da rua e do lote.

Já as cidades médias e pequenas restritas ao território municipal devem ter Planos Urbanísticos, como exigidos pelo Estatuto da Cidade (Lei Federal nº 10.257/2001), na dimensão da cidade, do bairro, da quadra, da rua e do lote. No entanto, esses lugares caracterizam-se por estruturas administrativas e orçamentos frágeis, a ponto de, em 2013, os municípios com menos de 100 mil habitantes terem recebido transferências da União ou dos estados da ordem de 87% de suas despesas totais. Uma das consequências desse cenário é a impossibilidade de disporem de quadros capacitados para elaborar os documentos técnicos que viabilizariam a captação de recursos, inclusive de organismos internacionais, promovendo um ciclo vicioso de falta de recursos.

PLANEJAMENTO URBANO

Nessa perspectiva, cada território urbano necessita de diagnósticos, planos e projetos específicos integrados e integradores.

Os projetos setoriais devem romper a lógica da compartimentação das políticas públicas, adotando uma visão integradora de sociedade, economia e meio ambiente. Nesse sentido, devem:

- 1. Priorizar o pedestre**, criando condições para que as pessoas utilizem as ruas e sintam-se seguras. É preciso somar esforços para criar espaços públicos mais qualificados e atrativos, com diferentes tipologias e usos e com fachadas ativas que atraiam mais pessoas;
- 2. Tornar as cidades socialmente inclusivas**, oferecendo mais oportunidades de interação social e de crescimento pessoal e coletivo, e promovendo espaços para todos os segmentos e faixas etárias, eliminando formas de segregação e exclusão física ou espacial;
- 3. Priorizar empreendimentos habitacionais para população de baixa renda**, sempre agregados a um **Projeto de Cidade**, aproveitando a infraestrutura existente nas áreas urbanas já consolidadas e não periféricas. As favelas devem ser consolidadas e integradas à cidade, recebendo infraestruturas e equipamentos públicos de alta qualidade. Para tal, devem ser efetivados programas de assistência técnica gratuita para construção e reforma de moradias de população de baixa renda, incluindo a (re)qualificação do lugar com equipamentos públicos;
- 4. Adotar o modelo de cidade ambiental e socialmente sustentável**, incentivando a arborização urbana, estimulando a eficiência energética, o baixo consumo de carbono, a crescente substituição por fontes de energia renováveis e a reutilização dos resíduos. A cidade precisa ser mais resiliente a catástrofes. Áreas sujeitas a inundações, desmoronamentos e outras fragilidades urbanas e ambientais devem receber planos contingenciais que prevejam ações imediatas para evitar riscos e danos;
- 5. Promover a preservação da memória paisagística, urbanística e arquitetônica da cidade**, ação fundamental para reforçar a identidade e o senso de pertencimento dos cidadãos. Os planos de conservação dos centros urbanos devem recolocá-los na dinâmica da cidade, mas preservando suas características morfológicas e tipológicas. Novos edifícios e equipamentos devem ser inseridos de forma cuidadosa na malha urbana e os espaços públicos devem ser tratados com qualidade;
- 6. Valorização das frentes de água integradas aos corredores verdes**, reestabelecendo conexões com rios, riachos, lagoas e áreas úmidas, aproveitando seu potencial paisagístico e tratando seus problemas de saneamento. Sistemas de parques, essenciais para o desenvolvimento da fauna e da biodiversidade, devem ser propostos com o objetivo de integrar esses espaços e devolvê-los aos cidadãos;
- 7. Associar mobilidade e território**, gerando uma rede de transporte público articulada, de forma a gerar mais densidade, mas com qualidade e diversidade de usos. As políticas de mobilidade devem priorizar o transporte público de alta capacidade (metrô, ônibus, trem, barco) articulado a outros modais, com o devido incentivo aos ciclistas e pedestres;
- 8. Considerar a confecção de editais consistentes como base essencial para a realização de licitações de obras públicas a serem implementadas obrigatoriamente apenas após a elaboração prévia de projetos completos de Arquitetura e Urbanismo.**

9. **Adotar o critério da melhor técnica, concurso público, no julgamento de licitações para projetos de Arquitetura e Urbanismo para obras públicas,** considerando que são serviços de natureza predominantemente intelectual.
10. **Disponibilizar informações com total transparência e utilizar intensamente boas práticas de comunicação social** para melhor compreensão delas e para possibilitar a reflexão autônoma da comunidade.

MONITORAMENTO CIDADÃO

A governança da metrópole, das cidades metropolitanas e das médias e pequenas cidades restritas ao território municipal, deve ter o compromisso político de implantar os instrumentos de planejamento urbano. Tais governanças precisam se qualificar tecnicamente para monitorar a execução dos planos. Os planos urbanísticos devem prever indicadores de qualidade de vida urbana conectados com a realidade física.

Nesse sentido, é necessário:

1. **Cumprimento obrigatório da revisão dos planos** com o uso de uma metodologia transparente e com efetiva participação técnica e social;
2. **Ampliar, de forma integrada, a representação dos diferentes conselhos ao Conselho da Cidade;**
3. Criação e consolidação de instrumentos que capacitem e facilitem **ampla participação popular e construção da cultura cidadã**, garantindo o direito à cidade;
4. **Formação de uma rede de instituições públicas e privadas** que possam estabelecer um canal de integração no desenvolvimento urbano;
5. **Formação de um corpo técnico qualificado e permanente, possibilitando a existência de um planejamento de longo prazo**, requisito básico para obtenção de recursos orçamentários e investimentos públicos comprometidos com a visão transformadora da cidade. A União e dos estados devem prover o suporte técnico necessário às cidades com menos de 20 mil habitantes, hoje mais de 3 mil, que não possuem estrutura administrativa e recursos financeiros para sustentar quadros especializados;
6. **Investimentos em bancos de dados georreferenciados que possibilitem informação em tempo real** (sistemas de inteligência geográfica com informações sobre condições de moradia e acesso a infraestrutura, renda básica, saúde, educação, licitações, sistemas de tributação, entre outras);
7. Elaboração de um **sistema de informações cidadã** que, entre outros benefícios, **atenue a burocracia e os custos do sistema de regularização fundiária e imobiliária** para a população mais vulnerável, em cumprimento ao preceito constitucional da função social da propriedade;

8. Utilização de indicadores sociais como parâmetros de auxílio ao planejamento urbano.

A governança urbana cidadã e o planejamento urbano qualificado rigorosamente monitorados pela sociedade são essenciais para implementação das diferentes ações que viabilizem o **Projeto de Cidade** dentro da premissa de “**promover Arquitetura e Urbanismo para todos**”.

Este é o **pacto pela qualidade da cidade** que o Conselho de Arquitetura e Urbanismo do Brasil propõe aos gestores públicos e à sociedade, em alinhamento com a **Nova Agenda Urbana** coordenada pela UN-Habitat.

Com ele, a sociedade tem em mãos parâmetros para orientar suas reivindicações por um **projeto de cidade do século XXI, sob medida e com mais dignidade e justiça**, na perspectiva de uma gestão democrática comprometida com o desenvolvimento urbano e humano, com a garantia da **continuidade de planos, projetos e ações sem a demarcação do calendário eleitoral**.

Esta Carta-Compromisso reflete o caminhar do Conselho de Arquitetura e Urbanismo do Brasil e dos Conselhos de Arquitetura e Urbanismo dos Estados e do Distrito Federal em seus quatro anos e meio de existência. Entre as ações mais recentes, estão a promoção, em 2015, do “Urban Thinkers Campus Recife” pelo Conselho de Arquitetura e Urbanismo de Pernambuco. Em 2016, uma parceria inovadora estabelecida entre a Comissão de Política Urbana e Ambiental e a Comissão de Relações Internacionais do Conselho de Arquitetura e Urbanismo do Brasil e o Fórum de Presidentes do Conselho de Arquitetura e Urbanismo resultou em três seminários com participação de especialistas nacionais e estrangeiros, jornalistas, universidades e organismos como o Banco Interamericano de Desenvolvimento, a Caixa Econômica Federal, o Ministério das Cidades, o Ministério do Meio Ambiente, a Frente Nacional dos Prefeitos, a Confederação Nacional de Municípios, o Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada, a Secretaria da Habitat III para América Latina e o Caribe, entre outros.

O documento foi concluído no III Seminário Nacional de Política Urbana e Ambiental, realizado em Manaus, no Amazonas, em setembro de 2016, parte da programação do II Congresso Internacional de Arquitetura e Sustentabilidade na Amazônia – ArqAmazônia.

Brasília, setembro de 2016

Haroldo Pinheiro Villar de Queiroz

Presidente do Conselho de Arquitetura e Urbanismo do Brasil



Carta dos 100 Dias Por um Pacto pelo Direito à Cidade

O insustentável modelo de crescimento que colapsou as cidades brasileiras representa um desafio enorme para os gestores municipais recém empossados. É a eles especialmente, reafirmando sua posição política na Sociedade, que o CAU/BR – Conselho de Arquitetura e Urbanismo do Brasil se dirige no marco de 100 dias de suas administrações.

Senhoras e Senhores Gestores das cidades brasileiras:

O Conselho de Arquitetura e Urbanismo do Brasil – CAU/BR, autarquia federal que reúne os 145 mil arquitetos e urbanistas na ativa no país, assumiu um compromisso perante as Nações Unidas para contribuir com a implementação no Brasil das diretrizes da **Nova Agenda Urbana** definida na conferência HABITAT III realizada em Quito, no Equador, em 2016. O objetivo é promover um desenvolvimento urbano e territorial sustentável nas dimensões social, econômica e ambiental. Ou, como diz o documento, um lugar onde “ninguém seja deixado para trás”.

Por meio desta Carta, o CAU propõe aos novos gestores municipais uma aliança por uma agenda urbana transformadora do destino das cidades e dos cidadãos brasileiros. Trazemos a proposta de um **Pacto pelo Direito à Cidade**.

Conforme dados da Confederação Nacional de Municípios, 4.911 dos 5.568 municípios brasileiros (88,2%) possuem até 50 mil habitantes, com um orçamento anual médio de R\$ 36

milhões. Apenas 17 municípios (0,3%) têm acima de um milhão de moradores e, na média, um orçamento anual de R\$ 9,4 bilhões. Tal realidade diversa das cidades brasileiras, em termos de escala territorial e vida econômica, exige que as políticas públicas urbanas no país separem as questões específicas das metrópoles, das cidades médias e das cidades pequenas.

Um ponto, contudo, elas têm em comum: são **vítimas do desmantelamento do planejamento urbano** ocorrido no Brasil nas últimas décadas nas três esferas administrativas. Em oposição a esse cenário, o Conselho de Arquitetura e Urbanismo do Brasil defende um pacto pela qualidade e usufruto digno e democrático da cidade, baseado em instrumentos políticos de gestão pública transparentes e inclusivos.

O **Pacto pelo Direito à Cidade** é baseado em três grandes premissas expressas inicialmente na “Carta Aberta aos Candidatos a Prefeitos e Vereadores – Qual a cidade que precisamos? Um pacto pela qualidade das cidades”, divulgada em agosto de 2016: a governança, o planejamento urbano e o monitoramento cidadão.

O Brasil conta hoje com uma legislação urbanística avançada mas pouco conhecida e institucionalizada. Os gestores das cidades metropolitanas, médias ou pequenas devem assumir o compromisso político de implantar os instrumentos de planejamento que garantam a sustentabilidade de suas comunidades previstos no Estatuto da Cidade e no Estatuto da Metrópole.

A participação direta do cidadão na concepção do planejamento, nas consequentes discussões nas Câmaras Municipais e no acompanhamento de sua implementação materializa o princípio constitucional da função social da cidade.

Sob a ótica do momento, os participantes do IV Seminário de Política Urbana e Ambiental – “A Gestão Urbana Inserida no Compromisso com a Nova Agenda Urbana”, realizado pelo CAU/BR em Brasília nos dias 4 e 5 de abril de 2017, concluíram serem os seguintes os desafios mais importantes no processo de gestão urbana do país:

- A sensibilização do Congresso Nacional em relação à Medida Provisória da Regularização Fundiária Urbana (759/2016) e à revisão da Lei de Licitações (Projeto de Lei 6.814/2017) que podem comprometer o planejamento, a gestão e a qualidade dos espaços e equipamentos públicos dos municípios brasileiros;
- Um efetivo empenho do Governo Federal e das Prefeituras na aplicação da Lei de Assistência Técnica Pública e Gratuita para o projeto e a construção de habitações de interesse social (11.888/2008);
- Avançar na implementação da Governança Interfederativa das Metrópoles, previsto no Estatuto da Metrópole, com compartilhamento de responsabilidades e ações entre Municípios e Estado em termos de organização, planejamento e execução de funções públicas de interesse comum. A Governança Interfederativa, se construída como um modelo de gestão baseado não em um poder centralizado vertical, mas em acordos, concessões e decisões multilaterais, não tira, ao contrário, amplia o poder político-administrativo dos prefeitos. A Governança Interfederativa permitirá que os gestores

urbanos conquistem para seus municípios a cidadania metropolitana – o **Direito à MetrÓpole** – e inúmeros ganhos. O Plano de Desenvolvimento Urbano Integrado (PDUI) facilitará ações como integração do transporte público intermunicipal, racionalização de serviços de saneamento básico, proteção ambiental e programas habitacionais articulados com mobilidade, infraestrutura e locais de trabalho;

- Fomentar na administração municipal inovações a partir da cultura do compartilhamento e da solidariedade. Além da troca de informações sobre boas práticas, é preciso pensar em soluções para superar a fragilidade fiscal das pequenas cidades, como consórcios de gestão para custear a elaboração de planos e projetos que viabilizem o acesso a recursos orçamentários, financiamentos e inclusive programas subsidiados por organismos internacionais;
- Integrar, com metas claras, a Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável nos planos dos governos locais e metropolitanos;
- Valorizar o aspecto educacional das ações de sustentabilidade, à medida em que forem implementadas, contribuindo para formar melhores cidadãos para atuarem nas cidades;
- Utilizar o ordenamento jurídico ambiental como instrumento de gestão urbana para assegurar a proteção das encostas íngremes, fundos de vale e mananciais, de maneira a evitar deslizamentos, desmoronamentos, assoreamentos, enchentes, desabastecimentos e uma diversidade de problemas relativos à saúde pública;
- Evitar a reprodução na cidade do modelo patrimonialista que permeia a sociedade brasileira. É preciso, por exemplo, abandonar o modelo de implantação de habitação para população de baixa renda em áreas periféricas, enquanto há vazios nas áreas centrais com infraestrutura subutilizada. Da mesma forma, os recursos destinados à mobilidade urbana devem privilegiar investimentos em transporte público ao invés da expansão de vias expressas para carros.
- Estimular o uso de dados para construção das ferramentas de planejamento e gestão;
- Criação de redes de cidades integradas a um conjunto de outras redes e instâncias da sociedade que contribuam com a informação e a divulgação de boas práticas de gestão e planejamento objetivando a inclusão social, o crescimento econômico sustentado e a proteção do meio ambiente.

A cidade é para as pessoas! Em favor delas, nesse momento cabe a vocês, Prefeitas e Prefeitos, o protagonismo da abordagem e implementação do **Pacto pelo Direito à Cidade**.

Os arquitetos e urbanistas do Brasil estão prontos para cumprir sua parte, levando Arquitetura e Urbanismo para Todos, missão estratégica do CAU.

Brasília, abril de 2017



Movimento Ocupe Estelita, Recife/PE

Carta à Sociedade

O insustentável modelo de crescimento que vem colapsando as cidades brasileiras tem representado um desafio enorme para toda sociedade brasileira.

O crescente caos urbano tem gerado demanda por recursos intermináveis e inesgotáveis, o que nos coloca diante de perspectivas incertas uma vez que processo de planejamento e gestão é encarado de forma secundária.

Neste contexto, os cidadãos e cidadãs devem assumir um papel protagonista na transformação de nossas cidades, e é a eles e elas que o Conselho de Arquitetura e Urbanismo do Brasil (CAU/BR) se dirige neste documento.

Senhoras e Senhores Cidadãs e Cidadãos brasileiras e brasileiros:

O Conselho de Arquitetura e Urbanismo do Brasil (CAU/BR), autarquia federal que reúne 150 mil profissionais, com sedes em todas as 27 Unidades Federativas assumiu um compromisso perante as Nações Unidas para contribuir com a implementação no Brasil das diretrizes da **Nova Agenda Urbana** definidas na Terceira Conferência sobre Moradia e Desenvolvimento Urbano Sustentável, - HABITAT III - realizada em Quito, no Equador, em 2016. O objetivo é promover um desenvolvimento urbano e territorial sustentável nas dimensões social, econômica e ambiental. Ou, como diz o documento, um lugar onde “ninguém seja deixado para trás”.

O CAU/BR produziu uma série de importantes documentos como a “Carta Aberta aos Candidatos a Prefeitos e Vereadores” nas eleições de 2016, com fundamentos e diretrizes

fundamentais reafirmados na “Carta Compromisso do CAU/BR sobre a Nova Agenda Urbana” direcionada à HABITAT III e a “Carta dos 100 dias” dirigidas aos novos gestores municipais, em seus primeiros dias de mandato em 2017. Todos eles propõem uma aliança por uma agenda urbana transformadora do destino das cidades e dos cidadãos brasileiros por meio de um **Pacto pelo Direito à Cidade**. O CAU/BR entende que é preciso pensar um o projeto de cidade como parte integrante de um projeto de sociedade e vem, por meio desta Carta à Sociedade, reafirmar este pacto perante os brasileiros.

Considerando as graves dificuldades político-sociais que afligem o Brasil atualmente, o CAU/BR expressa a convicção de que acima das divergências políticas, naturais em um regime aberto e participativo, estão a ordem constitucional e a normalidade democrática.

A inquestionável crise por que passam, no Brasil, as instituições da Democracia Representativa, decorrentes de persistentes vícios e distorções, tem produzido efeitos gravemente danosos ao próprio sistema representativo, à legitimidade dos pleitos e à credibilidade dos mandatários eleitos para exercer a soberania popular no gerenciamento dos municípios e cidades brasileiras.

Urge, portanto, restaurar o prestígio das instituições. Essa tarefa envolve mudanças políticas e culturais, o que exige a união das inúmeras organizações e movimentos integrantes da sociedade civil. É necessário que todos os cidadãos e cidadãs colaborem no esforço comum de enfrentar os desafios que ora sacrificam nossas cidades, das menores às maiores, tendo em vista que só podemos obter resultados válidos se forem respeitados os princípios da participação coletiva e social.

A governança urbana cidadã e o planejamento urbano qualificado rigorosamente monitorados pela Sociedade são essenciais para implementação das diferentes ações que viabilizem o **Projeto de Cidade** dentro da premissa de **Arquitetura e Urbanismo para Todos**.

Sob a ótica do momento, os participantes do V Seminário de Política Urbana e Ambiental – “Desafios do projeto de cidade e a construção social da cidade no compromisso com a Nova Agenda Urbana”, realizado em Brasília no dia 16 de agosto de 2017, concluíram serem os seguintes os desafios mais importantes no processo de implantação de um gestão urbana democrática e participativa no país:

1. Investir na formação de uma cultura-cidadã, tendo em vista a necessidade de construção e incentivo da participação da sociedade no planejamento das cidades;
2. Fortalecer e qualificar a participação do associativismo com a finalidade de proporcionar maior e melhor representatividade social em conselhos e órgãos institucionais ligados às questões urbanas;
3. Construir esferas de diálogos para produção de diagnósticos que assegurem a leitura correta da identidade do território urbano e uma maior relação com a comunidade. A democracia gira em torno da capacidade de aportar ideias;
4. Fortalecer a confiabilidade entre as pessoas - gestores, técnicos e sociedade - no processo de fazer e pensar a cidade;

5. Garantir a continuidade da participação da sociedade no processo de planejamento, permitindo o acompanhamento em todas as suas fases de formulação e implementação, por meio de instrumentos sociais confiáveis;
6. Fortalecer a integração das redes técnicas e sociais vinculadas com os municípios, já existentes e futuras, contribuindo na eficácia do planejamento e gestão, bem como no processo de qualificação e de ações para obtenção de financiamento público; e
7. Garantir meios transparentes e socialmente inclusivos de monitoramento e gestão para o uso correto e democrático dos recursos públicos.

A cidade é para as pessoas! E a formação da cidadania significa apoio e sustentação ao próprio Estado no processo de construção das cidades mais dignas e justas.

A participação da sociedade é essencial no planejamento urbano e na garantia para que esta contribuição seja efetiva desde os pequenos e médios municípios, bem como nas grandes cidades e nas metrópoles, a partir de uma maior aproximação das entidades representativas dos municípios.

Os arquitetos e urbanistas do Brasil estão prontos para cumprir sua parte, levando Arquitetura e Urbanismo para Todos, missão estratégica do CAU.

Brasília, agosto de 2017.

CONSELHOS DE ARQUITETURA E URBANISMO DAS UNIDADES DA FEDERAÇÃO (CAU/UF)

(2015-2017)

UF	PRESIDENTES	VICE-PRESIDENTES
AC	Edfa Viviane Xavier da Rocha	Laís Medeiros de Araújo
AL	Tânia Maria Marinho de Gusmão	Daniel de Gouvêa Lemos
AM	Jaime Kuck	Maurício Rocha Carvalho
AP	Eumenides de Almeida Mascarenhas	Danielle Costa Guimarães Nivaldo Ferreira Elizeu Corrêa dos Santos
BA	Guivaldo D'Alexandria Baptista	Raul Nobre Martins Júnior
CE	Odilo Almeida Filho	Delberg Ponce de Leon
DF	Alberto Alves de Faria Tony Marcos Malheiros (<i>interino</i>)	Tony Marcos Malheiros
ES	Tito Augusto Abreu de Carvalho	Marco Antônio Cypreste Romanelli
GO	Arnaldo Mascarenhas Braga	Maria Ester de Souza
MA	Hermes da Fonseca Neto	Roberto Lopes Furtado
MG	Vera Maria N. Carneiro M. de Araújo	Júlio Cesar de Marco
MS	Osvaldo Abrão de Souza	Eymard Cezar Araújo Ferreira Paulo Cesar do Amaral
MT	Wilson Fernando Vargas de Andrade	Francisco André Gomes Santos Eduardo Cairo Chiletto
PA	Adolfo Raimundo Lopes Maia	Luís Guilherme de Figueiredo Ferreira
PB	João Cristiano Rebouças Rolim	Cristina Evelise Vieira Alexandre Paulo Sérgio Araújo Peregrino Ricardo Victor de Mendonça Vidal
PE	Roberto Montezuma C. da Cunha	Altemar Roberto Barbosa Freitas
PI	Emanuel Rodrigues Castelo Branco	Humberto Gonzaga da Silva
PR	Jeferson Dantas Navolar	Irã José Tabora Dudeque
RJ	Jerônimo de Moraes Neto	Luis Fernando Valverde Salandía
RN	Patrícia Silva Luz de Macedo	José Jefferson de Sousa
RO	Raísa Tavares Thomaz	Giovani da Silva Barcelos
RR	Pedro Hees	Maria do Perpétuo Socorro A. Barbosa Eduardo Oliveira Marques Ingrid Scarlety Rosas Souza
RS	Roberto Py Gomes da Silveira ⁴ Joaquim Eduardo Vidal Haas	Joaquim Eduardo Vidal Haas Clóvis Ilgenfritz da Silva
SC	Luiz Alberto de Souza Giovani Bonetti (<i>interino</i>)	Giovani Bonetti
SE	Ana Maria de Souza Martins Farias	Edson Marques Figueiredo Fernando Antônio de Souza
SP	Gilberto Silva Domingues Belleza	Valdir Bergamini
TO	Joséisa Martins Vieira Furtado	Carlos Eduardo Cavalheiro

⁴ in memoriam

COLEGIADO DAS ENTIDADES NACIONAIS DE ARQUITETOS E URBANISTAS (CEAU-CAU/BR)

(2015-2017)

IAB	Sérgio Ferraz Magalhães ⁵ Fabiana Generoso de Izaga ⁶ Nivaldo Vieira de Andrade Júnior (2017) ⁵ Fabiano Melo (2017) ⁶
FNA	Jeferson Roselo Mota Salazar (2015-2016) ⁵ Cicero Alvarez (2015-2016) ⁶ Cicero Alvarez (2017) ⁵ Eleonora Lisboa Mascia (2017) ⁶
AsBEA	Eduardo Sampaio Nardelli (2015) ⁵ Henrique Cambiaghi Filho (2015) ⁶ Miriam Roux Azevedo Addor (2016-2017) ⁵ Clarice Castro Debiagi (2016-2017) ⁶ Edison Lopes (2017) ⁵ Miriam Roux Azevedo Addor (2017) ⁶
ABEA	Andrea Lucia Vilella Arruda ⁵ João Carlos Correia (2015) ⁶
ABAP	Letícia Peret Antunes Hardt (2015) ⁵ Saide Kahtouni (2015) ⁶ Nina Vaisman (2016-2017) ⁵ Rose Guedes (2016) ⁶ Luciana Bongiovanni Martins Schenk (2017) ⁶
FeNEA	Baden Powell Vieira Gomes (2015) ⁵ Aline Vicente Cavanus (2015) ⁶ Marcos Antonio Francelino da Silva (2016-2017) ⁵ Maria Eduarda Sousa Cavalcante (2016) ⁶ Caíque Machado Thomé (2017) ⁶
Presidente do CAU/BR	Haroldo Pinheiro Villar de Queiroz ⁵ Anderson Fioreti de Menezes ⁶
CEP-CAU/BR	Luiz Fernando Donadio Janot (2015) ⁵ Hugo Seguchi (2016-2017) ⁵ Claudemir José Andrade (2015-2016) ⁶ Ricardo Martins da Fonseca (2017) ⁶
CEF-CAU/BR	Fernando José de Medeiros Costa (2015) ⁵ José Roberto Geraldine Junior (2015) ⁶ José Roberto Geraldine Junior (2016-2017) ⁵ Fernando José de Medeiros Costa (2016-2017) ⁶

⁵ Titular

⁶ Suplente





CAU/BR Conselho de Arquitetura e Urbanismo do Brasil

CEAU - Colegiado das Entidades Nacionais de Arquitetos e Urbanistas



INSTITUTO DE ARQUITETOS DO BRASIL



Federação Nacional dos Arquitetos e Urbanistas



ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DOS ESCRITÓRIOS DE ARQUITETURA



Associação Brasileira de Ensino de Arquitetura e Urbanismo



Associação Brasileira de Arquitetos Paisagistas



FENEA

A sede do CAU/BR está localizada no Setor Comercial Sul (SCS), Quadra 02, Bloco C, Ed. Serra Dourada, Salas 401 a 409 - CEP 70.300-902 - Brasília/DF - Telefone: (61) 3204-9500

www.caubr.gov.br

Agência Brasileira do ISBN
ISBN 978-85-5625-005-6



9 788556 250056